

**FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**CAROLINE GOERCK**

**PROCESSOS DE TRABALHO NA ECONOMIA POPULAR  
SOLIDÁRIA: UMA FORMA DIFERENCIADA DE  
ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO COLETIVO NO  
VALE DO RIO PARDO**

**Porto Alegre  
Janeiro de 2006**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

CAROLINE GOERCK

**PROCESSOS DE TRABALHO NA ECONOMIA POPULAR  
SOLIDÁRIA: UMA FORMA DIFERENCIADA DE  
ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO COLETIVO NO  
VALE DO RIO PARDO**

Porto Alegre  
Janeiro de 2006

CAROLINE GOERCK

**PROCESSOS DE TRABALHO NA ECONOMIA POPULAR  
SOLIDÁRIA: UMA FORMA DIFERENCIADA DE  
ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO COLETIVO NO  
VALE DO RIO PARDO**

Dissertação de Mestrado em Serviço Social apresentada como requisito final para obtenção do título de Mestre em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dr. Leonia Capaverde Bulla

Porto Alegre  
Janeiro de 2006

CAROLINE GOERCK

**PROCESSOS DE TRABALHO NA ECONOMIA POPULAR  
SOLIDÁRIA: UMA FORMA DIFERENCIADA DE  
ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO COLETIVO NO  
VALE DO RIO PARDO**

Dissertação de Mestrado em Serviço Social  
apresentada como requisito final para obtenção do  
título de Mestre em Serviço Social do Programa de  
Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do  
Sul.

Porto Alegre.....de janeiro de 2006

Dissertação apresentada à Comissão Examinadora:

---

Profa. Dr. Leonia Capaverde Bulla

---

Profa. Dr. Berenice Rojas Couto

---

Profa. Dr. Elizabeth Maria K. Pedroso

## **DEDICATÓRIA**

*“Aos meus PAIS Ilo e Elydia,  
a minha IRMÃ Susana,  
ao meu SOBRINHO lindo Pedro, e,  
a minha GRANDE AMIGA Carina;  
pois, parece-me, que essaS nossaS históriaS,  
já estavam escritaS em algum lugar [..].”*

## *AGRADECIMENTOS*

*Inicialmente gostaria de agradecer a minha família, aos meus amigos sinceros - e a minha afilhada Deise -, sem os quais, essa dissertação, não faria sentido.*

*Num segundo momento, gostaria de agradecer ao meu grande amigo Roberto Radünz - que adoro -, por estar sempre presente nos momentos difíceis, bem como pela colaboração, pelo incentivo e pelas críticas sempre construtivas ao meu processo de aprendizagem.*

*Gostaria de agradecer, também, a quatro pessoas fundamentais na minha “breve trajetória profissional”, que contribuíram com a minha formação e transformação profissional:*

- A professora Leonia Capaverde Bulla - minha sempre orientadora, pela ótima orientação (sempre certa), pela tolerância, humildade, simplicidade, sabedoria, e, principalmente, por ter confiado em mim em todas as circunstâncias e situações;*
- Ao professor Marco André Cadoná - meu professor querido, que foi a pessoa que mais me incentivou a realizar esse sonho - cursar o Mestrado -, assim como foi o professor que introduziu e aproximou a pesquisa no meu trabalho profissional. Agradeço também pela capacidade de saber perdoar.*
- À professora Eunice Maria Viccari, minha professora, orientadora, supervisora, colega e grande amiga, presente em quase todos os momentos da minha vida desde o ano de 2002, com a qual me identifico e admiro.*
- A Márcia Forster Watzlawick, por ter me acrescentado, tanto profissional quanto pessoalmente, demonstrando que os nossos sonhos e objetivos se transformam em realidade na medida em que contribuímos com eles.*

*Vocês fizeram e continuam fazendo diferença!*

*Agradeço em especial à professora Jane Prates - que considero minha co-orientadora -, que, desde o dia 18 de maio de 2001 (ao realizar sua primeira palestra na UNISC), me ensinou a “tirar do ordinário o extraordinário” e, desde aquele ano, vem sendo*

*um marco e um exemplo de garra e ética da categoria profissional para mim; agradeço, também, por ter se disponibilizado a me ajudar a organizar o plano de ensino de uma disciplina que leciono na UNIJUI e ter sempre se disponibilizado a colaborar na minha formação. Você faz parte desta dissertação.*

*Agradeço à banca, representada pela professora Berenice Rojas Couto - uma das maiores referências do Serviço Social, em termos de Políticas Sociais -, e, pela professora Elizabeth Maria K. Pedroso, bem como pela professora Leonia Capaverde Bulla, por terem prontamente aceitado o convite e colaborado o aprimoramento desta dissertação.*

*Agradeço aos professores (Jussara Mendes, Beatriz Aguirsky, Jane Prates, Berenice Couto, Carlos Nelson dos Reis, Gleny Guimarães, Patrícia Grossi e Sílvio Lafin) do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS, por terem me lapidado e feito com que me aprimorasse tanto teórica quanto empiricamente, nesses dois últimos anos. Agradeço, também, à professora Alzira Lewgoy, por ter me disponibilizado uma de suas disciplinas (que lecionava), para realização do estágio docência.*

*Agradeço a CAPES e ao CNPq (agências de fomento) pela oportunidade de obter as respectivas bolsas de estudo, sem as quais não teria condições de cursar o Mestrado. Agradeço a UNISC por ter me disponibilizado a bolsa de Iniciação Científica PUIC entre os anos de 2002 e 2003.*

*Agradeço novamente à professora Berenice Couto por ter me possibilitado, durante a sua gestão no PPGSS - juntamente com uma comissão -, trocar de bolsa de estudo no Mestrado.*

*Agradeço ao Antonio, a Patrícia, a Jorgina e a Juliana, da secretaria da Faculdade de Serviço Social, por terem sempre me auxiliado nas demandas apresentadas por mim à secretaria.*

*Agradeço a minha irmã Susana, as minhas amigas e colegas Kelizita e a Cristina por terem me acolhido durante o período dos 2 anos do Mestrado.*

*Agradeço à UNIJUI e ao DCS por terem me possibilitado ingressar na academia como docente em Serviço Social, e aos meus colegas de trabalho pelo apoio (a Viviane Sander, a Lislei Preuss, o Edemar Rotta, a Stefani e, em especial, a Cristina Fraga, simplesmente "Cris").*

*Agradeço a Noëlle Lechat por ter me convidado para participar e assessorar experiências de Economia Popular Solidária, pela incubadora da UNIJUI, enquanto assistente social. Este convite surgiu a partir da pesquisa que foi realizada durante o Mestrado, no PPGSS da PUCRS.*

*Agradeço aos meus queridos professores da UNISC (Mirian da Silva, Cláudia Oliveira, Maira Pinto, Paula Camboim, Jurema Brites, João Pedro Schmidt, Edgar Hoffmann, Renato Nunes, Olgário Vogt e Mozart da Silva), a Clarice e a Carlina, que colaboraram para a minha formação de assistente social. Agradeço também aos meus amigos da UNISC que adoro (entre eles o professor Valter Freitas - que sempre me designa de "puxinha", por ser uma pessoa simples e acessível).*

*Agradeço ao meu amigo Iran Pas, por ter me emprestado material sobre Cooperativismo e Economia Popular Solidária - durante todo o ano de 2005.*

*Agradeço novamente ao professor Olgário Vogt por ter me fornecido material e ao professor João Pedro Schmidt, por ter me cedido sua pesquisa realizada juntamente com o professor Cezar Goes sobre Cooperativismo na região do Vale do Rio Pardo.*

*Agradeço ao núcleo da UNITRABALHO da UNISC, bem como aos professores Felipe Gustsack e Moacir Viegas, por terem me disponibilizado o material existente no núcleo.*

*Agradeço aos meus colegas de núcleo (em especial a Elis - grande amiga -, a Roselaine, a Ciberen e o Dieguito - companheiro desde a Graduação) por sempre estarem presentes.*

*Agradeço aos meus colegas de Mestrado (Keli, Diego, Silvia, Luciane, Soledá, Rosemere, Eliana, Ivone, Suzete, Marta, Aline, Jairo, entre outros) que também contribuíram com meu aprimoramento.*

*Agradeço ao meu amigo Ricardo por ter me apoiado durante a seleção do Mestrado; o seu auxílio foi de fundamental importância para mim.*

*Agradeço aos meus professores do Ensino Fundamental e Médio que sempre me incentivaram a estudar - juntamente com os meus pais - e colaboram com meu processo de aprendizagem - pois o conhecimento é cumulativo.*

*Agradeço aos meus amigos, colegas e pessoas com as quais me relacionei por meio da Liga Feminina de Combate ao Câncer \ em anexo ao Hospital Santa Cruz -, por se constituir num dos períodos mais significativos de minha vida.*

*E agradeço, por último, as minhas amigas Nádia Scheid do Brasil, Mônica Tankersley e Rosi por sempre estarem comigo, mesmo que em forma de lembranças, aprendizagens e saudades.*

***Enfim, a todos os referidos, os meus mais sinceros agradecimentos.  
Ainda não consegui colaborar para transformar o mundo em algo melhor.  
Conseguí, porém, elaborar esta simples dissertação, que, com certeza,  
transformará a minha vida e, sem a colaboração de vocês,  
este trabalho não existiria.***

*“Como posso dialogar, se alieno a ignorância, isto é, se a vejo sempre no outro, nunca em mim? Como posso dialogar se me admito como um homem diferente, virtuoso por herança, diante dos outros, meros ‘istos’, em que não reconheço outros eus? [...] A auto-suficiência é incompatível com o diálogo. Os homens que não tem humildade ou a perdem, não podem aproximar-se do povo. Não podem ser seus companheiros de pronúncia do mundo. Se alguém não é capaz de sentir-se e saber tão homem quanto os outros, é que lhe falta muito o que caminhar, para chegar ao lugar de encontro com eles. Neste lugar de encontro, não há ignorantes absolutos, nem sábios absolutos: há homens que, em comunhão, buscam saber mais [...]”.*

FREIRE

*“Longe se vai, sonhando demais,  
mas onde se chega assim,  
vou descobrir, o que me faz sentir,  
eu, caçador de mim”.*

MAGRÃO; SÁ

## RESUMO

Este trabalho refere-se a uma pesquisa desenvolvida durante a realização do Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS. Seu objetivo foi analisar a organização dos processos de trabalho em experiências de Economia Popular Solidária no Vale do Rio Pardo. Este tema foi escolhido, pelo fato de que, no final do século XX e no limiar do século XXI, difundiu-se um acentuado processo de transformações no mundo do trabalho. Essas transformações nos processos produtivos, caracterizadas pela automação, robótica e micro-eletrônica - III Revolução Industrial -, vem gerando, pelo capital, uma substituição dos trabalhadores, especialmente os menos qualificados. Com base nesta perspectiva, a atualidade vem exigindo a criação de alternativas de geração de trabalho e renda como fonte de subsistência, para os sujeitos excluídos ou que estão à margem do mercado formal de trabalho. A Economia Popular Solidária surgiu, no Brasil, nas últimas décadas do século XX, como uma das alternativas de gerar trabalho e renda aos sujeitos. Foi utilizado o método dialético-crítico para realizar a leitura e o desvelamento da realidade, com base em suas categorias teórico-metodológicas de análise (Historicidade, Totalidade e Contradição). Foram definidas para estudo, num primeiro momento, as seguintes categorias teórico-temáticas: Processo de Trabalho, Cooperativismo e Economia Popular Solidária. Em seguida foi realizada a coleta dos

dados com a aplicação de dois formulários, por meio da técnica de entrevista, em três cooperativas de trabalho (COONCREAL, COOESTAL, COOSIVEST) e uma associação (ACOTRALI), existentes nas zonas urbanas nos municípios do Vale do Rio Pardo. Os documentos institucionais e reportagens acessadas foram estudados pela técnica de análise documental. Os dados qualitativos foram submetidos à técnica de análise de conteúdo. Nessa etapa, emergiu uma categoria teórico-temática empírica: a autogestão. Com a efetivação desta pesquisa pode-se verificar que, num primeiro momento, é a possibilidade de gerar trabalho e renda que ocasiona a inserção dos trabalhadores nesses empreendimentos coletivos. Existem, entretanto, outras características importantes na constituição dessas experiências e de seus processos de trabalho. Os integrantes das cooperativas e/ou associação podem elaborar as suas próprias regras de normatização da produção e de gestão dos empreendimentos. Pode-se referir, também, o processo de participação dos sujeitos nas decisões e nas atividades que desenvolvem, possibilitando que esses empreendimentos se tornem autogestionários (com exceção da COOESTAL), bem como o rodízio das atividades efetuadas pelos trabalhadores nos processos de trabalho. Para o desenvolvimento desses empreendimentos, faz-se necessário, no entanto, o incentivo do poder público, mediante políticas públicas que financiem e assessorem essas experiências. Juntamente com as políticas públicas, ressalta-se a contribuição do Serviço Social a essas experiências coletivas, colaborando para o fortalecimento destes empreendimentos e para a autonomia dos trabalhadores diante dos processos de trabalho.

**Palavras-chave:** Processo de Trabalho, Cooperativismo, Economia Popular Solidária

## **ABSTRACT**

This work refers to a research carried out during the Master's Degree Program in Social Work at PUCRS. It aimed to analyze the organization of the work processes in activities of Solidary Popular Economy in Vale do Rio Pardo. This way of generating jobs and incomes was introduced in Brasil over the last decades of the twentieth century. It is a result of the transformations of work that has been occurring since that time. The changes in the productive processes characterized by automation, robotics and microelectronics - the Third Industrial Revolution -, have been resulting in replacement of workers, especially the less qualified ones. This perspective requires job and income alternatives as a subsistence source for the excluded people or for those that are out of the formal labor market. The relevance of the theme justifies this study. Based on the categories of analysis of the dialectical-critical method (Historicity, Totality and Contradiction) we read the reality. At first, we defined the following categories: Work Processes, Ccooperativism and Solidary Popular Economy. Then, the data were collected through the filling of two forms, using the interview technique, applied in three work cooperatives (COONCREAL, COOESTAL, COOSIVEST) and one association (ACOTRALI) located in the urban areas of Vale do Rio Pardo. The institutional documents and the news reports were studied through

documental analysis. The qualitative data were gathered through analysis of content technique. At this point, an empirical thematic theoretical category emerged: the Self-Management. This research showed that it is possible to generate jobs and incomes that contribute to the insertion of workers into these collective enterprises. However, there are other important characteristics that constitute these experiences and their work processes. The participants of the cooperatives or associations can establish their own rules of production and management of the enterprises. It also has to be mentioned the process of participation of the subjects concerning the activities developed by them that make possible to these enterprises become Self-Managed (excepting COOESTAL) as well as the rotation of activities in the work processes. To develop this, it is necessary a consistent national policy framework that support these experiences. Not only public policies but also the social work can contribute to these collective experiences, strengthening these enterprises and the autonomy of the workers in the work processes.

**Key-words:** Work Process, Cooperativism, Solidary Popular Economy

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Sexo dos Sujeitos da Pesquisa .....	127
Tabela 2 - Faixa Etária dos Sujeitos da Pesquisa .....	132
Tabela 3 - Escolaridade dos Sujeitos da Pesquisa .....	134
Tabela 4 - Filiação por Trabalhador .....	137

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Cooperativas e Associação Pesquisadas nas Zonas Urbanas no Vale do Rio Pardo .....	99
Figura 2 - Mapa do Vale do Rio Pardo .....	100
Figura 3 - Arrecadação mensal dos empreendimentos populares .....	147
Figura 4 - Rendimentos dos Trabalhadores .....	148
Figura 5 - Sistematização dos Princípios do Cooperativismo nas Experiências Pesquisadas .....	162

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DOS PRECURSORES DO COOPERATIVISMO E AS NOVAS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO</b> .....	25
1.1 OS PRECURSORES DO COOPERATIVISMO .....	26
1.2 O COOPERATIVISMO NO BRASIL .....	40
1.3 CENÁRIO DO SURGIMENTO DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA .....	44
<b>2 ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA: DIANTE DAS NOVAS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO</b> .....	58
2.1 ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO BRASIL .....	59
2.2 PROGRAMA DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA .....	69
2.3 ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO VALE DO RIO PARDO .....	74
<b>3 METODOLOGIA DE PESQUISA</b> .....	84
3.1 MÉTODO DIALÉTICO-CRÍTICO .....	85
3.1.1 As Leis da Dialética .....	87
3.1.2 Categorias Teórico-Methodológicas .....	88
3.2 PROCESSO DE PESQUISA .....	92
3.2.1 Categorias Teórico-Temáticas .....	96
3.2.2 Tipo de pesquisa .....	98
3.2.3 Coleta dos dados .....	99

<b>3.2.4 Análise dos dados</b> .....	103
<b>4 A ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO EM EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO VALE DO RIO PARDO</b> .....	106
4.1 EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO VALE DO RIO PARDO.....	107
4.2 CARACTERÍSTICAS DOS TRABALHADORES .....	131
4.3 APRESENTAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO NA ASSOCIAÇÃO E NAS COOPERATIVAS PESQUISADAS .....	139
4.4 O PROCESSO DE AUTOGESTÃO DESENVOLVIDO NAS EXPERIÊNCIAS PESQUISADAS.....	150
4.5 PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL À ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA .....	166
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	177
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	184
<b>APÊNDICES</b> .....	193
APÊNDICE A - Termo de Consentimento .....	194
APÊNDICE B - Formulário de Pesquisa I.....	195
APÊNDICE C - Formulário de Pesquisa II .....	198
APÊNDICE D - Roteiro para Análise Documental.....	203

## INTRODUÇÃO

O “trabalho” ocupa uma posição central na forma de organização da sociedade e na socialização dos sujeitos, pois é por meio dele que o ser humano se relaciona com a natureza e a transforma. Com a finalidade do sistema capitalista - de acumulação de capital -, e com a força de trabalho - entretanto, tida pelo capitalismo como mercadoria -, o trabalho que vem sendo realizado pelos sujeitos não está sendo constituído pela auto-realização e identificação dos trabalhadores, diante dos processos de produção.

A acumulação de capital é obtida pela mais-valia durante os processos de produção. A mais-valia é apropriada pelos detentores dos meios de produção, durante a efetivação dos processos de trabalho, em que os trabalhadores comercializam as suas forças de trabalho em troca de salários. Desta relação entre a compra e a venda da força de trabalho que é suscitada a questão social. Com a III Revolução Industrial (reestruturação do capital), desenvolvida por meio da robótica, automação e micro-eletrônica, cria-se uma massa de trabalhadores - considerados “sobrantes” pelo capital -, o que acirra o processo de alienação, a precariedade das condições de trabalho e as desigualdades sociais. Paralelamente a III Revolução Industrial, ocorre o processo de minimização do Estado e o desmonte das políticas

sociais públicas, implicando na perda dos direitos sociais adquiridos pela classe trabalhadora.

Diante dessa realidade, no final do século XX e limiar do século XXI, emergem experiências associativistas e cooperativistas no Brasil e no mundo, como uma das alternativas de geração de trabalho e renda aos trabalhadores. Esses empreendimentos cooperativistas e/ou associativistas, designados como Economia Popular Solidária, são constituídos normalmente pelos sujeitos que se encontram à margem do mercado formal de trabalho e, comumente, são apoiados por instituições sociais - igreja, universidades, sindicatos, entre outros.

Nesse sentido, a Economia Popular Solidária pode ser considerada uma das alternativas aos trabalhadores, diante do acirramento da questão social (entre elas, a falta de empregos formais), ocasionado pela reestruturação produtiva. É manifestada por cooperativas e associações de trabalho, entre outros, que têm como objetivo a geração de trabalho e renda, bem como as inclusões sociais e econômicas desses sujeitos.

O trabalho realizado nesses empreendimentos coletivos, possivelmente agrega princípios que potencializam os processos de trabalho desenvolvidos por estes trabalhadores, aspectos esses normalmente não proporcionados pelos demais empreendimentos inseridos no sistema capitalista. Os elementos que constituem o processo de trabalho nas experiências de Economia Popular Solidária são representados pela ajuda mútua, solidariedade, igualdade, participação, democracia, autogestão, entre outros. Devido a essas características, os sujeitos contam com a possibilidade de elaborar as suas próprias regras de gestão e sistematização do trabalho.

Pode-se referir, também, que estas experiências cooperativistas e associativistas suscitadas no final do século XX, além de gerar trabalho e renda,

possivelmente representam uma das formas de contestação e resistência dos trabalhadores ante o capitalismo e as manifestações da questão social. Assim, na medida em que esses empreendimentos introduzem elementos nos seus processos de trabalho, que os diferenciam da lógica e da finalidade do sistema capitalista - acumulação e centralização de capital -, pode-se referir que possivelmente essas experiências podem ser consideradas como formas de resistência e contestação dos trabalhadores diante do capitalismo e seus processo de produção. Faz-se importante realçar, no entanto, que esses empreendimentos necessitam de políticas públicas que os assessor e os financie, visando as suas permanências e viabilidades no mundo do trabalho.

Neste sentido, o Serviço Social pode ser uma das profissões a colaborar com essas associações e/ou cooperativas de trabalho. O compromisso e posicionamento ético-político da categoria profissional - do Serviço Social -, conforme consta no Código de Ética dos Assistentes Sociais (COLETÂNEA DE LEIS, 1993), tem como princípios fundamentais a ampliação e consolidação da cidadania, o posicionamento em favor da igualdade e da equidade social, assim como da classe trabalhadora, opção por um projeto social vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação e exploração de classe, etnia e gênero.

Com esse direcionamento ético-político, esta pesquisa de Mestrado, que possui como tema a organização dos processos de trabalho em experiências de Economia Popular Solidária, tem como intencionalidade aproximar esses empreendimentos coletivos do olhar dos assistentes sociais. Faz-se, portanto, necessário, um processo de conhecimento mais elaborado acerca dessas experiências que constituem a Economia Popular Solidária pela profissão, pois, o Serviço Social pode vir a aportar contribuições a essas cooperativas e associações de trabalho.

No Vale do Rio Pardo<sup>1</sup> - delimitação geográfica deste estudo de Mestrado -, pesquisas realizadas por assistentes sociais sobre experiências de Economia Popular Solidária são importantes, devido ao fato desses empreendimentos não terem acompanhamento de profissionais do Serviço Social. Outro aspecto preponderante é que no Vale do Rio Pardo, praticamente, não existem estudos sobre o Cooperativismo, bem como sobre Economia Popular Solidária, ressaltando, assim, sua relevância. Um outro elemento que deve ser enfatizado é o fato da mestranda ter sido bolsista, durante a Graduação, de um projeto de pesquisa realizado entre os anos de 2002 e 2003, em que se mapeou e analisou a geração de trabalho e renda em experiências associativistas e cooperativistas na região do Vale do Rio Pardo<sup>2</sup>.

Para a realização desta pesquisa, foram aprofundadas as abrangências conceituais de três categorias teórico-temáticas, definidas anteriormente na pesquisa de campo, assim como uma categoria teórico-temática empírica que emergiu durante o processo de análise de dados. As categorias teórico-temáticas pré-definidas a este estudo foram: Processo de Trabalho, Cooperativismo e Economia Popular Solidária. A categoria teórico-temática empírica que emergiu durante a análise dos dados coletados, foi a de Autogestão.

Neste estudo pretende-se aprofundar aspectos inerentes à organização e sistematização dos processos de trabalho, em três cooperativas (Cooperativa de

---

<sup>1</sup> O Vale do Rio Pardo é constituído pelos seguintes municípios: Arroio do Tigre, Barros Cassal, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General Câmara, Gramado Xavier, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita, Lagoão, Pantano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz.

<sup>2</sup> Esta pesquisa coordenada pelo professor mestre Marco André Cadoná foi vinculada ao Departamento de Ciências Humanas da UNISC e desenvolvida com o apoio institucional do Núcleo da UNITRABALHO e da UNISC. A pesquisadora teve acesso aos dados concedidos pelo coordenador, pois a mesma trabalhou como bolsista desta pesquisa entre os anos de 2002 e 2003, enquanto graduanda do Curso de Serviço Social da UNISC.

Triagem e Reciclagem - COONCREAL, Cooperativa de Educação e Serviços de Trabalhadores Autônomos Ltda - COOESTAL, e, Cooperativa Sinimbuense do Vestuário - COOSIVEST) e uma associação (Associação Comunitária dos Trabalhadores na Seleção de Lixo - ACOTRALI), que integram a Economia Popular Solidária nas zonas urbanas nos municípios do Vale do Rio Pardo. Nesta direção, esta pesquisa possui o seguinte problema: como vêm se organizando os processos de trabalho em cooperativas e/ou associações de trabalho que integram a Economia Popular Solidária no Vale do Rio Pardo?

Este problema de pesquisa é complementado pelos seguintes questionamentos e interrogações, constituintes das questões norteadoras: quem são os trabalhadores associados? Como os trabalhadores compreendem a situação de serem executores e gestores da sua fonte de trabalho? Como se desenvolve o processo de autogestão nas cooperativas/associações? Como estão organizados os direitos trabalhistas destes associados? Como políticas públicas de geração de trabalho e renda contribuem com essas experiências? Os aspectos políticos e sociais, constituídos pelos princípios de solidariedade, responsabilidade, democracia, igualdade, entre outros, são tão importantes quanto o aspecto econômico nesses empreendimentos?

Com base no problema e nas questões norteadoras foram estabelecidos alguns objetivos de pesquisa, sendo eles: analisar os processos de trabalho desenvolvidos nas cooperativas/associações de trabalho que integram a Economia Popular Solidária no Vale do Rio Pardo, com vistas a contribuir com essas experiências, possibilitando aos seus integrantes, reflexões acerca da realização das atividades produtivas, assim como colaborar com a criação de novos empreendimentos coletivos; caracterizar os trabalhadores das experiências coletivas, com vistas a dar visibilidade aos mesmos; proporcionar visibilidade ao

processo de transformação dos trabalhadores, de desempregados a executores e gestores da sua fonte de trabalho; identificar as atuais políticas/programas de geração de trabalho e renda, para dar visibilidade às mesmas.

Esta dissertação foi realizada tendo como embasamento e leitura da realidade o Método Dialético-Crítico - com sua concepção de homem e de mundo - utilizando-se as seguintes categorias teórico-metodológicas: Historicidade, Totalidade e Contradição. Estas categorias metodológicas nortearam a pesquisa bibliográfica, a coleta de dados realizada com os trabalhadores, a análise dos dados e a elaboração da dissertação. O enfoque qualitativo foi predominante neste estudo, embora se tenham levado em consideração, também, os dados quantitativos (pois se compreende que os dados qualitativos e quantitativos se complementam).

Foram entrevistados 31 trabalhadores das quatro experiências pesquisadas nas zonas urbanas dos municípios do Vale do Rio Pardo. O número de experiências analisadas e de trabalhadores entrevistados foi limitado, devido às dificuldades de acesso a todas as experiências e a todos os trabalhadores (limites de tempo e de localização geográfica). A coleta dos dados foi realizada mediante a aplicação de dois formulários (o primeiro aplicado com as lideranças e o segundo com os demais associados e/ou cooperados), realizado por meio da técnica de entrevista. Anteriormente à realização das entrevistas, foi apresentado aos participantes da pesquisa um termo de consentimento. Este termo de consentimento tinha por finalidade esclarecer aos sujeitos a importância de sua participação no estudo, assim como informá-los sobre o sigilo das suas respostas.

Outra técnica utilizada para a coleta dos dados foi a análise documental, realizada por meio de um roteiro de entrevista, com documentos (estatutos, regimentos e reportagens) acessados pela pesquisadora. Os dados quantitativos foram sistematizados e apresentados em tabelas e gráficos. Os dados qualitativos

foram submetidos à análise de conteúdo (BARDIN, 1977).

A dissertação é composta por quatro capítulos. No Capítulo I da dissertação, tendo como base as categorias teórico-temáticas - Historicidade, Totalidade e Contradição, buscará se fazer uma retrospectiva histórica sobre os Precursores do Cooperativismo, ressaltando as principais experiências “integralizadoras” deste movimento e o cenário socioeconômico em que foram suscitadas. Serão referidos, também, elementos do século XX e do limiar do século XXI, contexto desencadeante da III Revolução Industrial, em que emergiram os empreendimentos que constituem a Economia Popular Solidária.

No Capítulo II será discutida a questão da Economia Popular Solidária. Nos dois primeiros itens serão apresentadas a Economia Popular Solidária no Brasil e a sua respectiva política social pública. Num terceiro momento serão introduzidos o Cooperativismo e a Economia Popular Solidária na região do Vale do Rio Pardo.

No Capítulo III será explanada - de uma forma mais detalhada e específica -, a metodologia utilizada para a realização deste estudo de Mestrado. Primeiramente, será abordado o método dialético-crítico - com as categorias metodológicas -, e as categorias temáticas escolhidas para esta pesquisa. Em seguida, serão apresentadas as experiências pesquisadas, o tipo de pesquisa efetivada e os instrumentos e técnicas eleitos para a coleta e análise dos dados.

No Capítulo IV serão divulgados os dados referentes ao processo de trabalho constitutivo dos quatro empreendimentos pesquisados. Primeiramente serão introduzidos os quatro empreendimentos analisados - enfatizando suas historicidades e principais características -, num segundo momento serão apresentados os trabalhadores das cooperativas e associação, seguida pela explanação acerca da organização das atividades realizadas pelos sujeitos nos processos de trabalho, bem como pelo processo de autogestão e participação

desenvolvido por esses sujeitos nos empreendimentos coletivos e populares. No seguinte subitem, será enfatizada a relevância do trabalho profissional do Serviço Social nos empreendimentos que constituem a Economia Popular Solidária. Por último, serão tecidas as considerações finais deste estudo.

## 1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DOS PRECURSORES DO COOPERATIVISMO E AS NOVAS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

O trabalho desenvolvido pelos sujeitos objetiva a transformação da natureza em serviços e produtos que beneficiem a humanidade, por meio de seus valores de uso<sup>3</sup>. As questões referentes ao mundo do trabalho e seus processos produtivos, então, exercem influência fundamental na forma de organização da sociedade, com suas respectivas relações sociais e econômicas.

Neste sentido, para apresentar as experiências cooperativistas emergidas no final do século XX, entre elas a Economia Popular Solidária<sup>4</sup>, faz-se necessário, neste primeiro capítulo, uma retrospectiva histórica sobre os atores sociais e o contexto socioeconômico em que foram concebidas as primeiras experiências cooperativistas e/ou associativistas, na Europa - com suas respectivas aspirações sociais e econômicas -, assim como no Brasil. Num segundo momento serão apresentados elementos integralizadores do século XX, cenário desencadeador de

---

<sup>3</sup> Quando alguma “coisa”, por suas propriedades físicas, possui utilidade para os sujeitos, pode-se dizer que esta “coisa” possui um valor de uso (MARX, 1988).

<sup>4</sup> A Economia Popular Solidária é compreendida neste estudo como uma das alternativas dos trabalhadores às conseqüências das novas transformações que estão ocorrendo nos processos de trabalho - manifestações da questão social, originadas pela III Revolução Industrial. Outras possibilidades apresentadas aos sujeitos são constituídas por meio de programas sociais que objetivam a inclusão dos trabalhadores. Os programas sociais não serão aprofundados, por não obterem a centralidade deste estudo, entretanto a Economia Popular Solidária e sua respectiva política pública, serão apresentadas no Capítulo II.

acentuadas transformações no mundo do trabalho e nos seus processos de produção.

## 1.1 OS PRECURSORES DO COOPERATIVISMO

Diante da precariedade das condições e relações de trabalho, bem como da exploração dos trabalhadores pelos detentores dos meios de produção, existente entre os séculos XVIII e XIX na Europa, emergiu um novo modo de organizar e sistematizar o trabalho, designado de Cooperativismo. Nessa época vigorava o liberalismo<sup>5</sup> que tinha como característica o *laissez-faire*, expressão francesa, que significa “deixar fazer”, “deixar agir”. “O Cooperativismo surgiu em oposição às conseqüências do liberalismo econômico, sobretudo na Inglaterra e na França” (PINHO, 2004, p. 137). Para a compreensão acerca do significado do Cooperativismo e seus princípios, é preciso conceber o motivo de sua imersão. Os Precusores do Cooperativismo vivenciaram as manifestações da questão social<sup>6</sup>, geradas entre a I e a II Revolução Industrial.

Durante o cenário do século XVIII, na Inglaterra, ocorreu uma intensa transformação nas formas de se produzir, intitulada de I Revolução Industrial. “A Revolução Industrial assinala a mais radical transformação da vida humana já registrada em documentos escritos” (HOBSBAWM, 1983, p. 13). Por intermédio da I Revolução Industrial, os processos de trabalho realizados por meio da manufatura

---

<sup>5</sup> O liberalismo clássico se caracterizou pela propalação dos valores burgueses, de valorização da liberdade individual, em detrimento do coletivo. No aspecto econômico, o liberalismo pregava a destinação de liberdade ao mercado, devendo o Estado limitar-se à defesa e garantia dos direitos individuais (DALLARI, 1998).

<sup>6</sup> A questão social pode ser apreendida como o conflito suscitado entre o capital (proprietários dos meios de produção) e o trabalho (trabalhadores que vendem suas forças de trabalho), bem como as desigualdades geradas por meio dessa relação social de compra e venda da força de trabalho (BULLA, 1992).

artesanal<sup>7</sup> foram substituídos pela máquina a vapor, tear mecânico, estradas de ferro e pelo surgimento das fábricas. O período da I Revolução Industrial corresponde ao momento de consolidação do capitalismo<sup>8</sup> industrial nos processos de trabalho, principalmente na Inglaterra.

Com a introdução das maquinarias nos processos de trabalho, conjuntamente com a expansão do calvinismo<sup>9</sup>, obteve-se, pelos capitalistas, a redução dos custos de produção, a intensificação da produtividade e a substituição da força de trabalho<sup>10</sup>. Pode-se referir, também, que a I Revolução Industrial foi mais do que uma simples causa dessas invenções - do tear mecânico, da estrada de ferro, máquina a vapor. Contrapondo-se a esse pensamento, essas inovações que resultaram no trabalho industrializado e que caracterizam a designada Idade Contemporânea, são originadas pelas mutações que estavam ocorrendo nos processos de produção, visando a realização do capital (SPOSITO, 2000).

A substituição dos sujeitos pelas máquinas ocasionou um crescente desemprego e uma exacerbada exploração dos trabalhadores, entre eles, o trabalho feminino e o infantil.

---

<sup>7</sup> Anteriormente a I Revolução Industrial, existiam outras formas de desenvolvimento e organização do trabalho, entre elas o trabalho manufaturado artesanalmente. Os processos de trabalho manufaturados artesanalmente foram caracterizados pela fragmentação das atividades produtivas, pelo acirramento da divisão do trabalho, pela redução dos custos de produção e pela culminação do trabalho assalariado (MARX, 1988). No trabalho manufatureiro os sujeitos eram auxiliados pelas ferramentas. Essa dissociação entre o produtor e os meios de produção é nomeada de acumulação primitiva (MARX, 1988).

<sup>8</sup> O conceito do modo de produção capitalista está relacionado com a apropriação dos meios de produção pelos capitalistas, bem como as relações sociais existentes entre os sujeitos que vendem (trabalhadores) e compram (capitalistas) a força de trabalho, visando à acumulação e centralização de capital (MARX; ENGELS, 1977). Para os capitalistas, o processo produtivo possui um valor de uso, pois lhe é útil gerando a mais-valia (excedente) (MARX, 1988).

<sup>9</sup> Exaltação do trabalho e condenação da indolência com os trabalhadores (THOMPSON, 1987).

<sup>10</sup> A força de trabalho pode ser caracterizada como o conjunto das faculdades físicas e intelectuais do trabalhador que as vende aos detentores dos meios de produção (SALAMA, 1975). O trabalho produzido pela classe trabalhadora é apropriado pelos capitalistas e, à medida que a força de trabalho é algo passível de compra, a mesma passa também a ser considerada uma mercadoria. Essa relação entre a compra e venda da mão-de-obra é tida como uma relação social (MARX, 1988).

As massas desempregadas se concentravam em torno das [...] regiões industriais, oferecendo mão-de-obra abundante, aceitando qualquer trabalho, não importando as condições [...] fazendo longas jornadas de trabalho (15 a 16 horas por dia), sem descanso semanal e férias, com salários irrisórios [...] (BULLA, 1992, p. 66).

Nessa época, a classe operária era destituída de direitos trabalhistas e as condições de trabalho eram precárias. Entre os séculos XVIII e XIX, os processos de trabalho do modo de produção capitalista continuaram se modificando, desencadeando a II Revolução Industrial<sup>11</sup>. Esta Revolução teve como finalidade a intensificação da acumulação de capital<sup>12</sup> e foi promovida pelo desenvolvimento dos setores de transportes, comunicação, produção em série e, principalmente, a utilização do aço e de novas formas de energia - petróleo e eletricidade. A introdução destes novos agentes nos processos de produção gerou o aumento da concentração de capital, favorecendo a transição do capitalismo concorrencial<sup>13</sup> ao monopolista<sup>14</sup>.

Estes novos protótipos de produções industriais, realizados pelo maquinário a vapor - na I Revolução Industrial -, e pelo petróleo e eletricidade - durante a II Revolução Industrial -, foram submetendo os trabalhadores à máquina e desencadearam o acirramento da divisão social do trabalho (MARX, 1988). É neste

---

<sup>11</sup> A II Revolução Industrial teve seu período de ascensão entre meados do século XIX e no século XX.

<sup>12</sup> Os trabalhadores, ao disponibilizarem a sua mão-de-obra aos capitalistas em troca de salários (meios de pagamento), são explorados gerando a mais-valia (excedente produzido), que perpetua a acumulação capitalista. A mais-valia produzida pela classe trabalhadora é apropriada pelos capitalistas, que sempre tentam aumentar os seus lucros, mediante a intensificação da produção que não é paga - por meio dos salários, aos trabalhadores (MARX, 1988).

<sup>13</sup> Era influenciado pelo mercado por meio da lei da oferta e da procura. O capitalismo concorrencial fora baseado no liberalismo econômico, caracterizando-se pela não intervenção estatal, pela livre concorrência e livre circulação de mercadorias (SPOSITO, 2000).

<sup>14</sup> Substituição do capital individual e familiar, pela centralização do capital, realizada pelas grandes empresas, que passaram a monopolizar o mercado, determinando os valores de troca das mercadorias. O valor de troca é tido como uma relação quantitativa, em que os valores de uso de uma determinada espécie são trocados pelos valores de uso de outra espécie (MARX, 1988). Nesse processo acumulativo, os países periféricos subordinam-se aos países de capitalismo avançado, por meio das multinacionais e, mais recentemente, pelas transnacionais.

cenário de predomínio extremo de interesses privatistas, em detrimento dos sociais e coletivos, que culminam as primeiras experiências cooperativistas e/ou associativistas (PINHO, 1966a).

Os Precursores do Cooperativismo prospectavam uma sociedade mais justa e igualitária, em que a organização e sistematização do trabalho estariam inspiradas em princípios norteadores, divergentes do modo de produção capitalista. Esses princípios norteadores podem ser representados pela auto-ajuda, responsabilidade, solidariedade<sup>15</sup>, conscientização<sup>16</sup>, democracia<sup>17</sup>, autogestão<sup>18</sup>, igualdade<sup>19</sup>, participação<sup>20</sup>, entre os trabalhadores (RECH, 1991).

O trabalho cooperativado - em que o processo de execução (realização) e concepção (criação) é considerado dever e direito dos próprios cooperados -, possui como marco simbólico a Cooperativa Matriz de Rochdale, fundada em 1844, na Inglaterra (HUGON, 1980). Antes, porém, de referir a Cooperativa de Rochdale, se faz necessário introduzir, de forma sucinta, os Precursores do Cooperativismo e suas principais contribuições.

---

<sup>15</sup> Solidariedade refere-se à cooperação, ajuda mútua, reciprocidade de interesses e responsabilidades nas relações de trabalho.

<sup>16</sup> Conscientização pode ser compreendida como a descoberta e problematização dos interesses de determinados sujeitos ou grupos sociais, sobre a realidade e sobre o mundo material e concreto (SOUZA, 2004).

<sup>17</sup> Democracia, neste caso pode ser compreendida como uma forma de organização popular, em que as relações entre os sujeitos são estabelecidas pela igualdade e pela participação de todos nas decisões autogestionárias (CARVALHO, 2004).

<sup>18</sup> Considera-se os empreendimentos econômicos cuja gestão é exercida democraticamente pelos trabalhadores e que se realiza no mercado. É “o conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um ‘coletivo’. É um exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações sociais de cooperação entre as pessoas e/ou grupos [...] por expressarem intencionalmente relações sociais mais horizontais” (ALBUQUERQUE, 2003, p. 20).

<sup>19</sup> Igualdade está relacionada com o fato de todos os sujeitos serem tratados igualmente, ou seja, da mesma forma, do mesmo modo, sendo que todos usufruem os mesmos direitos e deveres (CARVALHO, 2004).

<sup>20</sup> Participação pode ser compreendida pela mobilização e organização social, capacitação e conscientização dos trabalhadores, sujeitos vivenciadores da experiência, ou seja, integrantes da associação (SOUZA, 2004).

Um dos primeiros atores sociais que se tem indício e que concebeu o pensamento social e econômico cooperativista, está vinculado a P. C. Plockboy. Plockboy que era holandês, radicado na Inglaterra - berço da Revolução Industrial e do Cooperativismo -, prospectava associações unidas em torno de pequenos grupos e/ou associações de familiares (SCHNEIDER, 1991). Estas associações seriam constituídas pela contribuição disponível de seus integrantes, como, por exemplo, a força de trabalho, animais, terra, entre outros.

A sistematização destas associações pensadas por Plockboy foi publicada, em 1659, num ensaio intitulado “Os Procedimentos que Tornem Felizes os Pobres Desta Nação e Outros Povos” (PINHO, 1977). Este ensaio continha procedimentos, segundo o pensamento de Plockboy, que objetivavam a melhoria da qualidade de vida e felicidade dos sujeitos.

Outro precursor que contribui para o pensamento primordial do Cooperativismo foi o inglês John Bellers (SCHNEIDER, 1991). Bellers, que viveu entre 1654 a 1725, imaginou um tipo de colônia - ao contrário de Plockboy -, que deveria ser composta por 300 a 3000 associados (OLIVEIRA, 1984). Nestas colônias deveria existir a cooperação entre seus integrantes, durante os processos de trabalho. Seus pensamentos, acerca do Cooperativismo, foram publicados na obra “Proposições para a Criação de Trabalho de Todas as Indústrias Úteis e da Agricultura” (PINHO, 1977).

Tanto Bellers como Plockboy, possuem a sua relevância e contribuição enquanto pensadores de modelos cooperativistas, pois prospectaram uma sociedade mais justa e igualitária, por meio dos processos de produção coletivos. Ambos os pensadores deixaram como legado as suas respectivas publicações.

As primeiras experiências cooperativistas se devem, entretanto, aos integrantes e conceptores do Socialismo Utópico. Os Socialistas Utópicos

almejavam uma sociedade mais solidária e sem desigualdade social.

O cooperativismo surgiu dentro do socialismo utópico ou cristão da primeira metade do século XIX, através de reformadores humanistas que o colocaram como instituição típica da economia social. Situa-se entre o liberalismo capitalista e o socialismo marxista [...] (GRAÇA, 1988, p. 46).

Os atores sociais que compuseram esse movimento<sup>21</sup> foram considerados Utópicos por terem tido uma visão transformadora da sociedade burguesa - objetivando eliminar o individualismo e a concorrência -, mediante a organização dos sujeitos em torno do consumo e da produção coletiva (OLIVEIRA, 1984), por meio da criação de empreendimentos com princípios que divergiam do modo de produção capitalista. Neste sentido, os Socialistas Utópicos almejavam em fazer essa transição, sem a necessidade da luta de classes, divergindo assim, dos Socialistas Científicos<sup>22</sup>.

Um dos principais atores sociais que integrou o Socialismo Utópico foi Robert Owen (SCHNEIDER, 1991). Influenciado pelos pensamentos de John Bellers, Robert Owen, que viveu entre os anos de 1771 a 1888, é tido como pioneiro do Socialismo Inglês e pai do Cooperativismo. Este socialista, designado de utópico, se revoltou contra a precariedade das condições e relações de trabalho existentes na

<sup>21</sup> “Movimentos sociais são formas de enfrentamento das contradições sociais que se expressam em reações coletivas a algo que se apresenta como bloqueio ou afronta aos interesses e necessidades coletivas de determinado grupo social” (SOUZA, 2004, p. 99).

<sup>22</sup> Os proprietários dos meios de produção exploram os trabalhadores por meio da obtenção da mais-valia, gerando a concentração de riquezas. Essa concentração de capital e do trabalho socialmente produzido resultou em tensões e lutas sociais, especialmente a luta de classes, processo analisado no livro *O Capital* (MARX, 1988). Conforme Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), conceptores do Socialismo Científico, somente existiriam sociedades mais justas e igualitárias quando o sistema capitalista se esgotasse e fosse substituído por outro modo de produção, que superasse a contradição capitalista. Esse outro sistema produtivo, segundo esses autores, seria o socialismo. Neste último, a propriedade privada e as classes sociais deveriam ser eliminadas, gerando a propriedade social dos meios de produção. Na seqüência dessas transformações, entre os modos de produção, em seu último estágio, pregavam Marx e Engels que haveria a passagem do socialismo ao comunismo, eliminando assim, as classes sociais e o Estado Burguês.

Europa, entre os séculos XVIII e XIX.

Owen era industrialista, proprietário de fábricas de algodão em New Lanark, na Escócia. Mediante sua experiência - enquanto proprietário de meios de produção -, defendeu que a ordem social e econômica vigente deveria ser substituída por um novo modelo. Este modelo estaria embasado na convivência harmoniosa entre os trabalhadores, tendo-se a competição e a acumulação capitalista - que considerava responsáveis pelas desigualdades sociais -, extintas (OLIVEIRA, 1984).

Owen pensava, também, que os sujeitos eram produtos do meio social em que viviam e, para modificá-los, seria necessário primeiramente a transformação desse ambiente social. Owen, porém, não pregava essa mudança por meio das lutas de classes - divergindo de Marx e Engels -, mas que essa transformação do meio social deveria ocorrer de forma pacífica, moderada e gradativa (HUGON, 1980).

Esse “conceptor” do Cooperativismo projetava um meio social em que as relações de trocas, entre os sujeitos, seriam estabelecidas pelo consumo urbano. Para isso, Owen propunha a criação de colônias. “Owen transformou a grande fábrica de fios de algodão de New Lanark (Escócia) em colônia-modelo” (AGUIAR, 2002, p. 21). Esta colônia, tida como modelo, foi palco de diversas mudanças ousadas e inovadoras para a época. Entre estas mudanças, pode-se referir: a regulamentação da jornada de trabalho de quatorze horas para dez horas e trinta minutos, a proibição de trabalho para crianças menores de 10 anos, o amparo à velhice, a implantação de medidas previdenciárias para os trabalhadores, como a assistência à saúde (PINHO, 1977).

Após doze anos transcorridos de experiência, Owen conclui que a criação de colônias e/ou outros meios, não seria a forma mais adequada para o modelo cooperativista, mas esse deveria imergir e estar respaldado, pela solidariedade e espontaneidade entre os sujeitos (HUGON, 1980). Apesar, entretanto, de suas

experiências não terem sido “fortalecidas” - devido ao desconhecimento de Owen acerca dos interesses privatistas dos próprios sujeitos -, as mesmas contribuíram para a criação de outros empreendimentos respaldados no consumo, entre eles, a Cooperativa de Rochdale<sup>23</sup>, o Banco de Trocas de Proudhon<sup>24</sup> e a implantação da cooperativa de consumo em Brighton, em 1826, por William King<sup>25</sup> (SCHNEIDER, 1991).

Outro ator social conceptor que exerceu grande importância ao Cooperativismo foi François Marie Charles Fourier<sup>26</sup>, de nacionalidade francesa e que viveu entre os anos de 1772 a 1837. *Fourier* divergia de Owen em certos aspectos, pois propunha uma sociedade estabelecida por associação de produção rural, sem a necessidade de abolir a propriedade privada (HUGON, 1980).

*Fourier* publicou em 1829, sua teoria no *Le Monde Industriel et Sociétaire*. Mediante sua teoria, que consistia na prática associativista<sup>27</sup> - que poderia ser composta por todos os sujeitos -, *Fourier* objetivava solucionar os malefícios sociais, atribuídos pelas péssimas condições de vida em que os trabalhadores se

---

<sup>23</sup> Será vista na seqüência do capítulo.

<sup>24</sup> Pierre Joseph Proudhon, que viveu entre 1809 a 1865, foi um dos “principais teóricos socialistas do século XIX” (BULLA, 1992, p. 69), e nos seus escritos encontravam-se argumentos anarquistas. *Proudhon* criticava veementemente a organização das relações socioeconômicas estabelecidas pelo capitalismo. Segundo sua concepção, a reforma da sociedade deveria ter como princípios norteadores a ação da justiça, tendo-se esta última como sinônimo de igualdade e liberdade entre os sujeitos. A principal contribuição de *Proudhon* consiste na descrença, em relação às mudanças no sistema capitalista, realizadas pela produção ou repartição dos produtos. Para *Proudhon*, a transformação deveria ocorrer tendo-se como elemento fundante as trocas de mercadorias (HUGON, 1980).

<sup>25</sup> William King (1786-1865), inglês que, com seus pensamentos, juntamente com *Owen*, influenciou a Cooperativa de *Rochdale*. *King* posicionou-se contra a exploração da classe trabalhadora, e sua visão de homem e de mundo era influenciada pela doutrina Cristã. *King* prospectava nas cooperativas a existência de um trabalho de educação com os seus integrantes, baseado nos princípios morais do cristianismo. *King* defendia, também, a idéia de que os excedentes gerados deveriam ser reaplicados e cooptados na cooperativa, por intermédio do capital social, visando a sua ampliação e a introdução de novos integrantes (HUGON, 1980).

<sup>26</sup> *Fourier* sofreu grande influência de *L'Ange*. *L'Ange* em 1792 publicou um folheto - diante do ambiente revolucionário encontrado naquele momento na França -, intitulado de “Meios Simples e Fáceis para Alcançar a Abundância e o Justo Preço do Pão” (AGUIAR, 2002).

<sup>27</sup> “Um conjunto de práticas sociais datadas e localizadas historicamente, que propõe autonomia [...] qualificando a cooperação entre as pessoas, porque baseia essas práticas sociais na reciprocidade, na confiança, na pluralidade e no respeito mútuo” (ALBUQUERQUE, 2003, p. 15).

encontravam (PINHO, 1977).

*Fourier*<sup>28</sup> também propunha uma sociedade mais justa e igualitária. Esta nova forma de sociedade seria estabelecida pela implantação de unidades auto-suficientes de produção rural. Estas unidades de produção rural foram nomeadas de *Falansterio* - significando Hotel Cooperativo (OLIVEIRA, 1984).

Com os protótipos cooperativistas respaldados no consumo e na produção agrícola, foram concebidos outros modelos coletivos de Cooperativismo, entre eles as cooperativas de produção e cooperativas de créditos. Um dos precursores que se destacam, em relação às cooperativas de produção, é nomeado de Saint-Simon.

Saint-Simon, também era francês e viveu entre os anos de 1760 a 1825. *Simon* teve como formação a Economia e a Filosofia e é identificado como o conceptor do *Sansimonismo* ou Socialismo Industrialista. Simon pensava ser a produção de coisas úteis à vida - noção construtiva -, a finalidade da existência do mundo.

Simon acreditava também que “a organização do trabalho e da produção levaria ao desaparecimento da pobreza” (BULLA, 1992, p. 68). Simon pensava a reforma do setor de produção por meio da própria produção, ou seja, a produtividade deveria alcançar o auge máximo de expansão para poder, então, assegurar, com prosperidade - segundo esse precursor -, a melhor organização social e econômica (HUGON, 1980).

Referentes às cooperativas de produção, além da contribuição de Simon, outros dois atores sociais são de fundamental importância, Philippe Buchez (1796-

---

<sup>28</sup> Assim como *Owen*, *Fourier* também obteve sujeitos favoráveis e contrários as suas concepções cooperativistas, tendo-se destacado *Victor Considérant* e *Poisson*. *Victor Considérant* foi um dos principais seguidores das idéias de *Fourier*. Criou a *Doutrina Sociale*, que foi expandida nos Estados Unidos da América (PINHO, 1977). Enquanto *Considérant* divulgava os ideais de *Fourier*, no entanto, *Poisson* contestava essas contribuições. *Poisson* não considerava nem *Fourier*, nem *Owen* como os pais do cooperativismo (PINHO, 1977).

1865) e Louis Blanc (1812-1882). Estes dois precursores prospectaram as cooperativas operárias de produção industrial.

Philippe Buchez pensou uma cooperativa que agrupasse operários de uma mesma profissão, que seriam regidos por um contrato de trabalho. Este contrato consistia na regulamentação de que 20% da arrecadação seriam destinados ao capital social<sup>29</sup> da cooperativa (PINHO, 1977). Para a fundação de uma cooperativa seria necessária a arrecadação de contribuições fornecidas pelos próprios cooperados. Esta arrecadação daria subsídios para a junção do capital social da cooperativa.

Louis Blanc, o outro precursor de cooperativas de produção, condenava a livre-concorrência e era a favor da intervenção estatal nas cooperativas. Esta intervenção estatal consistiria na criação e fornecimento de auxílios, incentivos e serviços públicos, com o intuito de apoiar esses empreendimentos coletivos (PINHO, 1977). Ainda segundo Blanc, a renda dos cooperados deveria ser distribuída com igualdade entre os mesmos, por meio da oficina social. Esta oficina seria constituída pela produção especializada e pela posterior comercialização das mercadorias (PINHO, 1977).

Um outro protótipo, respaldado também em princípios cooperativistas, foi criado por Hermann Schulze da cidade de *Delitzsch* na Alemanha. Schulze (1808-1883), foi um dos primeiros conceptores das cooperativas de crédito. As cooperativas de crédito, durante o período de sua implementação, foram destinadas, sobretudo, à classe média urbana (artesãos/comerciantes) e adotaram o princípio do *self-help* (PINHO, 1966a). Este princípio, *self-help*, consistia na recusa da intervenção estatal ou auxílio filantrópico. O capital das cooperativas de crédito, neste modelo, era dividido em quotas-partes, tornando os associados responsáveis pela sociedade (PINHO, 1966a).

---

<sup>29</sup> O capital social se divide em capital físico (infra-estrutura) e capital humano (serviço, pesquisa, ensino, etc.) (O' CONNOR, 1977).

Outro modelo de Cooperativismo de crédito foi criado por Friedrich W. Raiffeisen<sup>30</sup>, também na Alemanha. Raiffeisen criou esse modelo de cooperativa para suprir as necessidades dos agricultores, sendo influenciado pelo cristianismo (PINHO, 1966a). Ao contrário das cooperativas de Schulze-Delitzsch, as de Raiffeisen admitiam auxílio filantrópico, assim como preconizavam a criação de um banco para atender as cooperativas existentes (PINHO, 1966a).

Por último, antes de adentrar na Cooperativa de Rochdale, deve-se referir outro ator social, precursor cooperativista que merece ressalva: Charles Gide. Gide exaltou a importância de Fourier - ao contrário de Poisson -, aos Princípios do Cooperativismo e liderou o grupo de discussão sobre os pensamentos cooperativistas, que posteriormente gerou a Escola de Nines, em 1886, no sul da França (HUGON, 1980).

Charles Gide elaborou virtudes que, segundo seu pensamento, deveriam estar compreendidas dentro das relações cooperativistas, sendo elas: a) viver melhor por meio do auxílio mútuo; b) evitar as dívidas, pagando em dinheiro; c) poupar sem privação de necessidades; d) eliminar o distanciamento entre a produção e o consumo; e) combater o alcoolismo; f) introduzir as mulheres na questão social; g) educar o povo à autogestão econômica e política; h) proporcionar a todos o acesso à propriedade; i) estabelecer preço justo; j) eliminar o lucro capitalista; l) abolir os conflitos entre os cooperados (PINHO, 1977). Estas virtudes foram de fundamental importância à sistematização dos Princípios do Cooperativismo.

Seus princípios foram considerados revolucionários para a época, pois propunham uma sociedade mais justa, sem a existência da exploração e

---

<sup>30</sup> Este modelo de Cooperativismo foi trazido pelos imigrantes germânicos ao Brasil, com o processo de colonização. Na região do Vale do Rio Pardo, que será vista no Capítulo II, o surgimento do Cooperativismo se deve, entre outros aspectos, às heranças culturais dos imigrantes teutos, que foram os colonizadores dessa região.

acumulação capitalista. Outro princípio de Gide que merece ressalva é a introdução das mulheres nos processos de trabalho, numa época em que as mesmas não eram reconhecidas e não possuíam direitos.

Gide propunha também a substituição do sistema capitalista pela República Cooperativista. Essa mudança, segundo seus pensamentos, seria realizada mediante a introdução das cooperativas de consumo, das cooperativas de produção industrial e das cooperativas de produção agrícola, sucessivamente, na sociedade, com suas respectivas relações. Gide objetivava a transformação social e a eliminação da mais-valia pelos capitalistas nos processos de trabalho, fazendo com que ocorresse um processo de rompimento com o capitalismo (HUGON, 1980).

Com o surgimento das primeiras experiências, compreendidas como cooperativistas e seus conceptores, o Cooperativismo e seus princípios norteadores foram sendo instituídos em empreendimentos coletivos, tendo-se como marco simbólico a Cooperativa Matriz de Rochdale<sup>31</sup>.

A Cooperativa Pioneira de Rochdale tem a sua origem vinculada a uma greve, realizada em 1843, na cidade de Rochdale, por trabalhadores que reivindicavam melhores salários e condições de trabalho. Essa manifestação referida fracassou, tendo-se como consequência a demissão de dez funcionários (OLIVEIRA, 1984). Com o resultado obtido pela manifestação (demissões), os tecelões de Rochdale se reuniram e buscaram, para aquele momento, uma alternativa econômica e viável que possibilitasse as suas sobrevivências. Foi sob essa conjuntura que esses atores sociais resolveram formar uma cooperativa e iniciaram a realização de reuniões (PINHO, 1966a).

---

<sup>31</sup> Em 1819, na cidade de *Manchester*, na Inglaterra, ocorreu uma importante manifestação organizada pelos trabalhadores, que contribuiu para a fundação da Cooperativa de Rochdale. Essa mobilização teve como intuito fazer com que o Parlamento Inglês abolisse as leis de proibição de associações e as greves por parte dos trabalhadores. A liberdade de associação foi decretada no ano de 1824.

Os pensamentos dos socialistas utópicos e de outros precursores permeavam as reuniões dos tecelões, sendo que seus participantes estavam dispostos a criar um novo modelo de Cooperativismo, tendo como finalidade não repetir os erros anteriores de seus antecessores.

Estes trabalhadores se organizaram e arrecadaram subsídios financeiros entre os próprios trabalhadores, para a constituição de um fundo (SCHNEIDER, 1991). Este fundo serviu para a fundação do armazém da cooperativa de consumo, que era defendido por seus precursores James Daty, Charles Howart, James Smithies, Hohn Hill e John Bent. Em reuniões posteriores, contando já com vinte e oito tecelões, os trabalhadores elaboraram o projeto do armazém cooperativo almejado e designaram-no de “Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale” (PINHO, 1966a). Até a data de 1844 economizaram para cooptar o capital social necessário - uma libra esterlina por integrante -, e em 21 de dezembro de 1844, inauguraram o armazém cooperativo (PINHO, 1966a). Após quase dois séculos a Cooperativa de Rochdale é considerada um marco ao Cooperativismo.

Outra contribuição importante dos cooperados de Rochdale foi a elaboração de sete princípios, em suas reuniões, designadas de Sala de Temperança, que posteriormente foram concebidos como os princípios do Cooperativismo. Em setembro de 1966 ocorreu um Congresso no qual foram instituídos os Princípios Básicos do Cooperativismo, consagrados pela Aliança Cooperativa Internacional<sup>32</sup>, originadas pela cooperativa de Rochdale e pelo Congresso de setembro de 1937 (PINHO, 1977).

---

<sup>32</sup> A Aliança Cooperativa Internacional - ACI, fundada em 1895 na cidade de Londres, tem como objetivo dar continuidade à obra da Cooperativa de *Rochdale*, reunindo e representando cooperativas de todo o mundo (OLIVEIRA, 1984); atualmente possui sede em Genebra, na Suíça. “A ACI na sua operacionalização objetiva influir cooperativamente sobre as políticas governamentais e legislações nacionais; ajudar o desenvolvimento institucional das cooperativas; centralizar-se no desenvolvimento dos recursos humanos; incentivar, arrecadar e estimular recursos financeiros para dar suporte às cooperativas” (PINHO, 2004, p. 69).

Os princípios são constituídos pela: a) adesão livre (livre entrada ou saída de cooperados); b) gestão democrática (cada cooperado tem direito a um voto, não dependendo da quantidade de capital investido); c) taxa limitada de juros ao capital (as cooperativas não podem cobrar juros elevados sobre o capital investido, para os novos cooperados); d) distribuição de sobras equivalentes (as sobras pertencem aos cooperados e podem ser distribuídas de forma igualitária aos associados e aplicar pelo menos 10% à cooperativa); e) neutralidade social e política (os integrantes da cooperativa não podem discriminar sobre nenhum aspecto os cooperados e impedir a adesão de novos cooperados); f) ativa cooperação entre as cooperativas (integração entre cooperativas locais, nacionais e internacionais); g) educação, capacitação e informação (constituição de um fundo para a educação e capacitação dos cooperados) (RECH, 2000).

Por meio desta retrospectiva, contata-se que o Cooperativismo emergiu num contexto socioeconômico de extrema exploração dos trabalhadores pelo capital. Neste sentido, as experiências dos Precursores do Cooperativismo representam um papel muito significativo. Constituíram-se numa das formas de resistência dos sujeitos perante o capital e seus processos de produção, pois introduziram princípios nos processos de trabalho que se diferenciam da lógica e da finalidade do sistema capitalista. Os Socialistas Utópicos, entretanto, prospectavam transformar a realidade mediante o consumo e a produção coletiva, ignorando a base material em que se constitui a sociedade capitalista. Assim, refere-se que os Socialistas Utópicos - apesar de terem uma contribuição muito importante ao Cooperativismo -, se respaldavam em pensamentos e ideais que não davam conta da transformação da realidade. Acreditavam que, por meio de experiências cooperativistas e/ou associativistas, o modo de produção capitalista seria transformado.

Tendo-se como embasamento o Método Dialético-Crítico, não se compreende neste estudo as experiências cooperativistas e/ou associativistas como forma de substituir o sistema capitalista, pois estes empreendimentos também estão inclusos neste modo de produção - divergindo, assim, dos Socialistas Utópicos. Percebe-se, entretanto, estas experiências como uma das alternativas de gerar trabalho e renda aos sujeitos, bem como formas da classe trabalhadora resistir às manifestações da questão social, e ao próprio capital. Essa resistência e contestação ao capital e às manifestações da questão social, pode ser referida a partir do momento em que os processos de trabalho destes empreendimentos coletivos são efetivados e respaldados em elementos que divergem da finalidade e da lógica do capitalismo - Princípios do Cooperativismo<sup>33</sup>. No próximo subitem serão introduzidas, sucintamente, as primeiras experiências associativistas e cooperativistas suscitadas no Brasil, que são anteriores aos empreendimentos que correspondem à Economia Popular Solidária.

## 1.2 O COOPERATIVISMO NO BRASIL

O Cooperativismo e o Associativismo no Brasil também se fizeram presentes, obtendo grande importância tanto no período da colonização brasileira - principalmente no sul do país, com os imigrantes ítalo-germânicos -, como também, a partir de meados da década de 80 do século XX, por meio de experiências compreendidas como Economias Populares e Solidárias.

Existem registros de experiências fundamentadas no trabalho coletivo, no Brasil, desde o ano de 1610, com a fundação das primeiras Reduções Jesuíticas, no

---

<sup>33</sup> Referidos anteriormente.

Estado do Rio Grande do Sul. A presença inicial do Cooperativismo no país deve-se à forte influência cultural e política européia, como uma forma de introduzir o trabalho coletivo, com o intuito de atender os interesses dos países colonizadores.

A fundação da primeira cooperativa brasileira ocorreu em 27 de outubro de 1889, na cidade de Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais, e foi nomeada de Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto (PINHO, 2004). Esta experiência foi seguida pela criação de outras experiências cooperativistas, entre elas, em 1891, em Limeira<sup>34</sup> no Estado de São Paulo, e posteriormente em outros Estados, como Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais (CATTANI, 2003).

O incentivo ao Cooperativismo pelo Estado no país, emergiu mais visivelmente no primeiro congresso realizado pela Sociedade Nacional de Agricultura, em 1903, no Rio de Janeiro. As cooperativas agro-exportadoras, que foram estimuladas pelo governo, obtiveram uma significativa importância econômica e social no incipiente século XX. Estas cooperativas contribuíram para a diminuição do *déficit* econômico do Brasil por meio das exportações e, os seus integrantes - os agricultores -, recebiam subsídios do Estado (SCHNEIDER, 1991).

É a partir de 1932, com o decreto nº 22.239, durante o Governo Getúlio Vargas, porém, que surge a primeira Legislação Cooperativista.

[...] o Estado desde o final da década de 1930, passou a influir de forma marcante no cooperativismo, visando não apenas enquadrar as cooperativas nas metas nacionais de desenvolvimento, mas principalmente como alternativa de desenvolvimento (SCHNEIDER, 1991, p. 332).

O Cooperativismo foi estimulado nessa conjuntura devido à grande recessão, advinda da depressão gerada pela queda da bolsa de Nova York. No Estado do Rio

---

<sup>34</sup> Cooperativa de Empregados em Companhia Telefônica.

Grande do Sul, a implantação do Cooperativismo se deve ao processo de colonização ítalo-germânica. No limiar do século XX

[...] começaram aparecer algumas cooperativas inspiradas em modelos trazidos por imigrantes estrangeiros, alguns deles anarquistas e sindicalistas, ou por uns poucos idealistas brasileiros, que tinham conhecimentos do sucesso de associações de crédito cooperativo para pequenos agricultores, na Alemanha e na Itália (PINHO, 2004, p. 13).

Os imigrantes italianos e germânicos trouxeram como herança da Europa sua experiência relacionada ao Cooperativismo, e o implantaram com seus princípios em diversas comunidades rio-grandenses.

Nas regiões de colonização germânica, o cooperativismo se desenvolveu por meio de cooperativas de crédito, as populares Caixas Rurais do tipo *Raiffeisen*<sup>35</sup>. As Caixas Rurais foram de grande importância ao desenvolvimento dessas colônias e ao respectivo estabelecimento dos imigrantes alemães nessas regiões (ONOFRIO, 1961). O padre suíço Theodor Amstad, a partir de 1902, fundou a primeira cooperativa de modelo *Raiffeisen*, localizada em Linha Imperial - hoje Nova Petrópolis.

Denomina-se inicialmente "Caixa Econômica e de Empréstimos de Nova Petrópolis" foi ela o ponto de partida da maior rede de organizações tipo *Raiffeisen* na América do Sul. Seus primeiros estatutos foram redigidos inteiramente em idioma alemão, e obedeciam ao modelo das instituições similares européias (ONOFRIO, 1961, p. 23).

Após a implantação da Caixa Rural de Nova Petrópolis, expandiu-se esse modelo de Cooperativismo à colonização germânica no Estado do Rio Grande do Sul. Este protótipo de Cooperativismo, posteriormente foi implantado nos municípios

---

<sup>35</sup> Caixas Rurais *Raiffeisen*, que tiveram suas origens referidas anteriormente, são "cooperativas de crédito com características especiais, tais como: adoção do princípio cristão de amor ao próximo e de auxílio de caráter filantrópico, [...] valorização da formação moral dos associados, os quais assumem responsabilidade solidária e ilimitada quanto às obrigações contraídas pela cooperativa. Os créditos são concedidos em longo prazo" (PINHO, 2004, p. 99).

de Bom Princípio (1903), Lajeado (1905) e São José do Herval (1907).

Outro modelo cooperativista disseminado no Estado do Rio Grande do Sul, mais precisamente na região de colonização italiana, foi respaldado na produção agrícola. “O italiano De Stefano Paterno, no contexto de ampla campanha oficial realizada pela Sociedade Nacional de Agricultura, por delegação do Governo Federal” (PINHO, 2004, p. 13), foi quem difundiu o Cooperativismo na colonização italiana.

Essa campanha nacional de Cooperativismo agrícola teve como proposição, promover o Cooperativismo de modelo misto de seção de crédito, nas colônias italianas, objetivando a colonização. Diversas cooperativas, oriundas dessa campanha governamental, foram organizadas nos municípios de Caxias do Sul, Garibaldi, Bento Gonçalves, Antonio Prado, Vila Nova, Veranópolis, Guaporé e, também, em Porto Alegre.

A partir da década de 80 do século XX, o Cooperativismo no Brasil recebe uma nova conotação. Os Precusores do Cooperativismo na Europa foram atingidos pelas manifestações da questão social, geradas entre a I e II Revolução Industrial, enquanto que os empreendimentos coletivos e populares, emergidos no final do século XX e início do novo milênio, estão sendo suscitados, novamente, pelas manifestações da questão social, entretanto agora de uma forma diferenciada, pois, os “processos de produção” estão num estágio tão “evolutivo de acumulação de capital”, que a força de trabalho encontra-se cada vez mais à margem do mesmo.

É dessa contradição entre a “evolução” do estágio que se encontra o capital, originário das novas transformações que estão ocorrendo nos processos de trabalho - III Revolução Industrial -, que resultam na precariedade das condições e relações de trabalho e no crescente “desemprego”, que normalmente culminam experiências

designadas de Economia Popular Solidária<sup>36</sup>.

### 1.3 CENÁRIO DO SURGIMENTO DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA

Os séculos XX e XXI são cenários de acentuadas transformações no mundo do trabalho, com suas respectivas implicações sociais e econômicas. Empreendimentos cooperativistas que culminaram no final do século XX, por meio de experiências populares e solidárias, podem ser compreendidos como uma das alternativas dos trabalhadores de gerar trabalho e renda, diante das novas manifestações da questão social<sup>37</sup>. Estas experiências coletivas são originadas pelos próprios trabalhadores, que se inserem nestes empreendimentos, objetivando a geração de trabalho e renda (SINGER, 2000a).

Para introduzir as novas transformações que estão ocorrendo nos processos de trabalho - que tem como finalidade a centralização e intensificação da acumulação capitalista - é necessário que se apresente, primeiramente, o contexto socioeconômico existente no século XX, cenário que desencadeou estas transformações.

No período Pós-Guerra vigorou o modelo de Estado designado de *Welfare State*, em países de economia capitalista avançada. O *Welfare State* tinha como finalidade a intervenção no planejamento econômico, montando esquemas de transferências sociais públicas, disponibilizando bens e serviços aos cidadãos<sup>38</sup> (COUTO, 2004). Este modelo

---

<sup>36</sup> Temática que será apresentada no próximo Capítulo.

<sup>37</sup> A questão social, atualmente, se refere, basicamente, a partir da produção e distribuição de riquezas, ou seja, das desigualdades sociais geradas pela má distribuição da renda entre os sujeitos (CASTEL, 1997). Essas manifestações podem ser constatadas pelas desigualdades sociais em suas múltiplas expressões sociais, originadas pelo conflito entre o capital e o trabalho, como o não acesso a direitos, a exploração nas relações de trabalho, o desemprego e o subemprego, a baixa qualidade de vida, as diversas formas de violência, entre outras.

<sup>38</sup> São considerados cidadãos os sujeitos que usufruem os Direitos Cívicos, Políticos e Sociais no regime de Estado Democrático. Pode-se referir como Direitos Cívicos o direito à vida, à liberdade, à propriedade e à igualdade; como Direitos Políticos o direito a demonstrações políticas, liberdade de opinião, organização de partidos, votar e ser votado; e os Direitos Sociais compreendidos pelo direito à educação, à saúde, à aposentadoria, a salário justo, etc. (CARVALHO, 2004).

de Estado contribuiu para o *Boom Econômico* nesses países, até o final da década de 60 do século XX. Pode-se elencar como benefícios sociais repassados pelo Estado aos cidadãos: os rendimentos, a habitação, a alimentação, a educação, a saúde, entre outros.

Este modelo de Estado, *Welfare State*, foi utilizado para regular as crises cíclicas do capital, mediante as políticas *Keynesianas*<sup>39</sup>, sendo fundamental para a superação da estagnação econômica em que o capitalismo se encontrava (OLIVEIRA, 1999). A lei dos mercados, embasada na teoria econômica em que a oferta cria sua própria demanda, não era mais suficiente para equilibrar a economia. Para Keynes era “necessário à intervenção do Estado através de um planejamento, para que as condições de acumulação capitalista sejam restabelecidas” (COUTO, 2004, p. 65). O fundo público, por intermédio do *Welfare State*, passou a financiar a acumulação de capital e a reprodução da força de trabalho, por meio dos gastos sociais e pelo pleno emprego<sup>40</sup> (OLIVEIRA, 1999). Neste período de vigência do *Welfare State*, vigoravam os protótipos de produção *Tayloristas* e *Fordistas*.

“O ‘*Taylorismo*’ ou ‘administração científica do trabalho’ surge como uma nova cultura do trabalho na passagem do século XIX para o século XX, nos Estados Unidos, nação que começava a despontar como potência mundial” (DRUCK, 1999, p. 41). Objetivando eliminar a dependência do capital em relação à habilidade manual da força de trabalho, Taylor<sup>41</sup> estabeleceu os seguintes princípios:

---

<sup>39</sup> Teoria econômica elaborada por John Maynard Keynes (1883-1946). Essa teoria foi implementada pelo presidente *Roosevelt* nos Estados Unidos da América, por meio do *New Deal*, durante o período de Depressão após a crise de 1929 (queda da bolsa de Nova York, que atingiu em esfera global todos os países capitalistas).

<sup>40</sup> Uso pleno de todos os fatores de produção - força de trabalho e meios de produção (MARX, 1988). Isto significa que a demanda de trabalho é igual à oferta e para sua existência não pode haver mais do que 3 % a 4 % de desemprego.

<sup>41</sup> Taylor, fundador da “gerência científica”, começou sua carreira como operário numa fábrica. A partir de suas experiências, enquanto sujeito trabalhador, se dedicou a observar e a estudar os tempos e movimentos realizados em cada fase da produção.

a) dissociação dos processos de produção, pela especificação das atividades dos trabalhadores; b) separação do trabalho de concepção e de execução; c) utilização do conhecimento de concepção, para controlar cada fase da produção e o seu modo de execução (HARVEY, 1999).

Com a cisão entre o trabalho intelectual e o operacional, o *Taylorismo*, por meio da gerência científica, racionalizou a produção. A gerência científica passou a controlar os modos e tempos da produção, bem como os rendimentos da força de trabalho, estabelecendo uma estrutura hierárquica entre a gerência e os trabalhadores (ANTUNES, 1995).

Utilizando as inovações criadas por Taylor nos processos produtivos, em 1913 Henry Ford<sup>42</sup> implantou a linha de montagem<sup>43</sup> na indústria automobilística, acoplada a esteira rolante, obtendo a produção de mercadorias padronizadas e em massa (FLEURY; VARGAS, 1983). Com esse protótipo, que desenvolveu a mecanização associada e parcialmente automatizada, o controle nos processos de trabalho não precisava mais ser realizado diretamente pelo gerente, mas pelos próprios maquinários<sup>44</sup> (PIRES, 1998).

Outra caracterização do *Fordismo* foi que se constituiu no processo contínuo da produção, que agregou a produtividade ao consumo, ou seja, sempre dispondo de estoque mínimo de mercadorias (*Just-In-Case*). Também pode ser considerado o protótipo de processo de trabalho, que separou respidamente o trabalho de concepção e o de execução (ANTUNES, 2003). Esta ruptura entre o trabalho de execução e concepção foram elementos preponderantes para a alienação dos

---

<sup>42</sup> O *Fordismo* teve seu desenvolvimento hegemônico no período pós-guerra e pôde ser desenvolvido, ao fundir-se com o *Taylorismo*.

<sup>43</sup> Estas linhas de montagem foram caracterizadas pelo parcelamento e desenvolvimento de atividades laborais repetitivas, tidas como prejudiciais à saúde dos trabalhadores.

<sup>44</sup> No *Fordismo* eram as máquinas (esteiras) que levavam o trabalho até os operários, eliminando, assim, os tempos mortos de produção (desnecessários).

operários, diante da organização e processos de trabalho.

Estes dois modelos predominaram no processo de industrialização, tendo, então, as suas principais caracterizações direcionadas à racionalização e hierarquização nas relações e processos de trabalho; a homogeneização das mercadorias, realizada pela produção em massa e em série; o combate ao desperdício na produção; o aumento na produtividade do trabalho e da intensificação das formas de exploração pelos capitalistas (ANTUNES, 2003).

Não se deve confundir, porém, o *Taylorismo* com o *Fordismo*. O *Taylorismo* se caracterizou pela racionalização científica do trabalho e pôde ser viabilizado em pequenas e médias empresas, enquanto que o *Fordismo* envolveu uma nova organização dos processos de trabalho, por meio de máquinas-ferramentas especializadas, da mecanização e da intensa divisão de atividades laborativas, tendo-se o seu desenvolvimento em grandes empresas, com a obtenção de produtos padronizados (LARANGEIRA, 2000). Estes modelos que contribuíram para a exploração da classe trabalhadora representaram,

[...] A forma mais avançada da racionalização capitalista do processo de trabalho ao longo de várias décadas do século XX, sendo somente entre o final dos anos 1960 e início dos anos 1970 que esse padrão produtivo, estruturalmente comprometido, começou a dar sinais de esgotamento (ANTUNES, 2003, p. 38).

Esses protótipos de produção foram responsáveis pela “*expansão das unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril*” (ANTUNES, 1995, p. 17). Com estes modelos produtivos ocorreu a massificação da classe operária, conjuntamente com a precarização das condições e relações de trabalho, fazendo com que eclodissem no século XX movimentos reivindicatórios e questionadores destes métodos de

produção. Estas manifestações foram concebidas por meio de greves, boicotes, fortalecimento do movimento sindical (MATTOSO, 1995).

Outros elementos imprescindíveis, além das manifestações operárias, que contribuíram para a transição dos processos de produção do *Taylorismo/Fordismo* ao *Toyotismo* foram: a queda dos ganhos de produtividade pelo capital; a abertura à concorrência internacional, pela globalização; a flexibilização do capital<sup>45</sup>; a desterritorialização e a crise do *Welfare State* (COCCO, 2001).

A crise do *Welfare State* - modelo de Estado que regulava o capital e reproduzia a força de trabalho -, se realiza pela retirada das coberturas sociais públicas e pelo corte nos gastos e direitos sociais. Este processo de ajuste do Estado visa a diminuição dos ônus do capital e do *déficit* público, na esquematização da reprodução da força de trabalho e das condições para a perpetuação da acumulação capitalista (NETTO, 1996).

Nestes contextos sociais e econômicos, os governos dos Estados de capitalismo avançado, liderados por Margaret Thatcher na Inglaterra, em 1979 e Ronald Reagan nos Estados Unidos, em 1980, implementaram uma política econômica e social respaldados no aporte teórico neoliberal. “É o renascimento, ou a tentativa de renascimento do liberalismo clássico que se caracterizou, sobretudo como uma crítica sistemática à intervenção do Estado no mercado” (SCHONS, 1999). Essa política econômica e social tem como medidas: a) o enxugamento e a redução das responsabilidades dos Estados diante das sociedades; b) o fortalecimento da liberdade de mercado; c) as privatizações de instituições e organismos estatais; d) a redução e a extinção do capital produtivo estatal; e) o

---

<sup>45</sup> “É marcada pelo confronto direto com a rigidez do Fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo” (IANNI, 1999, p. 19).

desenvolvimento de uma legislação “desregulamentadora” das relações de trabalho<sup>46</sup> e “flexibilizadora” dos direitos sociais; f) o enfraquecimento dos movimentos sindicais, etc. (MATTOSO, 1995).

Nesta direção, com a implantação do referencial teórico neoliberal nas políticas sociais e econômicas, em novembro de 1989 foi realizado nos Estados Unidos da América, o Consenso de Washington<sup>47</sup>. Este encontro se tornou mundialmente conhecido por ter como perspectiva o ajustamento das “economias dos países periféricos às novas exigências dos países centrais, ao processo de reestruturação produtiva e de reordenamento dos mercados no plano internacional” (DRUCK, 1999, p. 23).

Basicamente o Consenso de Washington resultou nas seguintes decisões: a) estabilizar as economias, cortando o *déficit* público e combatendo a inflação; b) reduzir o Estado por intermédio das privatizações; c) promover a dolarização das economias e a sobrevalorização das moedas nacionais; d) “desregulamentar” os mercados e liberalizar as finanças e o comércio, abrindo as economias para atrair investimentos internacionais (ARRUDA, 1999). O “Estado Mínimo” proposto pelas políticas econômicas e sociais neoliberais, porém, propõe a retirada do Estado dos bens e serviços sociais públicos e não em relação ao financiamento do capital, acirrando a questão social.

O governo considera que o Estado deve deixar de ser o “responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social” para se tornar *promotor* e *regulador* desse desenvolvimento, transferindo para o setor privado, as atividades que possam ser controladas pelo mercado (IAMAMOTO, 2000a, p. 120).

---

<sup>46</sup> Sob a visão dos neoliberais, a falta de trabalho formal (emprego) no final do século XX e início do século XXI, poderia ser sanada se “o salário mínimo, indenização por demissão, encargos sobre a folha de pagamento, etc. fossem eliminados da legislação e se o nível escolar da força de trabalho fosse rapidamente elevado, para atender os reclames das novas tecnologias da informática” (SINGER, 1999, p. 56-57).

<sup>47</sup> Expressão criada pelo economista John Williamson.

Outro elemento preponderante que contribuiu à crise nas relações e processos de trabalho foi a globalização do capitalismo<sup>48</sup>. A globalização, intensificada durante a década de 90 do século XX, é constituída pela: mundialização dos mercados; dinamização do mercado mundial; acumulação flexível<sup>49</sup>; liderança econômica dos grandes bancos e empresas transnacionais<sup>50</sup>; revolução tecnológica; implementação do referencial teórico neoliberal nas políticas econômicas e sociais; subordinação dos países periféricos aos de capitalismo avançado.

A intensificação do capital, em âmbito mundial, acarreta a formação da sociedade e da fábrica global, com o rompimento dos mercados nacionais e regionais (IANNI, 1999). Este processo “ao mesmo tempo em que acelera os ganhos de grandes capitais, concentra e centraliza capital, diversifica e agiliza os investimentos, sobretudo no mercado financeiro global” (DRUCK, 1999, p. 20). Neste sentido, com o processo de mundialização de capital, os países periféricos são subordinados às instituições financeiras dos países de economia avançada, não possuindo, então, condições de competir com igualdade nos mercados internacionais.

Pode-se referir também como marco do capitalismo globalizado, a sua inserção nos países que eram designados de socialistas<sup>51</sup>, ou seja, fazendo a

---

<sup>48</sup> A globalização não é um fenômeno recente. A primeira tentativa de globalizar a economia foi na primeira metade do século XX. Entretanto, fracassou, devido o período entre-guerras (SINGER, 2000).

<sup>49</sup> A acumulação flexível é constituída pela: “desregulamentação” dos direitos trabalhistas, gerando o desemprego, pelo capital volátil, pelo fechamento de unidades de trabalho, pela reorganização financeira e tecnológica, pela flexibilidade dos padrões de consumo (IANNI, 1999).

<sup>50</sup> As transnacionais possuem como mecanismos de funcionamento a descentralização, ou seja, o deslocamento de postos de trabalho para outros países, objetivando a diminuição de trabalhadores contratados e maior produtividade (MARQUES, 1998).

<sup>51</sup> A desagregação da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e a queda do Muro de Berlim, marcam a transição dos Estados Socialistas para Capitalistas, bem como o término da Guerra Fria (IANNI, 1999). A Guerra Fria iniciada em meados da década de 1940, após a Segunda Guerra Mundial, se estabeleceu pela criação, em âmbito mundial, de dois blocos hegemônicos, liderados pelos Estados Unidos da América (bloco capitalista) e pela antiga União Soviética (que desde 1955 com o Pacto de Varsóvia, designou a União Soviética como líder desse regime sobre os outros Estados socialistas).

transição do planejamento centralizado pelo Estado<sup>52</sup> nestes países, à economia de mercado (IANNI, 1999).

Juntamente com a globalização, outro fenômeno emergiu no término do século XX: o processo de desterritorialização. Este último é caracterizado pela mobilidade do capital e conseqüentemente dos trabalhadores, em escala mundial (IANNI, 1999). O trabalhador migra conforme os movimentos do capital, e o capital, por meio das transnacionais e/ou multinacionais, se direciona conforme os seus interesses de aumento na reprodução e acumulação de capital.

A desterritorialização aliada à globalização suscita “uma enorme centralização do capital, que se expressa: na internacionalização da realização e produção da mais-valia; na internacionalização da compra da mercadoria força de trabalho; e na internacionalização do controle do capital” (BEHRING, 2002, p. 130). Atualmente, considera-se como reservatório de força de trabalho no mundo a América Latina, Ásia, África e ex-países socialistas (IANNI, 1999).

A crise dos modelos de produção que vigoraram no século XX e do *Welfare State*, o advento do neoliberalismo, a infiltração do capital nos países tidos como socialistas, a expansão da globalização, juntamente com o processo de desterritorialização, são elementos que integraram o cenário do século XX. Diante destas circunstâncias, iniciou-se um processo de reorganização do próprio capital, com seu sistema ideológico e político de dominação, resultando num acentuado

---

<sup>52</sup> Na antiga União Soviética a economia era sistematizada pelo planejamento centralizado pelo Estado e por cooperativas nomeadas de Comunas (em que os meios de produção e bens de consumo eram coletivos), de Artéis (os meios de produção eram coletivos) e Tozes (cooperativas de trabalho, nas quais somente os instrumentos de trabalho dos camponeses eram coletivos) (RECH, 1991). Estas comunas integravam o *Kolkhos*, sistema de cooperativas coletivas agrícolas que vigorou na União Soviética até sua dissolução, em 1991. “A economia planejada [...] foi organizada ao redor de um completo monolitismo do poder de decisão no Estado, na economia, nas empresas, no partido único, nos aparelhos ideológicos e nas demais instituições sociais. Qualquer iniciativa independente do Estado ou do partido único era encarada como um desafio à ordem constituída [...]. O conceito de totalitarismo foi desenvolvido para dar conta dessa excepcional concentração de poder” (SINGER, 2000, p. 23).

processo de reestruturação da produção e do trabalho (MATTOSO, 2000).

O término do século XX e o limiar do século XXI são marcados por uma profunda transformação no mundo do trabalho e seus processos produtivos. “Foram tão intensas as modificações nos processos de produção [...] que a classe-que-vive-do-trabalho sofreu a mais aguda crise deste século” (ANTUNES, 1995, p. 15).

A Terceira Revolução Industrial é alicerçada pela transição dos modelos de produção *Taylorista* e *Fordista* ao *Toyotismo*, que é caracterizado por: novas formas de produção, pela revolução micro-eletrônica, pelo surgimento de novos tipos de automação<sup>53</sup>, robótica e mecanização, pelos novos protótipos de fornecimento, pela flexibilização dos processos de trabalho, pela criação de novos setores produtivos, pelo desenvolvimento do setor terciário - setor de serviços -, pelo trabalho a domicílio - realizado em casa -, sendo encomendado e/ou negociado com o consumidor; pelos novos mercados e padrões de consumo e, sobretudo, pelas taxas intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (DEDDECA, 2000).

A reestruturação do capital acarreta consigo mudanças qualitativas e quantitativas na vida dos trabalhadores, pois os mesmos se tornam inseguros em relação ao mercado de trabalho, ao emprego, à geração de renda, às formas de contratação, e à representação dos trabalhadores<sup>54</sup> (MATTOSO, 1995).

Essa transição ao *Toyotismo* também é expressa pela passagem da máquina-ferramenta ao sistema de máquinas auto-reguladas, em que “a máquina se vigia e se regula a si mesma” (IANNI, 1999, p. 18). Com o desenvolvimento tecnológico,

---

<sup>53</sup> A automação nesse estudo é entendida como a inovação tecnológica microeletrônica, em que ocorre a substituição do trabalho manual - de execução.

<sup>54</sup> Enfraquecimento da representação dos trabalhadores - os sindicatos.

robótico e de automação, intensificam-se as mais-valias relativas<sup>55</sup>, que são responsáveis por um grande aumento da produtividade nos processos de trabalho. Nessa nova lógica de acumulação capitalista “o homem deve exercer na automação funções mais abstratas e intelectuais” (IANNI, 1999, p. 19), fazendo com que o mercado requisite constantemente um profissional mais qualificado e polivalente<sup>56</sup>.

Como uma das conseqüências dessa nova racionalização nos processos de trabalho, a tendência é que se reduza a diferença entre profissionais que eram tidos como mais qualificados (como por exemplo, os engenheiros), com os profissionais vistos como menos qualificados (técnicos e operários) (IANNI, 1999). Isto ocorre devido ao avançado nível de aperfeiçoamento tecnológico e robótico, no qual a mão-de-obra desqualificada pode ser dispensada e substituída pela máquina.

Outras características da organização dos processos produtivos podem ser representadas no *Toyotismo* pelos seguintes aspectos: *Just-In-Time*<sup>57</sup>, produção das mercadorias em tempos e quantidade certa e exata; *Kanban*, sistema visual de

---

<sup>55</sup> A mais-valia relativa é realizada a partir do uso intensivo de capital constante (maior investimento em compra de maquinarias, do que em contratação da força de trabalho), ocasionando uma redução nos custos de produção e no tempo socialmente necessário à fabricação de uma mercadoria, sem alterar a duração da jornada de trabalho, gerando a intensificação da acumulação de capital (MARX, 1988). Neste sentido, as maquinarias aumentam a produção, reduzindo a quantidade de trabalhadores contratados, suscitando o desemprego. O desemprego pode ser, para os proprietários dos meios de produção, uma vantagem, pois o mesmo cria a sua disposição, muita oferta de força de trabalho (MARX, 1988). Esse excesso de trabalhadores ao capital, permite aos capitalistas escolher a mão-de-obra de acordo com as suas necessidades de produção. Pode-se, portanto, estabelecer uma relação, mesmo que sob circunstâncias e momentos históricos, com acumulação de capital referente ao progresso técnico desenvolvido entre a I e a II Revolução Industrial, como também o desenvolvimento da automação, robótica e eletrônica (tecnologia) da III Revolução Industrial, pois ambos reduziram (reduzem) a contratação de trabalhadores. Faz-se necessário, também, o esclarecimento de que o desemprego é permanente no capitalismo, sendo que o investimento na mais-valia relativa só acentua o mesmo (SALAMA, 1975). O objetivo dos proprietários dos meios de produção é a acumulação de capital, pois isso lhes permite competir com os demais capitalistas, mantendo-se no sistema e evitando a sua eliminação e/ou incorporação a outro de maior porte. A lógica do capitalismo se sobrepõe ao processo técnico e/ou tecnológico, esses só complementam-no. O desemprego, longe de ser um fenômeno natural é, na realidade, um fenômeno inerente ao sistema capitalista e das suas próprias contradições.

<sup>56</sup> “Polivalente, aquele que é chamado a exercer várias funções, no mesmo tempo de trabalho e com o mesmo salário, como conseqüência do enxugamento do quadro de pessoal das empresas” (IAMAMOTO, 2000a, p. 32).

<sup>57</sup> O *Just-In-Time* foi implantado primeiramente na década de 70 do século XX, pela empresa japonesa *Toyota*.

informações sobre os vários estágios produtivos e de estoques (à medida que a mercadoria vai sendo adquirida pelos consumidores, a mesma será reposta na prateleira para ser consumida novamente, ou seja, não há mais estoque mínimo de mercadorias); Qualidade Total<sup>58</sup>, envolvimento dos trabalhadores em equipe nos processos de trabalho, etc. (DRUCK, 2000).

Pode-se ressaltar que no *Toyotismo* há maior envolvimento e comprometimento dos trabalhadores na produção e relações de trabalho, fazendo com que os sujeitos realizem várias atividades produtivas (DEDDECA, 1996). À medida que o trabalhador tem maior participação e conhecimento nas tarefas que realiza, torna-se polivalente, mas não adquire autonomia<sup>59</sup> suficiente para fazer modificações ou alterações de grande porte nos processos de produção. O *Toyotismo* é o modelo criado pelos capitalistas para aumentar a acumulação de riquezas, expropriando ainda mais os trabalhadores por meio da mais-valia relativa e acentuando a centralização do capital.

Nessa lógica de produção, as grandes empresas se descentralizam tornando-se enxutas, reunindo em torno de si pequenas e médias empresas que fornecem produtos e serviços terceirizados. A terceirização consiste na compra de serviços ou transferência de atividades a outras empresas. “[...] a terceirização afeta os trabalhadores [...] pois a implantação de políticas de cunho neoliberal por parte do Estado acirra [...] a redução da renda e a perda de direitos sociais já adquiridos

---

<sup>58</sup> Os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ) visam a participação dos trabalhadores nos processos de trabalho, bem como, o desenvolvimento de habilidades comunicacionais, de tomadas de decisão e resolução de possíveis problemas por parte dos trabalhadores. O processo de Qualidade Total está relacionado com a melhoria da qualidade e de produtividade no trabalho, assim como a padronização das mercadorias e serviços fornecidos.

<sup>59</sup> “De acordo com a etimologia grega, o termo autonomia significa a condição de um indivíduo ou de um grupo suscetível de se determinar por si mesmo, segundo suas próprias leis. Não se trata da negação absoluta do meio físico e sócio-cultural, mas sim, da capacidade de tomar decisões enquanto ser, ou grupo racional e consciente. Autonomia opõe-se a dependência” (CATTANI, 1996, p. 146-147).

pelos trabalhadores, além da escassez de postos de trabalho” (NETO, 2002, p. 56). A terceirização é uma das características de precarização das condições de trabalho.

Pode-se enfatizar também que, por meio das atuais transformações que estão ocorrendo no mundo do trabalho, ocorre uma retrocedência dos direitos sociais adquiridos pela classe trabalhadora, pois é constituído por elementos que agravam ainda mais as condições de trabalho, entre eles: a disseminação dos contratos de trabalho temporários ou em domicílios, a terceirização, a superexploração dos trabalhadores, o enfraquecimento do movimento sindical, a geração de desemprego e subempregos (MATTOSO, 2000). O desemprego do final do século XX e início do XXI não são somente constatados pela ausência de atividades laborais e precariedade das relações assalariadas, mas também se transformou num fator explicativo de problemas e tendências da transformação econômica e social (CATTANI, 1996).

A década de 90 do século XX deixou evidenciada a face dramática de uma reestruturação do capital (ANTUNES, 1995). Com os novos processos tecnológicos (mecanização, automação e robótica), o capital não gera mais uma significativa demanda de trabalho, a ponto de absorver a força de trabalho disponível, pois as inovações tecnológicas intensificam a produção e racionalizam os processos produtivos.

Os jovens e os sujeitos maiores de quarenta anos são os mais atingidos pela falta de postos de trabalho. Segundo uma pesquisa realizada pelo DIEESE, 46,4% dos desempregados no ano de 2004, tinham idades entre 16 a 24 anos<sup>60</sup>.

---

<sup>60</sup> DISPONÍVEL em: <[www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br)>. Acesso em: 10/10/05.

O *Toyotismo* estrutura-se a partir do número mínimo de trabalhadores, ampliando-os, através de horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratação, dependendo das condições de mercado, o ponto de partida básico é um número reduzido de trabalhadores e a realização de horas extras (ANTUNES, 1995, p. 28).

Além das velhas formas estocadas de exclusão social nos países periféricos, designada de “velha pobreza”, representada pelos pobres, miseráveis, mendigos, pedintes, indigentes subnutridos e minorias sociais (idosos, deficientes, mulheres, negros, índios), com a Reestruturação Produtiva ou III Revolução Industrial, surge tanto nos países centrais, como também nos periféricos, outra forma de exclusão social, nomeada de “nova pobreza” (REIS, 2002).

Estas novas exclusões sociais, que atingem tanto os países periféricos como os centrais, são originárias do desemprego estrutural<sup>61</sup> e de suas manifestações, compreendidas como exclusão de bens e serviços, exclusão do mercado formal de trabalho, exclusão da terra, exclusão da segurança, exclusão dos direitos humanos (REIS, 2002).

Uma das manifestações da questão social - a pobreza -, é mundial. De acordo com o Relatório da Organização Internacional do Trabalho - OIT -, apresentado “em sua conferência anual de junho/2003, em Genebra, no mundo há cerca de três bilhões de pessoas vivendo com menos de US\$ 2 por dia. Nos países em desenvolvimento, quase um quarto de toda a população sobrevive com menos US\$ 1 por dia” (PINHO, 2004, p. 9).

No Brasil, as conseqüências da Terceira Revolução Industrial não apresentam muitas diferenciações equiparadas ao cenário mundial. “Os trabalhadores do mercado informal, ou seja, sem carteira assinada e sem direitos trabalhistas reconhecidos, que representavam cerca de 35% da força de trabalho, em curto

---

<sup>61</sup> Originado pelo desenvolvimento tecnológico nos processos produtivos.

espaço de tempo ultrapassarão a marca dos 50%” (LEBOUTTE, 2003, p. 13).

É importante, entretanto, ser enfatizada a preocupação da sociedade contemporânea com a existência de modelos de desenvolvimento social que reduzam as desigualdades sociais<sup>62</sup>.

As diferentes regiões do globo estão agora mais estreitamente ligadas do que jamais estiveram, não só nos campos de troca, do comércio e das comunicações, mas também quanto a idéias e ideais interativos, entretanto, vivemos igualmente em um mundo de privação, destituição e opressão preocupantes (SEN, 2000, p. 9).

Os novos protótipos de desenvolvimento podem ser vistos sobre o aspecto de que o desenvolvimento social significa desenvolvimento não-desigual e que visa à inclusão social<sup>63</sup> de todos os sujeitos (DE PAULA, 2001). Nesse cenário caracterizado pela precarização das condições e relações de trabalho e pelo crescente desemprego - devido ao processo de reestruturação do capital -, ocorreu um ressurgimento do Associativismo e do Cooperativismo no Brasil, por intermédio de experiências populares e solidárias.

Estes empreendimentos emergiram nas últimas décadas do século XX como uma das alternativas de geração de trabalho e renda aos sujeitos, que se encontravam (e ainda se encontram) excluídos do mercado formal de trabalho. No próximo capítulo serão apresentadas as características das experiências cooperativistas e associativistas que se configuram como a Economia Popular Solidária no Brasil, bem como as experiências deste tipo realizadas no Vale do Rio Pardo, área delimitada para fins deste estudo de Mestrado.

---

<sup>62</sup> “No início do século XXI, a soma da riqueza de 0,01% da população é equivalente ao que possuem 50% dos habitantes do planeta” (CATTANI, 2003, p. 9-10).

<sup>63</sup> Plena concessão dos direitos sociais e superação da situação de miserabilidade, por meio da redistribuição de riquezas e/ou políticas públicas. Sua negação, ou seja, sua contradição remete-se a exclusão social.

## **2 ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA: DIANTE DAS NOVAS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO**

Nas últimas décadas do cenário do século XX e no limiar do XXI, está ocorrendo um acentuado processo de transformações, relacionado ao mundo do trabalho<sup>64</sup>. Estas transformações vêm gerando uma substituição dos trabalhadores - especialmente os menos qualificados. Nesta direção, a atualidade vem exigindo a criação de alternativas de geração de trabalho e renda como fonte de subsistência aos sujeitos excluídos ou que estão à margem do mercado formal de trabalho.

Neste capítulo pretende-se salientar a Economia Popular Solidária no Brasil e no Vale do Rio Pardo, diante do processo de reestruturação produtiva, como uma das alternativas de geração de trabalho e renda aos trabalhadores. Outro aspecto a ser ressaltado refere-se aos princípios que possivelmente norteiam a organização e a sistematização dos processos de trabalho nessas experiências coletivas e populares.

---

<sup>64</sup> Referidas no Capítulo I.

## 2.1 ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO BRASIL

Nesse início de milênio, as classes que vivem do trabalho sofrem a sua mais aguda crise que atingiu sua subjetividade, sua materialidade e sua forma de ser (ANTUNES, 1995). A globalização da economia, a reestruturação dos processos de produção e a revolução tecnológica criaram uma superpopulação de trabalhadores, sobrantes<sup>65</sup>, desnecessários à acumulação capitalista.

Neste sentido, almejando a superação das desigualdades sociais e econômicas, outras formas de economia alternativa com princípios cooperativistas<sup>66</sup> e associativistas, foram criadas pelos trabalhadores. Para introduzir a Economia Popular Solidária diante do processo de reestruturação do capital deve-se, num primeiro momento, abordar outras estratégias de organização e sobrevivência dos trabalhadores, suscitadas principalmente, a partir da década de 80 do século XX. Entre elas, destacam-se a Economia Popular e a Economia Solidária.

A Economia Popular é criada pelos próprios trabalhadores - não detentores dos meios de produção -, principalmente nos países periféricos, diante das transformações que estão ocorrendo nos processos de trabalho (LEBOUTTE, 2003). Os empreendimentos que constituem a Economia Popular são: clubes de troca, mercados populares, grupos de produção comunitária, associações, cooperativas, etc. (CATTANI, 2003).

Nestes empreendimentos populares existem cinco características principais que os definem: a) são organizados por grupos pequenos e/ou familiares, b) surgem

---

<sup>65</sup> Trabalhadores “desqualificados” ou que mesmo estando “qualificados” ao sistema capitalista, são desnecessários (sobrantes), devido ao avanço da automação, da tecnologia e da robótica. Mediante a intensificação da mais-valia relativa, a máquina substitui cada vez mais a força de trabalho.

<sup>66</sup> Originários das primeiras experiências e dos Precursores do Cooperativismo.

para o enfrentamento das dificuldades geradas pela questão social, c) constituem-se em soluções assistenciais e pela inserção em benefícios públicos ou privados, d) são iniciativas informais e individuais, por último, e) normalmente são atividades não legalizadas, à margem das leis e normas sociais (RAZETO, 1999).

A Economia Popular preconiza organizações econômicas de caráter emergenciais e, em sua maioria, de economia informal. São oriundas de diferentes atividades e iniciativas que os setores populares (exclusos do mercado) tiveram que enfrentar para assegurar a sua subsistência e perseguir a satisfação de suas necessidades econômicas (RAZETO, 1999).

Outro empreendimento social e econômico, suscitado pelos trabalhadores em busca de melhores condições de trabalho e vida, é designado de Economia Solidária. Esta última é referida como um marco das relações socioeconômicas comunitárias, locais e em redes, que se expandem em diferentes regionalidades (SINGER; SOUZA, 2000).

A Economia Solidária é um tipo de empreendimento que está em processo de criação contínuo pelos trabalhadores (SINGER; SOUZA, 2000). Emergente da revolta dos sujeitos diante do sistema capitalista, surge por meio das próprias contradições e dicotomias deste modo de produção.

A Economia Solidária [...] lança os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista, [...] permitirá [...] dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletiva (SINGER, 1999, p. 138).

O conceito de Economia Solidária abrange uma realidade muito diversificada, feita de motivações e iniciativas com origens e naturezas distintas, peculiares a cada região e circunstância (GAIGER, 2000). É formada por empreendimentos em que a

solidariedade, a cooperação, a partilha dos rendimentos, conhecimentos e informações entre seus integrantes, se constituem em elementos norteadores dessas experiências (RAZETO, 1997).

“A noção de solidariedade surgiu na história econômica como reação à cultura do egoísmo, do individualismo [...] e tem inspirado movimentos sociais e laborais ao longo da história do capitalismo” (ARRUDA, 2003, p. 225). Essa valorização da solidariedade nas relações de trabalho, entre os sujeitos e a contestação do individualismo, que permeia o capitalismo, pôde ser conferido no Capítulo I, que abordou as origens do Cooperativismo.

As experiências referenciadas de Economia Popular Solidária agregam características dos empreendimentos coletivos populares e dos empreendimentos solidários. A Economia Popular Solidária é oriunda “do conjunto concreto das experiências, atividades e organizações econômicas que se encontram na intersecção entre Economia Popular e Economia Solidária” (RAZETO, 1999, p. 46). Ou seja, na Economia Popular Solidária encontramos aspectos de solidariedade em empreendimentos organizados pela Economia Popular.

No momento em que as experiências de Economia Solidária se viabilizam como uma alternativa econômica às populações mais vulnerabilizadas (excluídas) é definida como Economia Popular Solidária. É preciso que se esclareça, entretanto, que nem toda Economia Popular é de Solidariedade, e para que seja caracterizada como Economia Popular e Solidária é necessária a existência de princípios norteadores entre os seus integrantes, que sejam análogos aos Princípios dos Conceptores do Cooperativismo como, por exemplo, a auto-ajuda, a autogestão, a igualdade, a solidariedade, entre outros. Com estes princípios, a Economia Popular Solidária se concretiza quando um determinado grupo de trabalhadores, em condições precárias ou excluídos do mercado formal de trabalho, se predispõem a

organizar empreendimentos com princípios norteadores dos empreendimentos solidários.

As experiências definidas como Economia Popular Solidária apresentam semelhanças. Entre elas pode-se referir: a) assim como na Economia Popular, a união desses dois tipos de economia, num mesmo empreendimento, é desenvolvida normalmente pelos sujeitos mais vulnerabilizados e marginalizados da sociedade, b) são experiências constituídas por pequenos grupos associativistas, c) são grupos que possuem autonomia em relação às suas decisões, tarefas, atividades dentro dos empreendimentos, d) são concebidas por empreendimentos de produção e/ou consumo, e) agregam atividades econômicas e de caráter social, f) tendem a ser experiências autogestionárias e democráticas, g) são iniciativas que tendem a ter relações solidárias, h) são experiências que não necessariamente se estruturam a partir de um único tipo de atividade, mas que se integram, i) são iniciativas que tendem a se relacionar com outros empreendimentos, formando redes de trocas e cooperação (RAZETO, 1997). Na Economia Popular Solidária pretende-se evidenciar os processos de trabalho e não a acumulação de riquezas pelo capital.

O Cooperativismo e/ou Associativismo na Contemporaneidade, pode ser tido como uma das alternativas dos trabalhadores diante do processo de acumulação de capital e suas próprias contradições. Pode ser também caracterizado, como uma forma social e econômica diferenciada de produção.

Os tipos de empreendimentos coletivos preponderantes à Economia Popular Solidária e que são objetos deste estudo de Mestrado, são as cooperativas e as associações de trabalho, produção e de serviço, que geram renda aos sujeitos. Estas cooperativas e associações trazem consigo os Princípios do Cooperativismo,

consagrados pela Aliança Cooperativa Internacional<sup>67</sup>.

A Lei nº 5.764/71<sup>68</sup> no artigo 4º define cooperativas como “sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados” (NASCIMENTO, 2000, p. 133). Segundo esta mesma Lei, “compreende-se como Política Nacional de Cooperativismo a atividade decorrente das iniciativas ligadas ao sistema cooperativo, originárias de setor público ou privado, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse público” (NASCIMENTO, 2000, p. 132-133); e definem-se como atos cooperativos “os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais” (NASCIMENTO, 2000, p. 153). O combate à alienação<sup>69</sup>, ao desemprego, às exclusões, normalmente constituem os objetivos desses empreendimentos coletivos. Quanto maior o número de empreendimentos cooperativados, maiores suas chances de sucesso (SINGER, 1999).

Comumente, entretanto, não são todas as cooperativas e associações que possuem essa racionalidade, há cooperativas que se fundamentam na lógica capitalista, inspiradas no acúmulo de capital. Neste sentido, constata-se que a criação desses tipos de cooperativas e/ou associações foram facilitadas pela Constituição Federal de 1988, em que foi permitida a livre associação. Com a Constituição Federal de 1988, as cooperativas e/ou associações, ao serem fundadas, não precisam mais passar por aprovação de Órgão Federal responsável, para as suas fundações (NASCIMENTO, 2000).

---

<sup>67</sup> Vistos no Capítulo I.

<sup>68</sup> Lei Cooperativista, nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971, criada durante o regime ditatorial.

<sup>69</sup> Mediante a fragmentação das atividades realizadas nos processos de trabalho, ocorre um processo de estranhamento, entre os trabalhadores e as mercadorias por eles produzidas (MARX, 1988). Este processo de estranhamento é designado de alienação. A alienação ocorre quando o trabalhador não se identifica e não se reconhece naquilo que produz, devido à divisão de tarefas nos processos produtivos (MARX; ENGELS, 1977).

Deve-se enfatizar, também, que entre as cooperativas e associações existem algumas diferenciações. Nas cooperativas: os sócios são proprietários de quotas-partes, que devem ser corrigidas; são compostas por no mínimo vinte integrantes; a diretoria recebe remuneração, mediante pró-labore adicional, por assumir cargos com maior responsabilidades; as sobras da cooperativa devem retornar aos seus integrantes (RECH, 2000). Já nas associações: o patrimônio é integralmente pertencente à associação e não aos associados; a associação é integrada por até vinte associados; caso haja sobras, na associação, devem ser aplicadas conforme os objetivos decididos por todos os integrantes que as integram (RECH, 2000).

Pode-se classificar a natureza das cooperativas e associações, de acordo com as atividades que realizam, em três perfis diferentes: de distribuição (disponibilizam bens e serviços), de produção (comercializam a produção dos seus associados) e de trabalho (agrupam associados/cooperados de uma mesma profissão e/ou características de trabalhadores, que fornecem suas forças de trabalho) (RECH, 1991).

Em meio a esses três tipos de cooperativas e associações, existem diferentes modalidades que as compõem, sendo elas: a) de créditos<sup>70</sup> (por meio da capitalização inicial, visa realizar empréstimos aos seus sócios, permitindo maior produtividade ou criação de uma nova atividade produtiva), b) agrárias (organizam as atividades econômicas e sociais de seus sócios, produtores rurais e constituem-se nas associações e/ou cooperativas mais comuns no Brasil), c) de consumo (distribuem produtos e/ou serviços dos seus associados), d) de trabalho (agrupamento e organização de trabalhadores de uma determinada profissão e/ou

---

<sup>70</sup> “A cooperativa de crédito solidário tem sido definida como um instrumento de concessão de pequenos empréstimos, sem burocracia e sem formalidades, a empreendimentos populares de pequeno porte, com base no exame da potencialidade do negócio e do caráter do empreendedor” (PINHO, 2004, p. 8).

de profissões diferentes, objetivando vender suas forças de trabalho), e) de produção (os associados são proprietários por meio da apropriação do capital social e os associados trabalham no âmbito da cooperativa, desenvolvendo atividades produtivas conjuntamente), f) habitacionais (existe três tipos de cooperativas/associações habitacionais: as de mutirão para construção de casas, de trabalhadores da construção civil, de financiamento para construção de casas), g) de pesca (agregação de pescadores que coletivamente comercializam o seu produto), h) de eletrificação rural (agrupamento de sujeitos que produzem energia elétrica às suas propriedades) (RECH, 1991).

As práticas solidárias que materializam a Economia Popular Solidária são constituídas por: a autogestão de empresas pelos trabalhadores, agricultura ecológica, consumo solidário, sistemas locais de emprego e comércio, sistemas locais de trocas, Rede Global de Trocas<sup>71</sup>, Redes de Cooperação, organizações comunitárias, Sistemas de Micro-crédito e de Crédito Recíproco, Bancos do Povo, Sistemas Locais de Moedas Sociais, movimentos sociais, assentamentos de trabalhadores rurais e/ou sem-terra, autogestão de empresas falidas, prestações de serviços, cooperativas e associações de crédito, consumo, produção, entre outros (MANCE, 2002).

Estas experiências coletivas recebem o apoio de políticas governamentais, de entidades e/ou organizações não governamentais, que têm como preocupação central a inclusão social. Referente ao apoio da sociedade civil, em relação à

---

<sup>71</sup> Os Clubes de Troca “inspirados nos princípios da Economia Solidária surgiram na metade dos anos de 1980, quase simultaneamente no Canadá e na Argentina, como resposta ao desemprego e à recessão econômica. Baseiam-se na oferta e na troca de serviços e de bens de pessoas desempregadas e/ou sem ocupação, que não têm recursos, mas podem oferecer algo aos potenciais consumidores” (PINHO, 2004, p. 106).

Economia Solidária, destaca-se a Agência do Desenvolvimento Solidário - ADS<sup>72</sup> -, implementadora do Sistema ECOSOL (Economia Popular Solidária), que visa o planejamento participativo de Cooperativas de Crédito da Economia Solidária. O Sistema ECOSOL está estruturado em três níveis: cooperativas singulares (cooperativas de créditos criadas para o desenvolvimento local, após sensibilização realizada com a comunidade), bases de apoio (capacitação dos trabalhadores para a autogestão e esclarecimento sobre conselhos administrativos e fiscais), e cooperativa central (capacitação com os representantes da diretoria da cooperativa) (PINHO, 2004).

Pode-se referir, além da ADS, como instituições apoiadoras: os sindicatos; Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária - ANTEAG; universidades (por meio da UNITRABALHO<sup>73</sup> e Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - ITCP); igrejas; CÁRITAS (Órgão de Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB); Movimento de Ação e Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, entre outros (SINGER; SOUZA, 2000).

Além do poder público, a ANTEAG, a CÁRITAS e as Incubadoras Universitárias, vêm se destacando no apoio à Economia Popular Solidária. Neste sentido, pode-se referir que a ANTEAG surge como resposta dos trabalhadores ao

---

<sup>72</sup> Foi “criada após amplos debates promovidos pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), desde a década de 1990, em parceria com a Unitrabalho e o Dieese. A ADS está articulada com várias outras entidades nacionais e regionais e conta com apoio de organismos de cooperação internacional. O objetivo principal da ADS é a geração de desenvolvimento solidário, ou seja, novas oportunidades de trabalho e renda em organizações, contribuindo para construção de alternativas ao desenvolvimento social sustentado e à educação permanente dos trabalhadores, mas respeitando suas diversidades étnicas, culturais, regionais, ambientais e de gênero. Em termos estruturais, a ADS conta com um escritório nacional e diversos escritórios regionais e estaduais” (PINHO, 2004, p. 72).

<sup>73</sup> A UNITRABALHO foi “criada em 1995 objetiva desenvolver novos conhecimentos a partir do binômio da teoria-prática e do caráter empreendedor e associativo das cooperativas, para incluir na sociedade os segmentos sociais de baixo poder aquisitivo, orientando-os para a criação e a autogestão de seu próprio negócio” (PINHO, 2004, p. 310).

processo de exclusão desencadeado pelo capitalismo (SINGER, 1999). A ANTEAG foi oficialmente constituída por empresas autogestionárias e teve o seu primeiro encontro em maio de 1994. A ANTEAG tem como finalidade a difusão de conhecimento sobre os processos gerenciais, a serviço dos interesses dos trabalhadores, manutenção e geração de trabalho e renda, por meio de projetos viáveis economicamente, propiciar a qualificação profissional, desenvolver a autonomia e ações solidárias entre os trabalhadores, legalizar as empresas autogestionárias ou de co-gestão participativa, viabilizar técnicas de gestão, representar as empresas autogestionárias.

No que se refere às Incubadoras Universitárias, pode-se dizer que essas também objetivam a inserção de trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho (desempregados ou inseridos na economia informal), bem como promovem por meio de cursos, assessoramento e capacitações aos trabalhadores, visando a organização popular e prospectando a articulação nacional de cooperativas.

A CÁRITAS possui um papel fundamental nas experiências populares. A CÁRITAS vem promovendo, nas últimas décadas, Projetos Alternativos Comunitários - PAC -, com intuito de enfrentar as desigualdades geradas pelo capitalismo. O PAC é constituído por três tipos de projetos: a) projetos assistenciais (agem para atenuar o grau de miséria e propiciar condições básicas de sobrevivência dos sujeitos, tendo um caráter mais pontual e imediatista), b) projetos de promoção humana (almejam melhorar as condições de vida dos sujeitos, e geralmente se direcionam a atividades econômicas subsidiárias, não essenciais para a sobrevivência material dos trabalhadores, possuindo um aspecto político-social), c) por último, projetos alternativos (constituem iniciativas de geração de trabalho e renda, com dimensões de viabilidade econômica e continuidade, evidenciando a qualificação técnica e o planejamento de experiências populares) (GAIGER, 2000).

As dificuldades que estão sobrepostas aos empreendimentos de Economia Popular Solidária referem-se à inclusão de um segmento social, historicamente excluído do mundo do trabalho. Esta exclusão é manifestada pela falta de atividades laborativas e postos de trabalho aos sujeitos, que lhes proporcionem a inserção no mercado formal.

A Economia Popular Solidária pode ser considerada uma das alternativas aos trabalhadores a partir da década de 90 do século XX. Atualmente existem, no mundo<sup>74</sup>, cerca de oitocentos milhões de trabalhadores inseridos em experiências cooperativistas. Os empreendimentos que agregam os princípios dos conceptores cooperativistas estão se expandindo pela classe trabalhadora de diversos países, como uma das alternativas de gerar trabalho e renda. No Brasil, entretanto, somente para uma pequena quantidade de trabalhadores, comumente excluídos do mercado formal de trabalho. Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB<sup>75</sup> -, em 2003 havia, no Brasil, quase oito mil cooperativas registradas e cerca de cinco milhões de associados, significando a inserção de 3% da população brasileira.

Para que existam experiências de Economia Popular Solidária deve existir, também, políticas governamentais direcionadas para esses empreendimentos coletivos. Seria interessante que os empreendimentos de Economia Popular Solidária tivessem, desde o princípio, o apoio e o patrocínio do poder público (SINGER, 1999).

A Lei nº 5.764/71 [...] ao se referir à Política Nacional de Cooperativismo, é impositiva no seu art. 2º [...] a ação do poder Público se exercerá, [...] mediante a prestação de assistência técnica e de incentivos financeiros e creditórios especiais necessários à criação, desenvolvimento e integração das entidades cooperativas (NASCIMENTO, 2000, p. 52).

---

<sup>74</sup> Segundo a ACI (dados de 2001).

<sup>75</sup> Criada pela Lei 5.764/71 para representar as cooperativas no Brasil.

A longevidade e durabilidade desses empreendimentos coletivos dependem de apoio de vínculos externos - políticas públicas, assessorias técnicas, informações mercadológicas, etc. À Economia Popular Solidária faz-se necessário assegurar a cada empreendimento, “um mercado para seus produtos e uma variedade de economias externas, de financiamento a orientação técnica, legal, contábil, etc.” (SINGER, 1999, p. 132).

Com a crise econômica e social decorrente da III Revolução Industrial, com a falta de postos de trabalho, os governos, pressionados pelos trabalhadores, adotam políticas de desenvolvimento de economias regionais (GIDDENS, 1991), com a finalidade de criar novas oportunidades de geração de trabalho e renda em empreendimentos populares e solidários. É “dever do Estado a promoção de um processo público de inclusão social, sustentando e treinando os desempregados, financiando e assistindo as diversas maneiras a pequenas empresas ou comunidades de trabalho” (SINGER, 1999, p. 63). Diante dessa demanda, a Economia Popular Solidária adentrou na agenda pública brasileira, constituindo-se no limiar do século XXI em uma política pública.

## 2.2 PROGRAMA DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA

No Estado do Rio Grande do Sul, durante o governo Olívio Dutra, houve a implementação de um Programa designado de Economia Popular e Solidária. Este Programa era direcionado para o fomento e a criação de empresas interligadas em redes e voltadas para a autogestão de empreendimentos populares (LEBOUTTE, 2003). O Programa foi integrado à Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos

Internacionais - SEDAI -, e contou com a parceria de outras organizações, entre elas a ANTEAG, com técnicos conveniados. A política relacionada à Economia Popular e Solidária já estava sendo implementada pela prefeitura de Porto Alegre, servindo de exemplo ao governo de Olívio Dutra<sup>76</sup> (LEBOUTTE, 2003).

O governo Olívio Dutra implementou o Programa de Economia Popular e Solidária, pois pensava que “há um potencial implícito no processo da Economia Popular Solidária em promover uma relação qualificada, econômica, financeira, mercantil e social com outros empreendimentos autogestionários” (LEBOUTTE, 2003, p. 55).

Neste sentido, mediante o Programa, foram criadas feiras de Economia Solidária no Estado do Rio Grande do Sul, objetivando integrar essas experiências populares e autogestionárias. À medida que o governo municipal de Porto Alegre serviu de modelo ao governo estadual do Rio Grande do Sul, este último colaborou e contribuiu ao governo Lula em relação à criação da política pública, acerca do Cooperativismo e da Economia Solidária (LEBOUTTE, 2003).

Segundo os dados coletados pela PED-IBGE<sup>77</sup> (Pesquisa de Emprego e Desemprego), em dezembro de 2002, um mês anterior à posse do governo Lula, a região metropolitana de São Paulo possuía 19,0% de sua população economicamente ativa desempregada; na região metropolitana de Porto Alegre, os índices de desemprego correspondiam a 15,3%; na região metropolitana de Belo Horizonte, a 20,0%; na região metropolitana de Recife, a 20,3%; no Distrito Federal, a 20,7% e na região metropolitana de Salvador, havia o maior índice de

---

<sup>76</sup> O ex-prefeito de Porto Alegre e o ex-governador do Estado do Rio Grande do Sul pertencem ao Partido dos Trabalhadores - PT, fundado em 1979 e era caracterizado por representar a oposição política do país. Desde 2003 o petista Luís Inácio da Silva é presidente do Brasil.

<sup>77</sup> A PED é um levantamento domiciliar contínuo, realizado mensalmente desde 1984, na região metropolitana de São Paulo. Por meio de parcerias com órgãos públicos locais, a pesquisa atualmente é realizada em outras regiões metropolitanas: além de São Paulo, Porto Alegre, Recife, Salvador, Belo Horizonte e Distrito Federal.

desemprego, em torno de 27,3%<sup>78</sup>.

Novamente de acordo com a PED-IBGE, atualmente a região metropolitana de São Paulo possui 16,4% de sua população economicamente ativa desempregada (dados para novembro de 2005); na região metropolitana de Porto Alegre, os índices de desemprego correspondem a 14,6% (novembro de 2005); na região metropolitana de Belo Horizonte a 15,7% (novembro de 2005); na região metropolitana de Recife, a 21,9% (novembro de 2005); no Distrito Federal, a 18,4% (novembro de 2005) e na região metropolitana de Salvador, ainda há o maior índice de desemprego, em torno de 22,8% (novembro de 2005).

No que se refere ao desemprego feminino, este é sempre superior ao masculino<sup>79</sup>. Como exemplo disto podemos citar a capital gaúcha que, no mês de novembro de 2005, alcançou 14,6% de desemprego na média geral, sendo que deste índice, 17,2% do desemprego é feminino e 12,3%, é masculino. Estes dados são representativos da diferença existente de desemprego entre mulheres e homens, que no mês de novembro de 2005 chegou a 4,9%. Estes índices se repetem nas demais capitais do país e provavelmente nos municípios de interior.

Com o alarmante desemprego e conseqüente desigualdade social, desde 2003, o governo do presidente Lula, por meio da Lei nº 10.683 e do Decreto nº 4.764, tornou a Economia Solidária integrante da agenda pública brasileira (E19 Economia Solidária em Desenvolvimento, 2003). Segundo dados do IBGE<sup>80</sup>, em 2003 atuavam no mercado informal de trabalho, 13.860.868 trabalhadores, sendo que destes, 69% eram autônomos, 10% empregadores, 10% empregados sem carteira assinada, 6% trabalhadores com carteira assinada e 5% não remunerados.

---

<sup>78</sup> Estes dados são referentes à média entre mulheres e homens desempregados.

<sup>79</sup> Isto se deve a uma herança histórica de preconceito de gênero (patriarcado), que será abordada no Capítulo IV.

<sup>80</sup> DISPONÍVEL em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 21 maio 05.

O Governo Federal, com o objetivo de fortalecer e promover empreendimentos solidários e econômicos, visando absorver os trabalhadores não incluídos no mercado formal de trabalho criou, no Ministério do Trabalho e Emprego<sup>81</sup>, a Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES -, inaugurada em junho de 2003.

A SENAES tem como finalidade: dimensionar e dar visibilidade aos empreendimentos de Economia Solidária no Brasil<sup>82</sup>, qualificar os sujeitos envolvidos com a implementação das políticas públicas direcionadas à Economia Solidária e autogestão, promover as experiências de Economia Solidária nos empreendimentos de autogestão, facilitar o intercâmbio de experiências e reflexões acerca de Economia Solidária, contribuir para a organização e autogestão na geração de trabalho e renda aos trabalhadores (E19 Economia Solidária em Desenvolvimento, 2003). A SENAES foi obtida por intermédio do movimento de Economia Solidária no Brasil.

Dentro da SENAES existe o Programa de Economia Solidária, que objetiva fortalecer as experiências de Economia Solidária como estratégia de enfrentamento ao desemprego e à exclusão social, por meio do Plano Nacional de Qualificação - PNQ. O Plano Nacional de Qualificação é política pública criada para orientar e elaborar planos, projetos, estratégias, ações promovedoras e qualificadoras, voltadas ao fortalecimento da Economia Solidária no país. Pelo PNQ, a Economia Solidária pode ser vista como uma alternativa aos trabalhadores desempregados, como uma forma de auto-emprego coletivo (T319 Termo de Referência em

---

<sup>81</sup> O economista Paul Singer é o atual secretário do Ministério de Trabalho e Emprego.

<sup>82</sup> Por meio do Programa de Mapeamento de Economia Solidária, cada Delegacia Regional do Trabalho - Órgão vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, deve coordenar nos seus respectivos Estados a identificação e cadastramento de empreendimentos de Economia Solidária. Atualmente é esse Programa que está sendo executado nos Estados, pois para poder assessorar empreendimentos coletivos e solidários, faz-se necessário um mapeamento da realidade.

Economia Solidária, 2005).

O PNQ, juntamente com o Programa de Economia Solidária, pretende realizar atividades de fortalecimento e constituir políticas públicas, voltadas ao desenvolvimento da Economia Solidária, tendo como método: a participação popular, a promoção e a articulação dos gestores de políticas públicas de Economia Solidária, a realização de atividades que promovam a sistematização e avaliação de políticas públicas de Economia Solidária e fortalecimento de programas governamentais (municipais e estaduais) (T319 Termo de Referência em Economia Solidária, 2005).

Para a implementação dessas ações político-pedagógicas é estabelecida uma metodologia que prioriza e valoriza os saberes populares, as culturas populares; que respeite as diversidades sociais e peculiaridades das realidades regionais; um projeto pedagógico que tenha como temáticas centrais o trabalho e a cidadania dos trabalhadores; que disponibilize um assessoramento que envolva as dimensões: técnico-científica, sociopolítico, metodológica e ético-cultural (T319 Termo de Referência em Economia Solidária, 2005). Nesta política pública, PNQ, pretende-se dividir com as demais esferas governamentais (Estados e municípios), as ações de Economia Solidária, assim como ocorre com as demais políticas setoriais.

Outra medida implantada com a Lei nº 10.683 foi a criação do Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES. Este conselho tem como finalidade estabelecer relações com as demais esferas governamentais, ser destinado a propor diretrizes e políticas em relação à Economia Solidária, ser um espaço de troca, ser um espaço para agregar parcerias, ser um espaço de encontro e interlocução entre os representantes do Estado, dos trabalhadores e do capital (E19 Economia Solidária em Desenvolvimento, 2003). Os conselhos, assim como a política pública em si, está em

fase de implementação, ou seja, ainda não foram instituídos no país, Estados<sup>83</sup> e municípios.

### 2.3 ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO VALE DO RIO PARDO

O Associativismo e o Cooperativismo no Vale do Rio Pardo emergiram no início do Século XX, sendo esta região, mais precisamente a partir de 1904, uma das regiões gaúchas com maior número de cooperativas e associações. No Vale do Rio Pardo<sup>84</sup> experiências associativistas foram implantadas com a chegada dos imigrantes germânicos<sup>85</sup> que, desde 1849, iniciaram o processo de colonização no Estado do Rio Grande do Sul.

Os fatores que desencadearam o Associativismo com os colonizadores germânicos nessa região foram, primeiramente, a necessidade de sobrevivência dos imigrantes quando chegaram ao Brasil, que não obtiveram a intervenção e o auxílio estatal (com intuito de auxiliá-los e ampará-los durante o período colonial) e, num segundo momento, as heranças culturais dos próprios colonizadores, que trouxeram consigo a valorização e o desenvolvimento de experiências coletivas da Europa (SCHMIDT; GOES, 2002).

---

<sup>83</sup> Atualmente no Estado do Rio Grande do Sul, este programa também está em fase de implementação.

<sup>84</sup> Delimitação geográfica em que realizou-se a pesquisa de campo deste estudo. As experiências analisadas - que serão vistas no próximo capítulo -, se localizam nos seguintes municípios: Santa Cruz do Sul e Sinimbu, que foram colonizados por imigrantes alemães, e Rio Pardo e Encruzilhada do Sul, de colonização portuguesa. Nos municípios de colonização portuguesa - Rio Pardo e Encruzilhada do Sul -, não foram encontrados materiais, publicações ou pesquisas que refiram a prática ou experiências de Cooperativismo.

<sup>85</sup> Referido anteriormente no subitem 1.2.

O Cooperativismo no Vale do Rio Pardo teve como caracterizações a ênfase desses empreendimentos relacionados a Caixas Rurais do tipo *Raiffeisen*<sup>86</sup>, algumas cooperativas urbanas (hoje desativadas), e, principalmente, as cooperativas e associações agrícolas - forma de sobrevivência destes imigrantes (SCHMIDT; GOES, 2002).

Os cooperados e associados comercializam alguns produtos como, fumo, ovos, soja, toucinho, banha, milho, arroz, porco, entre outros (SCHMIDT; GOES, 2002). Outra característica que deve ser enfatizada é a não inserção das mulheres, nesse período histórico, ao Cooperativismo. Somente os homens<sup>87</sup> podiam se associar.

Com o Cooperativismo e Associativismo nessa região, na primeira metade do século XX, os agricultores de uma determinada localidade dificilmente precisavam ir à cidade para fazer compras, pois normalmente costumavam adquirir as mercadorias necessárias nas cooperativas mais próximas das suas propriedades (SCHMIDT; GOES, 2002).

O Associativismo e o Cooperativismo representaram um importante papel social, econômico e cultural ao Vale do Rio Pardo, pois foram de fundamental importância aos colonos alemães, que imigraram para esta região. Desde a segunda metade do século XX, porém, houve um declínio do Cooperativismo e do Associativismo na região do Vale do Rio Pardo. Isto pode estar relacionado com os seguintes aspectos: a) má administração e falta de preparo das lideranças dos

---

<sup>86</sup> Caixas Rurais Raiffeisen, que tiveram suas origens referidas no Capítulo I, são “cooperativas de crédito com características especiais, tais como: adoção do princípio cristão de amor ao próximo e de auxílio de caráter filantrópico, [...] valorização da formação moral dos associados, os quais assumem responsabilidade solidária e ilimitada quanto às obrigações contraídas pela cooperativa. Os créditos são concedidos em longo prazo” (PINHO, 2004, p. 99).

<sup>87</sup> Essa contradição - em relação as virtudes elaboradas por *Charles Gide* sobre o Cooperativismo, referidas no primeiro subitem -, pode ser remetido à cultura machista existente na sociedade, principalmente até a segunda metade do século XX.

empreendimentos - com o gerenciamento inadequado das finanças; b) com a falta de assessoramento e qualificação dos trabalhadores associados; c) com a corrupção dos sujeitos que integravam a diretoria ou liderança dos grupos, entre outros (SCHMIDT; GOES, 2002).

Neste sentido verifica-se que o declínio dessas experiências cooperativistas e/ou associativistas no Vale do Rio Pardo - em meados do século XX -, estavam relacionadas com a falta de acompanhamento destes empreendimentos, bem como com a necessidade de um aprimoramento e uma constante qualificação de seus integrantes. Pode-se referir como possibilidade de qualificação, cursos de formação relacionados com questões financeiras, como, também, cursos sobre os Princípios do Cooperativismo<sup>88</sup>.

Percebe-se, assim, que para a existência e permanência no mercado destes tipos de empreendimentos, faz-se necessário o apoio e o incentivo do Estado - com suas respectivas políticas sociais públicas, que visem tanto o financiamento, como o investimento em contratação de recursos humanos, para acompanhar e capacitar<sup>89</sup> os integrantes das experiências populares e coletivas.

O Vale do Rio Pardo é composto na atualidade por 25 municípios<sup>90</sup> e possui uma área de abrangência de 13.209,8 km<sup>2</sup> disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br>>. Acesso em: 26 dez. 2005. Segundo o censo de 2000, a população total dessa região corresponde a 388.452<sup>91</sup>, tendo-se 58,8% na zona urbana e 41,2% na zona rural disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 26 dez. 2005. Com base nestes dados, observa-se que a agricultura<sup>92</sup> possui uma importância significativa na região.

---

<sup>88</sup> Vistos no Capítulo I, criados pelos integrantes da Cooperativa de Rochdale.

<sup>89</sup> "A capacitação como processo pedagógico supõe estimulação e assessoramento à população, para que esta tenha meios de apreensão contínua da realidade social e saiba analisá-la, situando os seus interesses" (SOUZA, 2004, p. 95).

<sup>90</sup> Referidos na introdução.

<sup>91</sup> Sendo que 27,6%, se concentra no município de Santa Cruz do Sul.

<sup>92</sup> Nessa região ainda predomina o plantio do fumo.

O Produto Interno Bruto - PIB - na média geral dos 25 municípios, corresponde a R\$ 13.466,00 disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br>>. Acesso em: 26 dez. 2005. Os municípios que integram o Vale do Rio Pardo não possuem PIBs elevados, com exceção do município de Santa Cruz do Sul - cidade pólo da região em que se concentram os postos de trabalho na zona urbana, principalmente de agroindústrias.

Santa Cruz do Sul obteve a intensificação do seu desenvolvimento mais acentuadamente a partir da década de setenta do século XX - sendo estimulado pelo Milagre Econômico<sup>93</sup>. Neste período é que se estabeleceram as multinacionais no Município de Santa Cruz do Sul (KLARMANN, 2001). Nas décadas de cinquenta e sessenta do século XX, entretanto, já se tinha a economia desse município voltada para o beneficiamento do fumo e para a agricultura familiar - sendo o Boom Econômico<sup>94</sup> um facilitador, pois o governo forneceu subsídios para os agricultores. Foi, porém, com a inserção das grandes empresas - a multinacional -, que a economia do Vale do Rio Pardo obteve um grande desenvolvimento.

Com a internacionalização do setor agro-industrial de modelo *Taylorista*<sup>95</sup>, houve uma expansão na produção e beneficiamento do fumo - refletindo no aumento da oferta de emprego. Por se tratar do município com maior desenvolvimento econômico no Vale do Rio Pardo e, com o processo de intensificação da industrialização, durante a década de setenta do século XX, acentuou-se o êxito

---

<sup>93</sup> O Milagre Econômico teve como intencionalidade expandir a industrialização brasileira, por intermédio de investimento estrangeiro e foi desenvolvido durante a ditadura militar no Brasil - governo Médice.

<sup>94</sup> O *Boom* Econômico pretendia estimular a Campanha Desenvolvimentista da Nação - durante o governo de Juscelino Kubitschek, que assume a presidência do Brasil em 1956, após o suicídio do Presidente Getúlio Vargas. Neste cenário, o governo brasileiro estimula a entrada do capital internacional, visando o progresso do Brasil por meio do processo de industrialização (OLIVEIRA, 1987). O capital estrangeiro foi investido na indústria de bens duráveis, como a siderurgia, metalurgia e a indústria automobilística, sendo os Estados Unidos um dos países que mais investiram no processo de industrialização brasileiro. O objetivo Desenvolvimentista era o Plano de Metas, que se caracterizou pelo extraordinário aumento da diversificação industrial no Brasil.

<sup>95</sup> Visto no Capítulo I.

rural nesta região<sup>96</sup> (SILVEIRA, 2003). Os sujeitos que trabalhavam com a agricultura familiar abandonaram o campo para trabalhar como operários nas indústrias fumageiras, em busca de melhores condições de vida - principalmente nas décadas de setenta, oitenta e noventa do século XX.

Entre as décadas de setenta, até o início da década de noventa do século XX, a oferta de empregos obteve grande expansão, sendo que em 1990 a quantidade de sujeitos empregados nas agroindústrias fumageiras chegou a 13.642 (SILVEIRA, 2003). A partir da década de noventa do século XX, porém, mais especificamente a partir de 1992, que com o desenvolvimento da automação, mecanização, robótica e micro-eletrônica - III Revolução Industrial -, foi desencadeado um processo de diminuição da contratação da força de trabalho. O desemprego se acirrou nesse município, assim como no Vale do Rio Pardo<sup>97</sup>.

No ano de 1999 existiam 8.156 trabalhadores empregados nas fumageiras, aproximando-se da quantidade de trabalhadores empregados na década de setenta do século XX, período que se acentuou o processo de industrialização e de contratação da força de trabalho pelas agroindústrias (SILVEIRA, 2003). Mesmo para o emprego temporário - período de safra que ocorre normalmente no primeiro semestre do ano -, muitos trabalhadores não estão conseguindo se inserir no mercado formal de trabalho. Os que conseguem por alguns meses do ano, quando não estão empregados, procuram a economia informal para sobreviverem<sup>98</sup>.

---

<sup>96</sup> O êxito rural, naquele momento histórico foi um fenômeno de mobilidade social em grande parte do país, sendo que no Brasil se acentuou a partir da década de cinquenta do século XX.

<sup>97</sup> Não foram encontradas pesquisas que divulgam o índice de desemprego nos municípios da região do Vale do Rio Pardo.

<sup>98</sup> Deve-se referir também que, por estes trabalhadores possuírem rendas relativamente baixas, equiparadas com o PIB de Santa Cruz do Sul - que será referido no Capítulo IV -, estes sujeitos possivelmente residem na periferia da cidade ou retornam em alguns casos para o campo - trabalhadores oriundos da zona rural, que vêm para cidade para complementar sua renda anual.

Diante dessa realidade, a partir das últimas décadas do século XX, ocorreu um ressurgimento do Associativismo e do Cooperativismo na região do Vale do Rio Pardo, bem como no Brasil e no mundo, por intermédio de experiências coletivas que integram a Economia Popular Solidária.

Entre os anos de 2002 e 2003, foi realizada uma pesquisa pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, referente à Economia Popular Solidária no Vale do Rio Pardo. Esta pesquisa intitulada “Economia Popular Solidária: experiências populares de geração de trabalho e de renda no Vale do Rio Pardo” procurou mapear e caracterizar 91 experiências de geração de trabalho e renda, entre os anos de 2002 e 2003, na região do Vale do Rio Pardo, referente as suas formas de organização, a representação desses trabalhadores, o perfil dos integrantes dos empreendimentos, a natureza das atividades, entre outros (CADONÁ, 2003).

Com os dados obtidos por meio dessa pesquisa, constataram-se alguns elementos preponderantes que merecem serem destacados, entre eles pode-se referir que os empreendimentos de Economia Popular Solidária na região do Vale do Rio Pardo, estão inseridos tanto nas zonas urbanas, como nas zonas rurais<sup>99</sup>. As experiências cooperativistas e associativistas do século XIX no Brasil e até meados do século XX no Rio Grande do Sul e no Vale do Rio Pardo, se concentram, em sua maioria, no campo. Isto ocorre devido à importância que a agricultura ainda possui na região - na qual predomina a cultura do plantio do fumo (CADONÁ, 2003).

Embasado nesta realidade, a grande expressividade destas experiências coletivas (91) - que em sua grande maioria estão localizadas nas zonas rurais desta região -, pode estar relacionada com o fato de que muitos dos trabalhadores das zonas rurais destes municípios necessitam de subsídios financeiros para o plantio de

---

<sup>99</sup> Sendo que a região do Vale do Rio Pardo em 2004 possuía uma população total de 412.514 habitantes, disponível em: <[www.fee.tche.br](http://www.fee.tche.br)>. Acesso em: 26 dez. 05.

suas colheitas. As associações de agricultores, assim como as cooperativas rurais, facilitam o acesso a recursos e financiamentos. Outra característica importante é o fato de que na medida em que os maquinários e secadores são utilizados pelo coletivo (vários agricultores de uma associação e/ou cooperativa), são reduzidos os gastos destes trabalhadores, bem como possivelmente criam um processo de socialização entre os agricultores, devido ao uso coletivo dos materiais utilizados (CADONÁ, 2003).

Constataram-se outros elementos preponderantes que também devem ser destacados. Os empreendimentos coletivos foram agrupados em três categorias diferentes, devido à diversificação das origens dos empreendimentos, bem como em relação à natureza das atividades e seu funcionamento.

O primeiro grupo foi constituído por 27 experiências. Estas experiências são influenciadas por agentes externos - poder público municipal e/ou instituições sociais -, ou seja, sofrem grande influência de outras instituições quanto as suas decisões, tornando-se normalmente dependentes das mesmas. Nesta direção, este grupo se caracteriza pela precariedade de articulação política e reflexiva entre os trabalhadores, não havendo processo de reflexão sobre suas atividades laborais, bem como sobre os princípios que agregam o Cooperativismo (CADONÁ, 2003).

O segundo grupo compreende 33 empreendimentos coletivos, que foram selecionados pelos aspectos históricos relacionados com estas experiências, quanto aos seus processos de formação. Estes empreendimentos coletivos foram originados pela articulação e junção de forças estabelecidas (CADONÁ, 2003) entre os trabalhadores que integram as cooperativas e/ou associações e as entidades de apoio, como a CÁRITAS, poder público, entre outros, que os assessoram. Isso significa que, para a criação destes empreendimentos, foi necessário um processo

de mobilização<sup>100</sup> dos trabalhadores, juntamente com as entidades de apoio, visando à organização dessas associações e/ou cooperativas, em prol da produção e comercialização coletiva.

Já o terceiro grupo corresponde a 30 experiências coletivas e tem como caracterização a reflexão política e social entre os sujeitos participantes das experiências (CADONÁ, 2003). Isto ocorre por meio do processo de conscientização dos próprios trabalhadores, que se percebem como integrantes de um protótipo de organização e sistematização do trabalho, alternativo ao sistema capitalista e sua lógica competitiva e individual.

A consciência é a visão de mundo do homem sobre as coisas. Já a conscientização é o processo de elaboração desta visão na qual se fazem presentes os homens, as coisas e o próprio mundo [...] A conscientização, em sua dinâmica pedagógica, se traduz como processo contínuo de compreensão crítica da realidade (SOUZA, 2004, p. 87-89).

O processo de conscientização nesses empreendimentos populares é decorrente da criticidade e da capacidade de reflexão dos trabalhadores, em relação à realidade social, econômica e política. A conscientização dos sujeitos nas associações e cooperativas se viabiliza por meio da discussão acerca das atividades realizadas e sobre a importância do Cooperativismo e os princípios que os constituem (CADONÁ, 2003).

Estes empreendimentos que foram integrados nessas três categorias abordadas podem ser enquadrados em diferentes modalidades, constituídas por: associações ou cooperativas de produção, comercialização, serviços, entre outras atividades. Referente às experiências de produção agrícola, verificou-se que são

---

<sup>100</sup> “A mobilização e a grupalização [...] podem lançar elementos que predisponham a população a uma posterior reflexão e ação sobre o seu cotidiano e, nesse sentido, são processos valiosos que podem desembocar em organização social” (SOUZA, 2004, p. 93).

produzidos, criados ou plantados, além do fumo: produtos horto-medicinais, mel, própolis, cera, suínos, leite, bolachas caseiras, vinhos, feijão, peixe, erva-mate, batata inglesa, hortifrutigranjeiros, frango, geléias, salgadinhos e flores (CADONÁ, 2003).

Pode-se referir também que, segundo a pesquisa, experiências coletivas existentes na zona rural, utilizam as associações e/ou cooperativas como meios para viabilizarem a aquisição de instrumentos de trabalho, que utilizam coletivamente no plantio de hortaliças, fumo, entre outros (CADONÁ, 2003). Isto significa que, sem a existência das associações nas zonas rurais, muitos trabalhadores não teriam condições financeiras de adquirir individualmente secadores, maquinários de produção, ferramentas. Isto ocorre devido ao fato de que a inserção dos sujeitos nas associações facilita o acesso a financiamentos realizados por órgãos públicos. Neste sentido pode-se referir que a renda relacionada aos empreendimentos coletivos não representa sua única fonte de rentabilidade, pois cada família também produz individualmente.

Referente aos empreendimentos coletivos de produção não-agrícolas, estes são realizados normalmente na zona urbana. Estas associações e/ou cooperativas de trabalho, estão relacionadas à reciclagem de lixo, reforma e confecção de roupas, entre outros (CADONÁ, 2003). É este grupo, com empreendimentos coletivos localizados nas zonas urbanas do Vale do Rio Pardo, que constituem as experiências deste estudo de Mestrado<sup>101</sup>.

Para a maioria dos trabalhadores envolvidos nos empreendimentos coletivos da zona urbana, o trabalho, somado às experiências, lhes traz benefícios econômicos - ressaltando o fato da maioria dos trabalhadores estarem excluídos do

---

<sup>101</sup> Será visto no Capítulo III e IV.

mercado formal de trabalho. Apesar de algumas dificuldades, além dos benefícios gerados com a renda, o processo de reflexão acerca dos processos de trabalho, que ocorre em um bom número de empreendimentos - terceiro grupo explanado -, merece ser ressaltado, pois oferece indícios de um processo de politização e conscientização dos trabalhadores (CADONÁ, 2003).

Nesse sentido, mesmo que ainda de uma forma incipiente, as experiências coletivas de geração de trabalho e renda, que agregam a Economia Popular Solidária na região, segundo essa pesquisa realizada entre os anos de 2002 e 2003, trazem elementos diferenciados em relação à lógica capitalista predominante no mundo do trabalho; ou seja, além de gerar renda aos trabalhadores, pode ser referido o processo de solidariedade e cooperação dos trabalhadores em prol da produção e comercialização das mercadorias (CADONÁ, 2003).

No próximo capítulo será apresentada a metodologia utilizada para a realização deste estudo de Mestrado, o Método Dialético-Crítico - com as categorias metodológicas e temáticas -, assim como as experiências pesquisadas e o tipo de pesquisa efetivada, com os instrumentos e técnicas usados para a coleta e sistematização dos dados.

### 3 METODOLOGIA DE PESQUISA

A teoria é o conjunto de conhecimento produzido, que o pesquisador utiliza para a realização da investigação do tema em estudo. A metodologia pode ser apreendida como o processo de coleta e análise dos dados adotados à abordagem da realidade, complementando respectivamente o referencial teórico (MINAYO, 1994).

Esse estudo utiliza como referência teórico-metodológica, o método dialético-crítico - método de interpretação da realidade -, que é alicerçado no materialismo histórico, desenvolvido por Karl Marx e Friedrich Engels. Assim, a leitura da realidade e a concepção sobre o homem e o mundo, por meio do método dialético-crítico, é realizada de uma forma que se apreenda o real, analisando e percebendo também a base material que o constitui.

O método científico é o meio pelo qual se pode exercitar o desvendamento e a compreensão dos fatos e da realidade social (KOSICK, 1995), ou seja, é a concepção de homem e de mundo, que norteará a elaboração e análise dos dados da pesquisa. Não existe, portanto, neutralidade na apreensão dos dados e no processo de análise do problema deste estudo de Mestrado.

A dialética tem como características centrais a Historicidade, a Totalidade e a Contradição. A dialética fundamenta-se no movimento, no constante devir (vir a ser),

na relação estabelecida entre a afirmação e a negação dos fenômenos e processos sociais, gerando a transformação da realidade (GADOTTI, 1983).

Neste capítulo será referido, além do Método Dialético-Crítico e as leis que o constituem, as categorias teórico-metodológicas eleitas, Historicidade, Totalidade e Contradição, bem como as experiências analisadas e a instrumentalidade - instrumentos e técnicas (MARTINELLI; KOUMROUYAN, 1994) -, utilizadas para a efetuação desta pesquisa<sup>102</sup> de Mestrado.

### 3.1 MÉTODO DIALÉTICO-CRÍTICO

A Dialética objetiva investigar a realidade pela própria contradição do real (CURY, 2000). Ou seja, o método dialético visa desvelar a vinculação entre a unidade e a totalidade, observando a historicidade e o movimento que engendra as contradições existentes nos fenômenos e processos sociais. Essas contradições surgem de forças opostas, que negam e transformam a realidade. As pesquisas embasadas no método dialético-crítico analisam o caráter conflituoso, dinâmico e contraditório da realidade.

Neste sentido, a dialética pode ser vista de uma forma que se pense e se apreenda a realidade, como essencialmente contraditória e em permanente transformação, sendo que o movimento no real ocorre por meio da oposição dos contrários (KONDER, 1999). Entre a passagem de uma fase à outra, na concretização do devir (o vir a ser, que emerge do que está sendo transformado), ocorre a negação da etapa anterior. O constante devir na dialética é ocasionado pelas sucessivas transformações. É com o conflito suscitado da própria contradição,

---

<sup>102</sup> Entende-se por “pesquisa a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade” (MINAYO, 1994, p. 17).

que ocorre a transformação da realidade e/ou conjuntura social, política, econômica, ideológica, cultural.

Para a efetivação deste estudo - que tem como objeto central de análise a organização dos processos de trabalho em experiências que integram a Economia Popular Solidária no Vale do Rio Pardo -, o Método Dialético-Crítico foi utilizado juntamente com as categorias teórico-metodológicas que o integram, pela identificação e relação estabelecida entre o tema de estudo pesquisado e a leitura da realidade proporcionada pela apropriação deste método.

“Não há produção sem contradição, sem conflito, a começar pela relação do ser social (o ‘homem’) com a natureza através do trabalho” (LEFEBVRE, 1995, p. 19). Neste sentido, à medida que as relações de produção capitalistas geram excluídos sociais - desempregados, devido ao fato de que não há emprego formal para toda força de trabalho disponível (III Revolução Industrial), e sendo que os trabalhadores necessitam de uma fonte de geração de renda para a sua sobrevivência, emerge, no final do século XX, experiências designadas de Economia Popular Solidária<sup>103</sup>.

Os empreendimentos de Economia Popular Solidária emergem como uma das possibilidades de geração de trabalho e renda aos sujeitos, diante das manifestações da questão social. Essas expressões da questão social são oriundas dos conflitos sociais e econômicos, gerados pelos próprios mecanismos de manutenção da mais-valia pelo capital (contraditórios e excludentes, vistos sob a perspectiva social).

---

<sup>103</sup> Visto no Capítulo II.

### 3.1.1 As Leis da Dialética

O Método Dialético-Crítico se fundamenta em três grandes leis que visam compreender e analisar a realidade, essas leis são “comuns tanto à história humana como à natureza” (KONDER, 1999, p. 58). As três leis da dialética são caracterizadas pelos seguintes princípios: lei da passagem da quantidade a qualidade, lei da interpenetração dos contrários e lei da negação da negação.

A primeira lei é designada de passagem da quantidade à qualidade, e refere-se à explicação do modo de como as coisas, os fenômenos e os processos sociais se transformam, ou seja, explica a maneira que ocorrem essas mudanças (TRIVIÑOS, 1987). Estas transformações não ocorrem sempre de uma mesma forma ou numa mesma maneira, pois passam por períodos mais lentos (com menos transformações) e períodos mais acelerados (com rápidas e intensas transformações). As mudanças quantitativas e as qualitativas são imanentes às transformações e, estando relacionadas, pode-se referir que as mudanças quantitativas geram as qualitativas e vice-versa (GADOTTI, 1983). Tanto as mudanças qualitativas como as quantitativas estão ligadas entre si e inseridas na realidade.

A segunda lei, nomeada de interpenetração dos contrários, “garante a unidade e a continuidade da mudança incessante da natureza e nos fenômenos” (GADOTTI, 1983, p. 24). Imerso aos fenômenos, objetos e processos sociais, se estabelecem contradições internas, que são originárias de forças opostas. A luta entre os opostos, caracterizada pela contradição, constitui o permanente desenvolvimento do real. De acordo com este princípio, conforme o aspecto da realidade que é observado, prevalece um lado ou outro, ou seja, é observada uma ou outra unidade da totalidade, pois a realidade é contraditória. As Contradições,

porém, estão interligadas, significando a luta entre os contrários e/ou forças opostas.

A terceira lei é a que diz que a negação da negação é a geradora das transformações. Estas transformações são originadas pela luta interna dos fenômenos - contradições -, que resultam numa superação do real (GADOTTI, 1983). Pela luta dos contrários, ocorre a passagem de um fenômeno a outro. Neste processo de transição, desenvolve-se a negação da negação, ou seja, a negação do que existia anteriormente, objetivando sua transformação (TRIVIÑOS, 1987). Assim, pode-se dizer que existe uma tese, surge a negação dessa tese - designada de anti-tese -, que, por fim, resulta na síntese, significando a transformação e/ou superação da realidade. Este processo de negação e transformação é permanente, pois “cada síntese é por sua vez a tese de uma nova antítese reproduzindo indefinidamente o processo” (GADOTTI, 1983, p. 24). A negação é o processo que nega o que já havia sido negado anteriormente, sendo que a segunda negação modifica novamente a transformação anterior.

Além das leis da Dialética explicativas da realidade, para a efetivação deste estudo de Mestrado, foram utilizadas três categorias teórico-metodológicas de análise. No próximo subitem serão abordadas as categorias de Historicidade, Totalidade e Contradição, constituintes do Método Dialético-Crítico e utilizadas para a análise e compreensão dos dados obtidos neste estudo.

### **3.1.2 Categorias Teórico-Metodológicas**

Pode-se compreender as categorias como “formas de conscientização nos conceitos dos modos universais da relação do homem com o mundo, que refletem as propriedades e leis mais gerais e essenciais da natureza, da sociedade e do pensamento” (TRIVIÑOS, 1987, p. 55). No Método Dialético-Crítico, é pelas

categorias teórico-metodológicas que se pode compreender e analisar a realidade, com o olhar do pesquisador mais direcionado ao seu tema de estudo, ou seja, observando cada dado coletado, sobre a luz da Historicidade, da Totalidade e da Contradição - as categorias eleitas à análise desta pesquisa.

A primeira categoria teórico-metodológica integrante do método dialético-crítico, utilizada neste estudo é a de Historicidade. Pela Historicidade, pode-se apreender o movimento e a transição dos sujeitos, dos fenômenos, dos objetos e dos processos sociais que constituem a realidade. A categoria de Historicidade demonstra que as transformações e o movimento, na realidade, são processuais.

O historicismo pode ser resumido nas seguintes proposições: a) todos os fenômenos culturais, sociais ou políticos são históricos e podem ser compreendidos por meio de sua historicidade, b) existem diferenças fundamentais entre os fatos naturais e os fatos históricos e, conseqüentemente, entre as ciências que os estudam, c) não é somente o objeto da pesquisa que está imerso no fluxo da história, mas, também, o sujeito, o próprio pesquisador, com sua perspectiva, seu método, seu ponto de vista, seu posicionamento, sua concepção de homem e de mundo (LÖWY, 1998a).

Pode-se detectar como um fenômeno social o fato histórico que, na medida em que é examinado, por meio da observação de uma parte do todo, desempenha uma função dupla: de um lado define a si mesmo e, de outro, define a Totalidade. Na história, as partes sempre se interconectam, mas dialeticamente, ou seja, mediante o conflito, visando a superação do real (KOSICK, 1995). A visão dialética da história é realista porque é fundada no conflito. Toda formação histórica é suficientemente conflituosa, por isso deve-se superar (DEMO, 1999).

Para o Método Dialético-Crítico, a realidade social pode ser compreendida na sua concreticidade quando se verifica a natureza e a realidade como uma unidade

dialética e o homem como sujeito incluso num coletivo histórico-social. O sujeito é tido como ser social e histórico, que é determinado por contextos econômicos, políticos, sociais, ideológicos e culturais anteriores a ele (KOSICK, 1995). Também é visto, entretanto, como conceptor das transformações desses contextos, gerados anteriormente. Nesta perspectiva, o método está vinculado a uma concepção de realidade, de homem, de mundo e de vida no seu conjunto, em sua Totalidade, em que o movimento de superação e de transformação se faz presente (GADOTTI, 1983).

Outra categoria teórico-metodológica preponderante que integra o Método Dialético-Crítico é a categoria de Totalidade, que está inclusa na natureza e nos processos sociais. “A totalidade é uma categoria concreta. É própria da constituição do real. É a essência constitutiva do real; por isso, ontológica” (PONTES, 2002, p. 70). A Totalidade é composta, então, por todas as partes/unidades da realidade, dos fenômenos, objetos e processos sociais. Não existe um fenômeno social que não tenha um caráter de Totalidade, ou seja, que não implique relações com outros fenômenos (VASCONCELOS, 1995).

O princípio metodológico que constitui a investigação Dialética da realidade social é o ponto de vista da totalidade concreta, que, a priori, significa que cada fenômeno pode ser compreendido como um momento do todo. A compreensão Dialética da Totalidade, exige o estabelecimento de relações entre as partes da realidade (CURY, 2000). Tendo-se o estabelecimento da relação entre o todo e as partes, apreende-se a totalidade. A Totalidade é vista, então, não como a soma das partes, mas como um todo estruturado, dialético, no qual um fato ou parte do real pode ser compreendido.

A compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes (KOSICK, 1995, p. 42).

A Totalidade justifica-se no momento em que o sujeito não busca apenas uma compreensão particular do real, mas almeja ser capaz de conectar dialeticamente processos particulares, singulares, com outros processos, para enfim, transformá-lo numa síntese explicativa e cada vez mais totalizadora do real.

A realidade concreta é sempre uma totalidade dinâmica de múltiplos condicionamentos, onde a polarização dentro do todo lhe é constitutiva. Por isso, o indivíduo em si não é realidade social, porque é gerado em sociedade, educado em sociedade, socializado em sociedade (DEMO, 1989, p. 93).

Nesse sentido, percebe-se a Totalidade não como um todo já determinado e nem determinante das partes, pois isso não é algo simples. Não é simples porque não existe uma Totalidade acabada, mas um processo de totalização a partir das relações, fenômenos, objetos e de suas próprias Contradições (CURY, 2000).

Por último, explicita-se a categoria teórico-metodológica da Contradição que possui como finalidade captar a interconexão entre as unidades, o movimento que engendra os contraditórios. Além desta categoria, interpretar a realidade também está inserida no movimento do real, já que se refere ao desenvolvimento dos processos sociais. “A categoria da Contradição é a base de uma metodologia dialética [...] reflete o movimento mais originário do real [...] A racionalidade do real se acha no movimento contraditório dos fenômenos pelo quais esses são provisórios e superáveis” (CURY, 2000, p. 27). A Contradição sempre expressa uma relação de conflito no devir do real. É destruidora, mas também criadora, pois determina a superação do conflito.

“Termos contrários são especificamente dialéticos, porque constituem os componentes essenciais das totalidades históricas. Desenvolvimento é o contrário de subdesenvolvimento” (DEMO, 1989, p. 98), e um depende do outro para sua existência e superação. A Contradição pode ser vista, assim, sob uma forma mais abrangente do que a negação ou a manifestação do real; ela está contida na conexão entre a Totalidade e a particularidade do real, pelo movimento que gera a superação dialética (LEFEBVRE, 1995). Como exemplo disso, pode-se referir o modo de produção capitalista em relação ao modo de produção socialista; a superação existiria no momento em que a divisão social do trabalho e as classes sociais fossem eliminadas.

Toda formação social é tomada como tese: realidade social historicamente contextualizada [...] toda tese por força da historicidade intrínseca, desenvolve dentro de si a dinâmica contrária, que a leva a gerar as condições necessárias e suficientes para a superação (DEMO, 1989, p. 92).

A Contradição está contida na realidade e o Método Dialético-Crítico demonstra como as contradições podem ser vistas concretamente. Imerso às Contradições, existe seu caráter conflituoso, porém, esse conflito se refere à existência da unidade de contrários (LEFEBVRE, 1995). Nesse sentido, pode-se pensar que o conflito é originário da própria realidade social.

### 3.2 PROCESSO DE PESQUISA

A Economia Popular Solidária pode, num primeiro momento, ser considerada uma das alternativas de geração de trabalho e renda aos trabalhadores, diante das manifestações da questão social, ocasionadas pela III Revolução Industrial.

Manifesta-se por cooperativas e associações de trabalho, entre outros, que têm como objetivo a geração de renda e a inclusão social e econômica dos sujeitos, visando à superação de um estágio de vulnerabilidade social.

Num segundo momento pode-se referir, também, que o labor desenvolvido nestas experiências possivelmente agregam valores e características emancipatórias e potencializadoras dos trabalhadores, aspectos estes, normalmente, não proporcionados pelo sistema capitalista. Os elementos fundantes da Economia Popular Solidária são representados pela solidariedade, ajuda mútua, igualdade, participação, democracia, autogestão, entre outros. Nessa direção, na medida em que esses empreendimentos introduzem elementos nos seus processos de trabalho, que os diferenciam da lógica e da finalidade do sistema capitalista - acumulação e centralização de capital -, pode-se referir que possivelmente essas experiências podem ser consideradas uma das formas de resistência e contestação dos trabalhadores diante do capitalismo e suas manifestações.

Faz-se importante realçar, no entanto, que estes empreendimentos necessitam de um acompanhamento e assessoramento, visando as suas permanências e sustentabilidades no mundo do trabalho. Nesse sentido, o Serviço Social pode ser uma das profissões que tem potencialidade para aportar contribuições a estes empreendimentos coletivos. O compromisso ético-político e os princípios dos profissionais do Serviço Social estão relacionados com a ampliação e consolidação da cidadania, o posicionamento em favor da igualdade e da equidade social, opção por um projeto social vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação e exploração de classe, etnia e gênero (CÓDIGO DE ÉTICA DOS ASSISTENTES SOCIAIS, 1993).

É necessário, portanto, por parte dos assistentes sociais, um conhecimento mais elaborado acerca das experiências de Economia Popular Solidária, pois o

Serviço Social pode ser uma das profissões com possibilidades de inserção/intervenção nas cooperativas e associações de trabalho. A investigação da realidade para o assistente social é uma necessidade do seu trabalho profissional. Ou seja, para que o assistente social intervenha nessa realidade, nos empreendimentos coletivos e populares, primeiramente necessita-se um estudo mais aprofundado sobre a temática, a fim de ser elaborado um diagnóstico para, posteriormente, realizar-se um trabalho com base num planejamento consubstanciado.

No Vale do Rio Pardo essa busca por conhecimento ainda é mais importante, dado o fato dessas experiências não terem acompanhamento de nenhum profissional do Serviço Social. Outro aspecto preponderante é que no Vale do Rio Pardo, estudos sobre a temática Cooperativismo e Economia Popular Solidária, são ainda mais importantes, dada a sua quase inexistência. São tão poucas as produções, que a escassez de material sobre esse assunto se transformou numa limitação ao presente estudo, ao mesmo tempo em que acentua a sua relevância. Também deve ser considerado o fato da mestranda ter sido bolsista durante a graduação de um projeto de pesquisa, entre os anos de 2002 e 2003, em que se estudou a geração de trabalho e renda em experiências populares na região<sup>104</sup>.

Esta pesquisa que analisa três cooperativas de trabalho, Cooperativa de Educação e Serviços de Trabalhadores Autônomos Ltda - COOESTAL -, Cooperativa Sinimbuense do Vestuário - COOSIVEST - e, Cooperativa de Triagem e Reciclagem - COONCREAL -, bem como uma associação de trabalho, Associação Comunitária dos Trabalhadores na Seleção de Lixo - ACOTRALI -, tem como intencionalidade conhecer e desvelar a organização e a sistematização dos

---

<sup>104</sup> Referido no capítulo anterior.

processos de trabalho nesses empreendimentos<sup>105</sup>. O estudo possui como **problema de pesquisa**: como vêm se organizando os processos de trabalho em cooperativas/associações de trabalho, que integram a Economia Popular Solidária no Vale do Rio Pardo?

Esse problema de pesquisa é complementado pelas seguintes interrogações, que constituem as **questões norteadoras**: quem são os trabalhadores associados? Como os trabalhadores compreendem a situação de serem executores e gestores da sua fonte de trabalho? Como se desenvolve o processo de autogestão nas cooperativas/associações? Como estão organizados os direitos trabalhistas destes associados? Como políticas públicas de geração de trabalho e renda contribuem com essas experiências? Os aspectos políticos e sociais, constituídos pelos princípios de solidariedade, responsabilidade, democracia, igualdade, entre outros, são tão importantes quanto o aspecto econômico nestes empreendimentos?

A partir da referida problematização, seguida pelas questões norteadoras, foram estabelecidos alguns **objetivos** para a pesquisa, sendo eles: analisar os processos de trabalho desenvolvidos nas cooperativas/associações de trabalho que integram a Economia Popular Solidária no Vale do Rio Pardo, com vistas a dar contribuições a essas experiências, possibilitando aos seus integrantes reflexões acerca da realização das atividades produtivas, assim como colaborar com a criação de novos empreendimentos coletivos; caracterizar os trabalhadores das experiências coletivas, com vistas a dar visibilidade aos mesmos; proporcionar visibilidade ao processo de transformação dos trabalhadores, de desempregados a executores e gestores da sua fonte de trabalho; Identificar as atuais políticas/programas de

---

<sup>105</sup> Esse estudo possui a finalidade, também, de aportar contribuições às experiências pesquisadas, por meio da divulgação dos resultados da análise - após o término do estudo -, bem como possivelmente colaborar com outros empreendimentos coletivos e populares existentes e/ou que poderão ser gerados.

geração de trabalho e renda, para dar visibilidade às mesmas.

### **3.2.1 Categorias Teórico-Temáticas**

Para a realização desta pesquisa foram utilizadas três categorias teórico-temáticas, definidas anteriormente na pesquisa de campo, assim como uma categoria teórico-temática empírica que emergiu durante a análise de dados. Por categorias pode-se compreender o agrupamento de idéias e/ou expressões em torno de um determinado conceito central, sendo utilizadas como critério de classificação (MINAYO, 1994). As categorias teórico-temáticas pré-definidas pela pesquisadora são as seguintes: Processos de Trabalho, Cooperativismo e Economia Popular Solidária, e, a categoria empírica que emergiu durante a análise dos dados coletados, foi a Autogestão.

A palavra trabalho possui diversos significados, entre eles de ocupação, fabricação, produção, etc. O trabalho é fator essencial da socialização e da dinâmica das relações sociais e é considerado uma mercadoria ou um serviço que possui um valor de uso. A força de trabalho é comercializada por seus valores de troca, pela compra e venda da força de trabalho, processo analisado por Karl Marx no livro *O Capital* (1988). Essa relação de comercialização da mão-de-obra repercute sobre a totalidade da vida em sociedade (CATTANI, 1996). Os Processos de Trabalho, por sua vez, podem ser compreendidos como o movimento que gera a transformação da força de trabalho sobre um objeto. Existem alguns elementos que constituem o Processo de Trabalho, sendo eles: são compostos pelo próprio trabalho de execução e de concepção - que possui uma finalidade; pelo objeto de trabalho (matéria-prima); pelos meios de trabalho (maquinário, local, etc.); e, pelo instrumental utilizado (instrumentos e técnicas) (PRATES, 2003).

A segunda categoria teórico-temática é constituída pelo Cooperativismo. O Cooperativismo consiste num processo de práticas associativistas, pelos quais os sujeitos aglutinam suas forças de produção e sua capacidade de consumo - além do capital social -, a fim de se desenvolverem econômica e socialmente, almejando a melhoria de suas rendas, assim como da sociedade. O Cooperativismo culmina num contexto de predomínio extremo de interesses privatistas sobre os sociais e os coletivos e se propõe a corrigir as injustiças sociais (PINHO, 1966b).

A terceira categoria teórico-temática, Economia Popular Solidária, refere-se ao surgimento de uma alternativa de superação das desigualdades sociais. A Economia Popular Solidária é constituída por experiências populares, estabelecidas a partir da autogestão, igualdade, participação e democracia, trazendo consigo características de economia de solidariedade, entre os trabalhadores (RAZETO, 1999).

Por fim, a quarta categoria teórico-temática (empírica), que emergiu durante a análise dos dados é referente à Autogestão. O processo de autogestão é o nível mais democrático e participativo de gestão (PRATES, 1995). Ocorre quando existe participação dos sujeitos nas atividades envolvidas do processo de trabalho, seja em nível de operacionalização das tarefas produtivas ou em nível de decisões, assim como quando existe, também, a acolhida e o respeito dos demais trabalhadores a essa participação. Constituem características dos empreendimentos autogestionários: a autonomia dos trabalhadores; a capacidade de organizar e comercializar a matéria-prima; a participação dos sujeitos; entre outros.

### 3.2.2 Tipo de pesquisa

A pesquisa exigiu aproximações sucessivas entre a revisão teórica realizada e os sujeitos pesquisados (KOSICK, 1995). Estas aproximações sucessivas se materializaram por meio da relação estabelecida entre a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo - contato entre a pesquisadora e os empreendimentos coletivos - , com objetivo de coletar o material e aportar contribuições às experiências coletivas.

A análise da pesquisa foi realizada sob enfoque qualitativo, embasado no método dialético-crítico, referido anteriormente. “A abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e captável em adequações, medidas e estatísticas” (MINAYO, 1994, p. 22). Nesse sentido, pode-se referir que a abordagem qualitativa busca desvelar os significados dos fenômenos e processos sociais vivenciados pelos sujeitos. Assim, este estudo visa compreender - e não simplesmente quantificar -, a realidade dos sujeitos e de seus respectivos empreendimentos coletivos.

O Método Dialético-Crítico visa a “relação dinâmica entre o sujeito e o objeto, no processo do conhecimento” (CHIZZOTTI, 1991, p. 80). Este estudo tem como finalidade, também, desvendar a Historicidade, a Totalidade e as Contradições existentes entre os sujeitos e seus empreendimentos, e os processos de trabalho realizados por esses trabalhadores.

A abordagem quantitativa é utilizada para complementar e dar representatividade aos dados qualitativos, sendo caracterizada pela objetividade e pelos dados concretos, servindo assim de sistematização e fundamentação ao conhecimento produzido pela abordagem qualitativa. Os dados quantitativos e qualitativos se complementam (MINAYO, 1994).

### 3.2.3 Coleta dos dados

Primeiramente num trabalho de pesquisa ocorre um resgate de materiais já produzidos ou pesquisados. Assim, com enfoque qualitativo, foi realizada a revisão bibliográfica referente às três categorias teórico-temáticas, explanadas anteriormente, visando compreendê-las, observando suas Historicidades, Totalidades e Contradições existentes.

Para esse estudo foram eleitas 4 experiências populares de geração de trabalho e renda<sup>106</sup> nas zonas urbanas, conforme está relacionado na figura 1 e na figura 2 mapa do Vale do Rio Pardo.

<b>NOMES DAS EXPERIÊNCIAS</b>	<b>MUNICÍPIOS</b>
Associação Comunitária dos Trabalhadores na Seleção de Lixo - ACOTRALI	Rio Pardo
Cooperativa de Educação e Serviços de Trabalhadores Autônomos Ltda - COOESTAL	Santa Cruz do Sul
Cooperativa de Triagem e Reciclagem - COONCREAL	Encruzilhada do Sul
Cooperativa Sinimbuense do Vestuário - COOSIVEST	Sinimbu

Figura 1 - Cooperativas e Associação Pesquisadas nas Zonas Urbanas no Vale do Rio Pardo

<sup>106</sup> Estes empreendimentos foram escolhidos para a realização desta pesquisa, por se constituírem nas únicas cooperativas e associação de trabalho existentes nas zonas urbanas do Vale do Rio Pardo, durante o mês de janeiro de 2005 - período em que a pesquisadora coletou os dados.

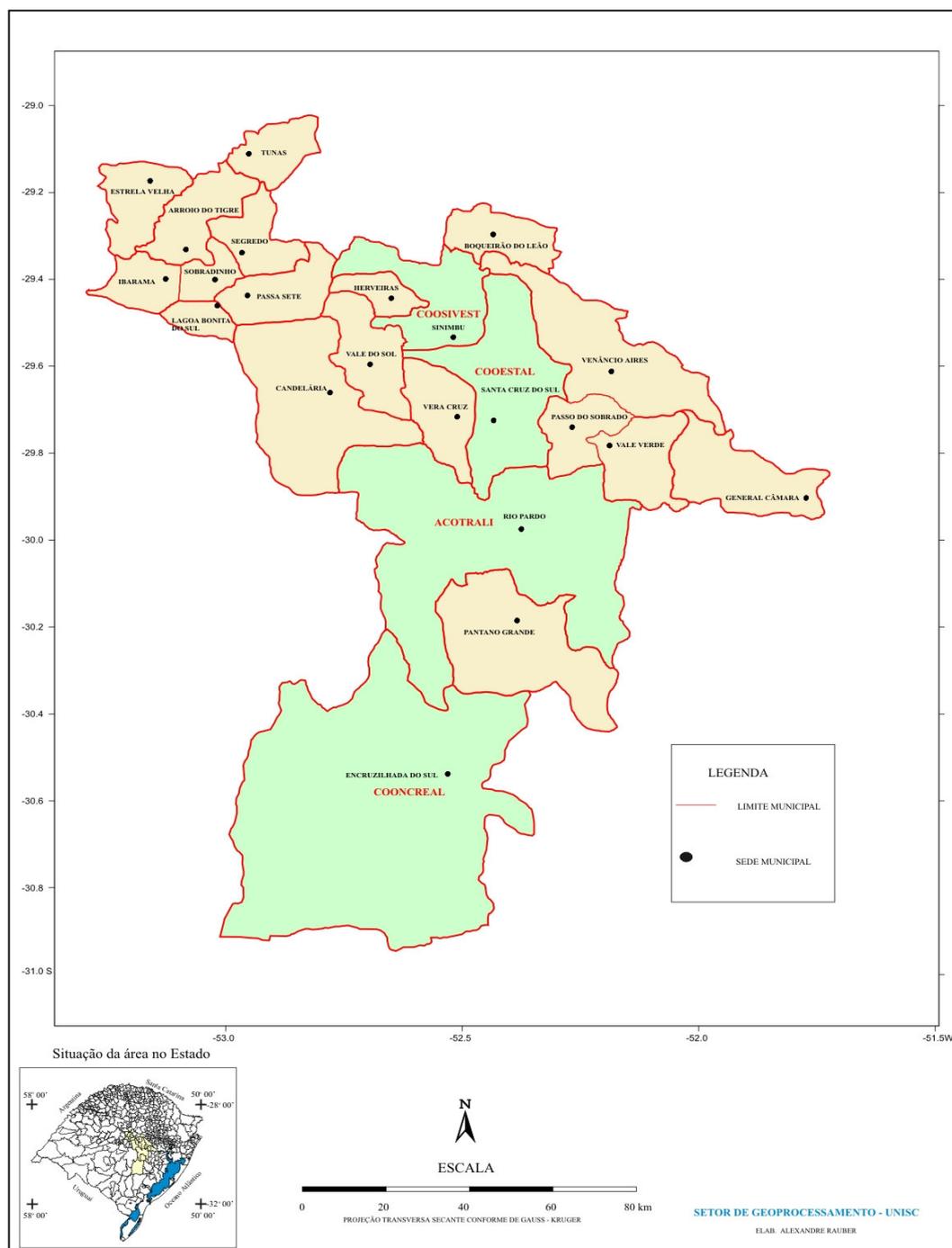


Figura 2 - Mapa do Vale do Rio Pardo

As três cooperativas e a associação que integram o presente estudo - Associação Comunitária dos Trabalhadores na Seleção de Lixo - ACOTRALI -, Cooperativa de Educação e Serviços de Trabalhadores Autônomos LTDA - COOESTAL -, Cooperativa Sinimbuense do Vestuário - COOSIVEST -, e

Cooperativa de Triagem e Reciclagem - COONCREAL -, foram delimitadas no âmbito urbano do Vale do Rio Pardo.

Esta delimitação na zona urbana deve-se ao fato da pesquisa ter como limitação - além da escassez de bibliografia sobre a temática de Cooperativismo e de Economia Popular Solidária na região do Vale do Rio Pardo, também a escassez de recursos financeiros - realidade que dificultava o acesso da pesquisadora às experiências coletivas localizadas nas zonas rurais. Outro elemento importante para efetivação deste estudo foi o acesso aos dados analisados pela pesquisa realizada anteriormente pela UNISC, em que a mestranda, enquanto bolsista de graduação participou, entre os anos de 2002 e 2003.

Durante a realização da coleta de dados, no início das entrevistas efetivadas, era apresentado aos trabalhadores das cooperativas e associação, um Termo de Consentimento (Apêndice A). Este Termo de Consentimento tinha como intencionalidade o esclarecimento, a esses sujeitos, sobre a finalidade do estudo e, também, informações acerca do sigilo profissional. Também expunha a importância da participação e colaboração dos associados e cooperados nas entrevistas, objetivando suas autorizações à realização da pesquisa. Num primeiro momento da pesquisa de campo, o formulário utilizado nas entrevistas foi testado, por meio do pré-teste, para a realização de adequações e alterações necessárias.

No mês de janeiro de 2005, realizou-se a coleta dos dados por intermédio da seguinte instrumentalidade (instrumentos e técnicas): aplicação de dois formulários<sup>107</sup> de pesquisa, estruturados com questões abertas, fechadas e de múltipla escolha. Nas questões abertas, os associados e cooperados podiam responder livremente as perguntas, já nas questões fechadas, os sujeitos só podiam

---

<sup>107</sup> “O formulário é um dos instrumentos essenciais para a investigação social, cujo sistema de coleta de dados consiste em obter informações diretamente do entrevistado” (GIL, 1999, p. 212).

optar por uma resposta. A aplicação dos formulários foi realizada por meio da técnica de entrevistas. Por entrevista pode-se compreender a

técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo (GIL, 1999, p. 113).

As entrevistas foram realizadas mediante a amostragem não probabilística - designada de amostra intencional. “O tipo mais comum de amostra não probabilística é denominada de intencional. Nesta o pesquisador está interessado na opinião [...] de determinados elementos da população” (GIL, 1999, p. 52). Foi escolhida esse tipo de amostragem, devido ao fato de que as aproximações sucessivas, entre a pesquisadora e os trabalhadores das cooperativas e da associação, foram sendo estabelecidas conforme o acesso aos sujeitos, totalizando 31 entrevistas. Ou seja, os trabalhadores eram entrevistados de acordo com a possibilidade de acesso da pesquisadora<sup>108</sup>.

O primeiro formulário integrado por 21 questões (Apêndice B), foi aplicado às lideranças das quatro experiências investigadas. Já o segundo formulário, composto por 44 questões (Apêndice C), foi aplicado também por meio da técnica de entrevistas, porém, tanto às lideranças, como também aos demais trabalhadores integrantes das cooperativas e da associação.

Outra técnica utilizada para a coleta dos dados foi a análise documental. A análise documental, realizada usando um roteiro com 10 questões (Apêndice D), envolveu os estatutos, regimentos, artigos de jornais e outros documentos

---

<sup>108</sup> Durante o período da coleta de dados os trabalhadores estavam trabalhando e não ficavam necessariamente na sede das cooperativas e associação, fator que limitava a possibilidade de estabelecimento de outro tipo de amostragem.

pertinentes e/ou existentes, aos quais a pesquisadora teve acesso<sup>109</sup>.

### 3.2.4 Análise dos dados

Para a realização da análise de dados, foram utilizadas pela pesquisadora, técnicas que permitem interpretar as respostas emitidas pelos sujeitos. Para a sistematização e interpretação dos dados qualitativos coletados, foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo. Pela análise de conteúdo, pode-se, encontrar respostas às questões que se pretende investigar na pesquisa.

A “análise de conteúdo em si se refere a conteúdos de prática, deixando-se em plano secundário a roupagem formal da elaboração discursiva” (DEMO, 1999, p. 42). A Análise de Conteúdo é entendida como técnica de compreensão, interpretação e explicação das formas de comunicação, tendo como objetivos centrais: a) ultrapassar as evidências imediatas, b) aprofundar a percepção da realidade - por meio de leituras sistematizadas, e, c) verificar a pertinência e desvelar a estrutura das mensagens.

Para a realização da Análise de Conteúdo, o pesquisador deve ter um olhar que observe e compreenda o real mediante o enunciado da mensagem emitida pelo sujeito - atores da pesquisa. Este tipo de análise define “qualitativamente a presença de determinados temas, denota os valores de referência e os modelos de comportamento presentes [...]” (MINAYO, 1999, p. 209). Esses enunciados extrapolam o conteúdo das mensagens, pois agregam significações referentes às experiências sociais e políticas dos sujeitos pesquisados (SETÚBAL, 1995). Isto

---

<sup>109</sup> Não foram encontrados muitos documentos. Talvez uma das possibilidades para a escassez de materiais documentados seja a baixa escolaridade desses trabalhadores e/ou a não importância destinada pelos cooperados/associados ao processo de documentação e relato das atividades que desenvolvem nos seus processos de trabalho. As características dos trabalhadores serão referidas no Capítulo IV.

significa que demonstra os valores e modelos de comportamentos dos sujeitos pesquisados, desvelando as relações com seus significados, assim como características da realidade e da vida cotidiana destes sujeitos.

Utilizou-se neste estudo de Mestrado a técnica de análise de conteúdo, baseada em Bardin (1977). Essa técnica foi operacionalizada por meio de três etapas:

- a) Pré-Análise: constituída pela Leitura Flutuante, Constituição do Corpus e Formulação de Hipóteses e Objetivos. Nesta etapa são formuladas as unidades de registro, constituídas por palavras-chave, expressões e/ou frases. Também são estruturadas unidades de contexto, designadas pela delimitação do contexto social ou teórico, que agrega a unidade de registro, pela organização e preparação do material;
- b) Exploração do Material: que consiste basicamente na codificação dos dados coletados. Nesta etapa, podem emergir categorias empíricas, ou seja, aquelas que são oriundas da análise de campo, que podem ser acrescentadas às categorias teóricas;
- c) Tratamento dos Resultados Obtidos e Interpretação dos Dados: nesta fase se dará significação e interpretação aos dados coletados fazendo uma mediação com a teoria que fundamenta a pesquisa.

Foi utilizada também para complementar a análise qualitativa, a codificação<sup>110</sup> dos dados quantitativos, por meio da tabulação<sup>111</sup> simples. A tabulação simples “consiste na simples contagem das freqüências das categorias de cada conjunto” (GIL, 1999, p. 169). Nessa direção, tabelas foram utilizadas para dar representativi-

---

<sup>110</sup> “A codificação é o processo pelo qual os dados brutos são transformados em símbolos que possam ser tabulados” (GIL, 1999, p. 168).

<sup>111</sup> A “tabulação é o processo de agrupar e contar os casos que estão nas várias categorias de análise” (GIL, 1999, p. 169).

dade à sistematização dos dados quantitativos. “Dados e gráficos estatísticos auxiliam o pesquisador na investigação, mostrando que [...] é melhor buscar a ajuda dos números para deter o conhecimento mais detalhado da realidade” (MARTINELLI, 1999, p. 47).

A coleta e análise dos dados foram realizadas tendo como norte as categorias teórico-temáticas, Processo de Trabalho, Cooperativismo e Economia Popular Solidária, bem como observando as categorias teórico-metodológicas, Historicidade, Totalidade e Contradição. Com a realização da análise de dados, emergiu outra categoria teórico-temática explicativa da realidade, designada de autogestão. Por último, deu-se início à elaboração da dissertação. No próximo capítulo, será apresentada a análise dos dados referentes às experiências pesquisadas no Vale do Rio Pardo.

#### **4 A ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO EM EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO VALE DO RIO PARDO**

Este capítulo tem como finalidade apresentar a análise referente à realidade pesquisada, relacionada com a organização dos processos de trabalho em empreendimentos de Economia Popular Solidária no Vale do Rio Pardo. Primeiramente será introduzida a Historicidade das experiências pesquisadas, apresentando os motivos desencadeantes de suas fundações, os seus objetos de trabalho e suas principais metas, visando dar visibilidade à Totalidade e às Contradições destes empreendimentos coletivos. Em seguida serão apresentadas as características dos trabalhadores que integram estas experiências e as formas de organização e sistematização dos processos de trabalho, bem como será estabelecida uma relação entre estes empreendimentos e a renda dos trabalhadores. Serão introduzidos, também, os aspectos representativos que constituem essas cooperativas e associação de trabalho, mediante o processo de autogestão e de participação dos sujeitos. Por último, será referenciada a relevância e a possível contribuição do Serviço Social às experiências que constituem a Economia Popular Solidária.

#### 4.1 EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO VALE DO RIO PARDO

Para apresentar a sistematização e organização dos processos de trabalho nestas experiências coletivas, no entanto, primeiramente se faz necessário um relato introdutório destas cooperativas e associação de trabalho<sup>112</sup>, apresentando as suas historicidades e características relacionadas com as origens e os motivos que ocasionaram suas fundações. Outros aspectos que serão abordados referem-se às atuais dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos, bem como as suas principais metas, enquanto empreendimentos coletivos que geram trabalho e renda aos trabalhadores.

O primeiro empreendimento a ser apresentado é a ACOTRALI, associação de trabalho existente na zona urbana do município de Rio Pardo<sup>113</sup>. A ACOTRALI foi criada no ano de 2000, mediante a mobilização<sup>114</sup> dos moradores da comunidade do Jardim Boa Vista (periferia de Rio Pardo). Estes moradores, ao se mobilizarem, objetivavam, naquele momento - segundo as respostas dos trabalhadores -, eliminar o lixão existente nas margens do Rio Jacuí<sup>115</sup>, localizado nesta mesma

---

<sup>112</sup> Os empreendimentos serão introduzidos de acordo com a ordem alfabética de seus nomes. Isso significa que a ordem das suas apresentações não está condicionada com uma maior importância das experiências e/ou com o acesso à realização da coleta de dados.

<sup>113</sup> Rio Pardo (colonização portuguesa) é um dos 4 municípios iniciais do Rio Grande do Sul, tendo sua data de fundação em 07/10/1809, disponível em: <[www.fee.rs.gov.br](http://www.fee.rs.gov.br)>. Acesso em: 26 dez. 05. Segundo o censo de 2000, Rio Pardo possui 37.778 habitantes, tendo-se 26.036 na zona urbana e 11.742 na zona rural, disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 26 dez. 05, ou seja, 68,91% da sua população localiza-se na zona urbana. O seu PIB per capita em 2003 estava em torno de R\$ 8.483,00, disponível em: <[www.fee.rs.gov.br](http://www.fee.rs.gov.br)>. Acesso em: 26 dez. 05, tendo a predominância da sua economia baseada na agricultura, em que prevalece o plantio de arroz.

<sup>114</sup> “A mobilização supõe [...] arregimentação de pessoas em torno de objetivos [...] capazes de sensibilizar temporariamente a população” (SOUZA, 2004, p. 93).

<sup>115</sup> Os 31 trabalhadores entrevistados das 4 experiências pesquisadas, quando foram perguntados, por meio de entrevistas, sobre suas preocupações em relação ao meio ambiente, referiram que enquanto cidadãos se preocupam com a preservação da natureza. O fato destes sujeitos terem emitido estas respostas, entretanto, não necessariamente significa e não se possui elementos suficientes para referir que os trabalhadores tenham um nível de conscientização que possa ser caracterizada como consciência ecológica - sendo que estes sujeitos necessitam no seu cotidiano de alguma alternativa que gere trabalho e renda, pois comumente estão a margem do mercado formal de trabalho.

comunidade<sup>116</sup>.

Outro motivo que desencadeou o processo de mobilização e de união desses moradores da comunidade do Jardim Boa Vista, foi a possibilidade de criar uma alternativa de geração de trabalho e renda a esses sujeitos, que estavam desempregados ou excluídos do mercado formal de trabalho. Neste sentido, observam-se dois aspectos principais que ocasionaram a fundação dessa associação de trabalho: a possibilidade de criar uma forma de geração de renda aos trabalhadores, por meio de um movimento popular<sup>117</sup>, e a intencionalidade de eliminar o lixão existente no Jardim Boa Vista. As duas características são originárias da mobilização dos trabalhadores.

A mobilização dos trabalhadores, possivelmente vai ao encontro do processo de conscientização desses sujeitos. A conscientização pode ser compreendida como

Conscientização é organização, pois supõe tomada de atitude que implica a compreensão da força social da população quando articulada e organizada. Por sua vez, organização é conscientização, pois a população projeta, avalia e confronta sua força social com a dinâmica da realidade social. As novas atitudes tomadas, as novas alianças que vão garantindo, reforçando e ampliando a força social são, ao mesmo tempo, conscientização e organização (SOUZA, 2004, p. 93).

Nesse sentido, percebe-se que com o processo de conscientização e de união dos trabalhadores, esses sujeitos adquiriram força social. Mediante essa força social, os trabalhadores se organizaram para transformar a realidade local.

Outro aspecto relevante em relação à associação, refere-se ao apoio governamental que atualmente a ACOTRALI vem recebendo. Recebe o apoio

---

<sup>116</sup> Esse lixão, além de poluir as águas do rio que abastece a região do Vale do Rio Pardo, também, segundo os associados, causava odores muito fortes, prejudiciais à qualidade de vida dos moradores.

<sup>117</sup> “Movimento Popular Urbano é o esforço coletivo e organizado da população pobre na tentativa de solucionar a seu favor as contradições engendradas pelo desenvolvimento urbano capitalista” (SOUZA, 2004, p. 102).

financeiro de um órgão do governo do Estado, a METROPLAN - Ação do Governo do Estado com o Meio Ambiente -, mediante recursos financeiros e capacitação aos trabalhadores, e da prefeitura de Rio Pardo, que cede o local de funcionamento da associação<sup>118</sup>. Com base nestes dados, destaca-se a relevância e a necessidade do apoio governamental aos empreendimentos coletivos, pois os mesmos auxiliam na viabilidade das associações e cooperativas de trabalho, bem como no processo de conscientização dos trabalhadores, acerca da realidade social e econômica.

Com relação ao objeto de trabalho da ACOTRALI, os trabalhadores associados coletam os seguintes materiais recicláveis: papelão, lata, alumínio, plástico, jornal e vidro. Estes materiais são comercializados com empresas da região metropolitana de Porto Alegre.

Atualmente a ACOTRALI - que possui como associados 12 mulheres e 3 homens, totalizando 15 integrantes<sup>119</sup> -, aceita o cadastramento de novos sujeitos que almejam se associar. Os sujeitos que se associam às cooperativas e associação devem contribuir com pró-labore, um valor normalmente simbólico (ou seja, não muito elevado) que é agregado ao capital social dos empreendimentos populares. “[...] as cooperativas estão sendo vistas como uma alternativa de trabalho mais viável na época de crise em que vivemos. Isto porque o ingresso nelas se faz por subscrição de cotas, cujo valor costuma ser pequeno, em média não ultrapassando um salário mínimo” (GONH, 2003, p. 15). Os novos trabalhadores cadastrados, porém, devem permanecer na reserva, até o surgimento de novas vagas. Isso decorre, segundo os associados, do fato da associação estar sofrendo forte

---

<sup>118</sup> Esse prédio é cedido durante o período de quatro anos pela prefeitura, tendo que ser renovado o período após o término do prazo.

<sup>119</sup> A grande maioria dos sujeitos inseridos nas cooperativas e associação pesquisadas são mulheres. Essa questão referente ao trabalho feminino será abordada na seqüência deste Capítulo.

concorrência de atravessadores<sup>120</sup>.

Com a existência dos atravessadores, os materiais coletados e comercializados não são suficientes para proporcionar a geração de renda a novos associados, que desejam integrar a associação. Com base nesta informação, constata-se uma contradição neste empreendimento coletivo, pois, segundo os Princípios do Cooperativismo<sup>121</sup>, a adesão livre (livre entrada ou saída dos associados) deve integrar as relações estabelecidas nas associações e/ou cooperativas. Mesmo o fato do empreendimento não necessitar/absorver mais trabalhadores - devido a existência de atravessadores -, não anula essa contradição.

O grupo de associados que integra a ACOTRALI tem como um de seus objetivos principais, entretanto, a reivindicação da coleta seletiva do lixo à prefeitura municipal. Ou seja, pretende-se solicitar à prefeitura a promoção de uma campanha que incentive a coleta seletiva, com os cidadãos rio-pardenses. Justifica-se essa campanha pelo fato de que a coleta seletiva viabiliza a reciclagem de lixo, bem como possibilita também, aos associados, o recolhimento dos materiais (já separados), em frente às residências e prédios dos cidadãos. Esta reivindicação da coleta seletiva com a prefeitura, evitaria que estes materiais recicláveis fossem repassados aos atravessadores. Percebe-se, assim, que, mesmo ocorrendo a contradição - relacionada com a restrição de novos trabalhadores (reserva) -, os associados possuem consciência acerca dessa realidade e pretendem transformá-la.

Além da coleta seletiva, os trabalhadores que integram a ACOTRALI possuem outras metas e objetivos, como aperfeiçoar o trabalho de seus associados, desenvolvendo o aprimoramento e a qualificação profissional dos mesmos,

---

<sup>120</sup> Sujeitos que repassam material por preço mais acessível e/ou que compram material de outros catadores e revendem às empresas maiores.

<sup>121</sup> Vistos também no Capítulo I.

objetivando as suas gerações de renda.

Com base nestes elementos apresentados acerca da ACOTRALI, pode-se elencar os seguintes aspectos centrais dessa experiência: a preocupação e o interesse dos trabalhadores em relação a sua qualificação profissional - visando a geração de renda -, e o apoio e incentivo dos órgãos públicos (municipal e estadual).

Outro grupo pesquisado neste estudo foi a COOESTAL<sup>122</sup>, localizada no município de Santa Cruz do Sul. Essa cooperativa foi fundada em 24 de maio de 1999, pelos moradores do Bairro Santuário, ou seja, novamente pela mobilização da própria comunidade. A iniciativa de formar uma cooperativa surgiu dos moradores pelo seguinte fato: no Bairro Santuário não existia nenhuma creche e/ou escola infantil, isso dificultava a inserção das mulheres - da referida comunidade -, no mercado de trabalho. Os moradores precisavam de um local que propiciasse o cuidado e a educação das crianças (filhos) para poderem ingressar no mercado.

Em vez da comunidade solicitar uma escola municipal (creche) para inserir as crianças da comunidade, conforme a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (Coletânea de Leis, 2000), os moradores do bairro que se reuniram para fazer a solicitação, sugeriram à prefeitura que os apoiasse para a fundação de uma creche em forma de cooperativa, em que os próprios moradores seriam os cooperados. Com este objetivo, o grupo de moradores se organizou e solicitou o auxílio da prefeitura, com a intencionalidade de implantar uma creche em forma de cooperativa.

Outro aspecto fundamental a ser ressaltado refere-se ao fato de que os sujeitos que fundaram a COOESTAL estavam necessitando conceber uma

---

<sup>122</sup> Santa Cruz do Sul - de colonização alemã -, possui sua data de criação em 31/03/1877, disponível em: <[www.fee.rs.gov.br](http://www.fee.rs.gov.br)>. Acesso em: 26 dez. 05. Segundo o censo de 2000, este município possui 107.589 habitantes, tendo-se 93.728 na zona urbana e 13.861 na zona rural, disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 26 dez. 05, ou seja, 87,11% da sua população localiza-se na zona urbana. O seu PIB per capita é o mais elevado do Vale do Rio Pardo, sendo que em 2003 estava em torno de R\$ 23.139,00, disponível em: <[www.fee.rs.gov.br](http://www.fee.rs.gov.br)>. Acesso em 26 dez. 05.

alternativa para gerar suas respectivas rendas, pois estavam desempregados e/ou em precárias condições de trabalho. Mesmo sendo do poder público municipal a implantação de creche nas comunidades (escola infantil), esta se constitui, atualmente, na única cooperativa existente na zona urbana do município de Santa Cruz do Sul<sup>123</sup>.

De acordo com a análise dos dados coletados, referente ao aspecto econômico, a COOESTAL, que possui 13 cooperados - 11 mulheres e 2 homens -, vem estabelecendo uma relação de dependência com a prefeitura, afastando-se, assim, dos princípios que norteiam e constituem o Cooperativismo. Esta dependência pode ser constatada pelo fato de que, neste empreendimento, os “salários” dos cooperados são pagos pela prefeitura, aspecto esse que descaracteriza o empreendimento enquanto cooperativa<sup>124</sup>. Isso significa que, atualmente, a cooperativa não é auto-sustentável e, na medida em que passa a contar mensalmente com o auxílio da prefeitura, os integrantes desta experiência não se mobilizam para procurar alternativas que visem romper com esse vínculo de dependência vigente<sup>125</sup>.

Apesar de gerar trabalho e renda aos seus cooperados e de facilitar a inserção dos moradores do Bairro Santuário no mercado de trabalho, esta cooperativa “desresponsabiliza” o município (Estado) de suas obrigações com a sociedade civil. Essa realidade vai ao encontro do referencial teórico neoliberal, que

---

<sup>123</sup> Este dado é significativo, pois Santa Cruz do Sul possui 107.589 habitantes, tendo-se 87,11% residindo na zona urbana, e com o acirramento do desemprego, percebe-se que as experiências de Economia Popular Solidária no perímetro urbano, neste município, não são difundidas, assim como nesta região.

<sup>124</sup> Numa cooperativa não deve existir salário, nem a relação patrão X empregado, sendo que a renda dos trabalhadores deve ser obtida mediante a partilha dos rendimentos entre os sujeitos, de forma igualitária.

<sup>125</sup> Os trabalhadores dessa cooperativa possivelmente não possuem clareza acerca dos Princípios do Cooperativismo, talvez, por este motivo, os sujeitos nem percebem a relação de dependência com a prefeitura.

está sendo implementado com as políticas sociais públicas, desde as últimas décadas do século XX. Com a implementação do neoliberalismo nas políticas sociais públicas, a sociedade civil passa a ser responsabilizada por questões que eram tidas como dever do Estado e direito do cidadão<sup>126</sup>.

Referente às características de infra-estrutura da COOESTAL, pode-se destacar que o terreno em que se encontra a creche (em janeiro de 2005 atendia 64 crianças e adolescentes)<sup>127</sup> também foi cedido pela prefeitura, sendo que está em processo de permuta. A sala em que se localiza o escritório da cooperativa é alugado e não funciona no mesmo local que a creche.

Outra contradição constatada na COOESTAL é que, durante a realização das entrevistas, os trabalhadores referem a cooperativa como sendo uma creche. A creche, entretanto, além de ser obrigação do poder público municipal (Estado), atende crianças até 6 anos de idade, ou seja, até se inserirem no Ensino Fundamental. Observa-se, então, que a COOESTAL, além de desenvolver atividades que são de responsabilidade de uma creche, também desenvolvem atividades complementares às da escola. As crianças e adolescente, entre 7 a 14 anos, no turno inverso ao da escola, freqüentam a cooperativa. Para estas crianças e adolescentes, a COOESTAL desenvolve atividades de recreação, bem como também, o cuidado dessas crianças e adolescentes - que facilita a inserção dos pais no mercado de trabalho.

Estas outras atividades desenvolvidas pela COOESTAL - com crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos -, podem descaracterizar esta experiência coletiva

---

<sup>126</sup> Referido no Capítulo I.

<sup>127</sup> A creche não possui berçário por falta de infra-estrutura adequada, aspecto este que possivelmente demonstra a não adequação do local em que se localiza a creche.

enquanto creche (escola infantil). Possivelmente a COOESTAL também está sendo utilizada como uma substituição de políticas públicas que tenham como demandas as crianças e adolescentes e suas respectivas famílias. Entre estas políticas pode-se referir o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI<sup>128</sup>.

Outro aspecto relacionado à COOESTAL - contraditório em relação aos princípios norteadores do Cooperativismo, é que, atualmente, a cooperativa só aceita voluntários para auxiliar no trabalho. Segundo os cooperados, isto decorre do fato de que a creche está com o quadro de cooperados completo, não possibilitando a inserção de novos trabalhadores na cooperativa. Os trabalhadores da COOESTAL, entretanto, não possuem clareza e conscientização acerca dessa contradição relacionada aos Princípios do Cooperativismo<sup>129</sup>.

Por último, segundo os cooperados, os atuais objetivos da COOESTAL remetem-se ao pagamento das dívidas adquiridas ao longo desses 5 anos, e em proporcionar uma maior integração entre a cooperativa e os demais moradores do bairro, além de continuar gerando renda aos trabalhadores.

Ainda em relação à COOESTAL, deve ser ressaltada, neste estudo, a questão da dependência estabelecida entre a cooperativa e a prefeitura de Santa

---

<sup>128</sup> O PETI é um programa do Governo Federal financiado pelo Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, com co-financiamento dos Estados e Municípios (fundos estaduais e municipais de assistência social), podendo contar com a parceria da iniciativa privada e da sociedade civil. Este mesmo Programa tem como objetivo: o afastamento das crianças e adolescentes, entre sete e quinze anos do trabalho infantil e insalubre, possibilitar o acesso, a permanência e o bom desempenho das crianças e adolescentes na escola, fomentar e incentivar a ampliação do universo de conhecimentos da criança e adolescente, por meio de atividades culturais, esportivas, artísticas e de lazer no período complementar ao da escola, ou seja, na jornada ampliada, proporcionar apoio e orientação às famílias por meio da oferta de ações socioeducativas, promover e implementar projetos de geração de trabalho e renda para as famílias que integram o programa (PETI, 2002). O PETI é desenvolvido nos turnos alternados aos da escola. Para a manutenção das crianças e adolescentes no programa, as famílias recebem um benefício monetário no valor de R\$ 20,00 por criança e/ou adolescente na zona rural ou em municípios com menos de 250.000 habitantes. Na zona urbana ou em municípios com uma população maior do que 250.000 habitantes, as famílias recebem R\$ 10,00 por criança e adolescente até quinze anos. Não há limites fixos do número de bolsas por famílias inseridas no Programa, porém são cadastradas somente as famílias de baixa renda (PETI, 2002).

<sup>129</sup> Ao contrário dos trabalhadores da ACOTRALI.

Cruz do Sul, bem como a possível terceirização de um serviço público tido como direito do cidadão e dever do Estado (além do atendimento de crianças e adolescentes, e o aceite de trabalho voluntário). Se for observada essa realidade pela perspectiva dos trabalhadores inseridos na cooperativa e pela realidade do bairro Santuário, esta experiência, que foi originada pela mobilização dos moradores, gera renda aos cooperados (salário que é pago aos trabalhadores por meio dos recursos financeiros mensais, destinados pela prefeitura à COOESTAL), assim como facilita a inserção dos trabalhadores residentes neste referido bairro, no mercado de trabalho.

Observando-se, no entanto, esta mesma realidade por outro aspecto, pode-se constatar que a cooperativa não está sendo efetivada de acordo com os Princípios do Cooperativismo<sup>130</sup> e pode estar sendo utilizada como uma forma de terceirização de serviço público municipal e de políticas sociais públicas. Esta terceirização é referente aos

[...] setores de utilidade pública, onde incluem-se saúde, educação e previdência [...] prevalecendo o trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: a privatização, a focalização e a descentralização, aqui compreendida como um mero repasse de responsabilidades para entes da federação ou para instituições provadas e novas modalidades jurídico-institucionais [...] que configuram o setor público não-estatal, componente fundamental do Programa de Publicização (BEHRING, 2003, p. 248-249).

A publicização dos serviços públicos, assim como a privatização, são orientações da política econômica e social neoliberal que vem sendo implementada nas políticas sociais. “A ‘publicização’, na linguagem governamental, consiste na descentralização, para o setor público não estatal, da execução de serviços que não envolvam o poder de Estado, mas devam ser por ele subsidiados, como a

---

<sup>130</sup> Como por exemplo, o não cadastramento de novos associados e a relação de dependência do empreendimento.

educação [...]” (IAMAMOTO, 2000a, p. 121).

Nessa direção, percebe-se que, mesmo que fosse realizado um trabalho de assessoria aos trabalhadores que lhes proporcionasse conscientização dessa realidade, e, mesmo que os cooperados rompessem com essa dependência financeira - obtendo suas respectivas rendas geradas pelos cuidados das crianças e adolescentes -, a COOESTAL continuaria sendo considerada uma terceirização e/ou transferência das responsabilidades do Estado à sociedade civil.

A terceira experiência pesquisada é a cooperativa COONCREAL<sup>131</sup>, localizada no Município de Encruzilhada do Sul. Essa cooperativa surgiu de um projeto do governo do Estado do Rio Grande do Sul, durante a gestão de Olívio Dutra (1998 a 2002)<sup>132</sup>, que assessorava e incentivava o Cooperativismo no Estado.

Os sujeitos que fundaram a cooperativa estavam desempregados. Estes trabalhadores ouviram no rádio um comunicado referente à organização de sujeitos, para formar uma cooperativa de coleta e seleção de lixo, por meio de um projeto financiado pelo governo do Estado. A atual presidente da cooperativa foi quem colocou esse anúncio numa emissora do município, chamando trabalhadores que desejassem vir a trabalhar numa cooperativa que tivesse como matéria-prima a coleta e seleção de lixo. Este comunicado também frisava que os sujeitos interessados deveriam fazer uma inscrição para ingressar no projeto. Nesse sentido, no ano de 2000, os trabalhadores se inscreveram para formar uma cooperativa de trabalho.

---

<sup>131</sup> Encruzilhada do Sul (colonização portuguesa) é um município originado de Rio Pardo, tendo sua data de fundação em 19/07/1849, disponível em: <[www.fee.rs.gov.br](http://www.fee.rs.gov.br)>. Acesso em: 26 dez. 05. Segundo o censo de 2000, Encruzilhada do Sul possui 23.897 habitantes, tendo-se 14.837 habitantes na zona urbana e 9.060 na zona rural, disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 26 dez. 05. Neste município 62,08% da população está inserida na zona urbana e 37,91% na zona rural. Na economia de Encruzilhada do Sul, a pecuária é o seu principal proponente, sendo que seu PIB per capita em 2003 estava em torno de R\$ 6.382,00, disponível em: <[www.fee.rs.gov.br](http://www.fee.rs.gov.br)>. Acesso em: 26 dez. 05, o mais baixo dos municípios pesquisados.

<sup>132</sup> Referido no subitem 2.2.

Mediante este projeto do governo do Estado, os participantes receberam treinamento e auxílio financeiro durante o período de seis meses. Tanto o auxílio financeiro como a qualificação, tinha como finalidade proporcionar a organização dos trabalhadores, para que os mesmos constituíssem uma cooperativa. No término desse período de seis meses, os trabalhadores fundaram a cooperativa de trabalho, objetivando gerar trabalho e renda.

Esta cooperativa foi criada em dois bairros distantes dentro da cidade, com o objetivo de facilitar a coleta de material reciclável em todo o perímetro urbano. Novamente pode-se referir a importância de políticas públicas e de profissionais para assessorarem essas experiências. A implantação da cooperativa em dois bairros distanciados da cidade, possivelmente demonstra um processo de planejamento, que facilita a viabilidade desses empreendimentos coletivos.

A COONCREAL coleta e comercializa os seguintes materiais recicláveis: papelão, lata, alumínio, plástico, jornal e vidro. A comercialização também é realizada com empresas da região metropolitana de Porto Alegre - assim como a ACOTRALI. Atualmente, a experiência está sofrendo concorrência de atravessadores do município, fato que vem prejudicando o trabalho na cooperativa, pois diminui a quantidade de materiais coletados e conseqüentemente, a renda dos cooperados.

Apesar da concorrência dos atravessadores, entretanto, a cooperativa continua aceitando a inserção de novos integrantes, conforme o depoimento de um dos cooperados, “quanto mais gente, mais entra renda e mais um está empregado”. Nesse sentido, percebe-se que nesta experiência existe uma preocupação direcionada à geração de renda, mas a solidariedade entre os cooperados se faz presente, permitindo a inserção de novos integrantes nos processos de trabalho -

diferenciando-se neste aspecto da ACOTRALI<sup>133</sup>.

A COONCREAL, atualmente, conta com 23 integrantes, sendo que desses, 4 são homens e 19 são mulheres. Esses sujeitos possuem como objetivo o aumento de suas gerações de renda. Outro aspecto que deve ser ressaltado é que, pela análise do material coletado, na COONCREAL não existe a mesma referência da preservação da natureza, como encontrada na ACOTRALI, apesar de ser um grupo que trabalha com a coleta e seleção de material reciclável.

Verifica-se assim, uma contradição nessa experiência, pois, apesar dos trabalhadores terem respondido, por intermédio de entrevistas, que se preocupam com a preservação da natureza, nenhum dos entrevistados desta experiência referiram nas suas falas que se inseriram no empreendimento devido à preocupação com a preservação do meio ambiente. Constata-se, assim, outra diferenciação entre a COONCREAL e a ACOTRALI<sup>134</sup>, pois na ACOTRALI os trabalhadores emitiram nas suas respostas a intencionalidade de eliminar o lixo, juntamente com o objetivo de gerar trabalho e renda. É importante que se refira que este empreendimento coletivo foi criado por meio de um projeto do Estado, enquanto que a ACOTRALI<sup>135</sup> constitui-se numa iniciativa dos próprios trabalhadores com intuito de eliminar o lixo que existia na comunidade que residiam (residem) os fundadores da associação.

Pode-se justificar essa realidade (dos trabalhadores da COONCREAL não terem referenciado nas suas respostas a preocupação com a preservação da natureza) pelo fato de que, se esses sujeitos não estivessem inclusos na cooperativa, possivelmente estariam em situação de vulnerabilidade social, pois, mesmo com os baixos rendimentos, pode-se referir que esta renda é significativa

---

<sup>133</sup> Experiências coletivas que possuem como objeto de trabalho a coleta e seleção de material reciclável.

<sup>134</sup> Segundo as respostas dos associados.

<sup>135</sup> Atualmente está sendo apoiada pela METROPLAN.

aos trabalhadores<sup>136</sup>. Assim, se estes sujeitos estavam excluídos do mercado formal de trabalho, e, sendo que a cooperativa foi fundada por meio de um projeto do Estado - e atualmente não está sendo apoiada e nem assessorada por nenhum órgão público -, parece ser compreensível o fato destes cooperados não emitirem nas suas respostas a preocupação com a preservação da natureza, mas o objetivo de gerar trabalho e renda.

Referente ainda à COONCREAL, pode-se referir algumas características que devem ser enfatizadas: esse empreendimento é originário de um projeto do Estado do Rio Grande do Sul, que teve como finalidade gerar trabalho e renda aos trabalhadores por intermédio de cooperativas de trabalho; ocorre entre os sujeitos o processo de solidariedade, no que se refere à inserção de novos cooperados; e, também, a contradição de que, apesar da experiência ter como objeto de trabalho a coleta seletiva de material reciclável, os trabalhadores não referirem em suas falas que o trabalho que vem sendo desenvolvido por eles vai ao encontro da preservação da natureza ou do meio ambiente. Mesmo com a realidade de que os trabalhadores precisam de uma alternativa que gere as suas respectivas rendas, e o fato dos trabalhadores não serem bem qualificados<sup>137</sup>, não anula esta contradição<sup>138</sup>.

Por fim, o último grupo a ser apresentado nessa pesquisa é a COOSIVEST, que se localiza no município de Sinimbu<sup>139</sup>. Esta cooperativa foi fundada no ano de

---

<sup>136</sup> Será visto na seqüência do Capítulo.

<sup>137</sup> Será abordado no próximo subitem.

<sup>138</sup> O assistente social que fosse trabalhar com este empreendimento, poderia desenvolver um trabalho de conscientização popular e ecológica com os trabalhadores - além de outras atividades -, para dar visibilidade a estes sujeitos de que o trabalho que vem sendo desenvolvido, além de gerar renda, também possui um significado muito importante em relação ao meio ambiente e a sociedade.

<sup>139</sup> Sinimbu (colonização alemã) é originado do município de Santa Cruz do Sul, tendo sua data de fundação em 20/03/1992, disponível em: <[www.fee.rs.gov.br](http://www.fee.rs.gov.br)>. Acesso em: 26 dez. 05. Segundo o censo de 2000, Sinimbu possui 10.207 habitantes, tendo-se 1.194 habitantes na zona urbana e 9.013 na zona rural, disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 26 dez. 05. Este município possui uma peculiaridade, pois 88,30% da sua população está inserida na zona rural e apenas 11,69% na zona urbana. Essa realidade se deve ao fato de que a economia do município ainda está direcionada para a agricultura, sendo que predomina a cultura do plantio de fumo. Seu PIB per capita em 2003 estava em torno de R\$ 8.666,00, disponível em: <[www.fee.rs.gov.br](http://www.fee.rs.gov.br)>. Acesso em: 26 dez. 05.

1998 e teve sua origem diretamente relacionada com a falência de uma empresa calçadista deste município. No ano de 1998, após a falência da empresa, o prefeito de Sinimbu convocou os trabalhadores que estavam desempregados para participarem de uma reunião.

Nesta referida reunião, o prefeito propôs aos trabalhadores (em torno de 30 sujeitos) para que os mesmos fundassem uma cooperativa de costura, com o apoio da prefeitura, objetivando as suas gerações de renda. Após a reunião, os trabalhadores se uniram e se mobilizaram para criar a cooperativa. Assim, constatase que essa cooperativa de trabalho é oriunda da falência de uma empresa em que os trabalhadores vendiam as suas forças de trabalho em troca de salários.

[...] são animadoras as perspectivas de crescimento das cooperativas de trabalho nos centros urbanos, para a criação de trabalho e renda. Inclusive nos casos de falência ou de terceirização de determinados setores de uma empresa, os trabalhadores são orientados para fundar cooperativa de trabalho por entidades como sindicatos, instituições religiosas, governamentais e outras (PINHO, 2004, p. 11).

Naquele período de reuniões, uma empresa de confecção de roupas de um município próximo a Sinimbu (Santa Cruz do Sul), se disponibilizou a fornecer maquinários e cursos de costura para qualificar os trabalhadores. Como os sujeitos precisavam de maquinários e não tinham recursos financeiros para adquiri-los, aceitaram a oferta da empresa. Com a instalação dos maquinários num prédio que é alugado pela prefeitura e cedido à cooperativa e, após o término do treinamento oferecido pela empresa, os trabalhadores fundaram a COOSIVEST.

Atualmente essa cooperativa produz e comercializa os seguintes produtos: calças jeans, bermudas, saias, camisas, entre outros. Essas mercadorias são comercializadas com a empresa que fornece os maquinários à cooperativa. Quando os trabalhadores confeccionam mais produtos do que demanda a empresa que cede

os maquinários, estas confecções são comercializadas com empresas (ou lojas) menores do município de Sinimbu.

Com base em informações obtidas na coleta de dados - realizada por meio de entrevistas -, constata-se que, ao mesmo tempo em que a “cedência” de maquinários facilita a produtividade na COOSIVEST - pois a cooperativa não possui condições de adquirir os meios de produção necessários à produtividade -, por outro lado cria uma dependência e subalternidade do empreendimento coletivo aos interesses desta mesma empresa. A contradição que envolve a dependência nos processos de produção, desencadeia a falta de autonomia e de viabilidade econômica dessa cooperativa.

Outro fator preocupante em relação à COOSIVEST é que, atualmente, a cooperativa sofre concorrência de outra confecção do município de Sinimbu e, alguns dos próprios cooperados preferem ingressar na outra confecção. Esses trabalhadores preferem trabalhar no outro empreendimento, pois na outra confecção, os sujeitos, ao ingressarem, teriam a carteira assinada e assegurariam os demais direitos trabalhistas. Já na cooperativa, os trabalhadores contribuem para a previdência social como autônomos.

Nas cooperativas e associações pressupõem-se outra lógica de funcionamento que se diferencia da relação de empregador X empregado ou capital X trabalho, baseando-se na solidariedade e ajuda mútua entre os trabalhadores. Mediante os dados obtidos pela pesquisa realizada, constatou-se que, no que se refere à contribuição à Previdência Social, dos 31 trabalhadores entrevistados (envolvendo as quatro experiências coletivas), 61,29% são contribuintes e 38,71% não são contribuintes. Desses 61,29% dos sujeitos que contribuem à Previdência Social, todos o fazem como autônomos.

Percebe-se que os trabalhadores que se inserem na outra empresa (por terem a carteira assinada), ao mesmo tempo em que procuram uma melhor qualidade de vida, alicerçada na renda fixa<sup>140</sup>, não compartilham da proposta e/ou Princípios do Cooperativismo. Os Princípios do Cooperativismo pressupõem a autonomia dos trabalhadores e a não dependência dos sujeitos em relação aos empreendimentos.

A autonomia, nestas experiências, pode estar relacionada com a liberdade que os trabalhadores possuem de escolherem participar da experiência coletiva, ou seja, não é o fato de existir a possibilidade de trabalhar numa empresa com carteira assinada que irá fazer com que os mesmos se retirem da cooperativa, pois, segundo as respostas dos cooperados entrevistados, os mesmos enfatizam como aspecto positivo, o fato de poderem elaborar as suas próprias regras dos seus processos de trabalho e participarem das decisões da cooperativa.

Tendo-se como base essa realidade, por meio deste estudo pode-se propor, como sugestão, que seja criado na Previdência - Seguridade Social<sup>141</sup> -, uma nova categoria que agregue essas cooperativas e associações de trabalho, diferenciando-as da categoria de autônomo. Torna-se relevante esta sugestão devido ao desemprego estrutural, a precarização das condições de trabalho e a flexibilização das relações trabalhistas, desencadeadas pela III Revolução Industrial e pela implementação do referencial teórico neoliberal nas políticas sociais públicas<sup>142</sup>. Por meio desta nova configuração no mundo do trabalho, criou-se um déficit público que é representado pela crise do Estado (BEHRING, 2003).

---

<sup>140</sup> Isso equiparado com a cooperativa, pois na COOSIVEST a renda aumenta na medida em que é produzido mais, e, vice-versa.

<sup>141</sup> A Seguridade Social que é constituída pelo tripé, saúde, assistência social e previdência, foi promulgada pela Constituição Federal de 1988 (COUTO, 2004).

<sup>142</sup> Referido no Capítulo I.

Outra sugestão refere-se ao valor de contribuição dessa possível categoria a ser criada, que abrangeria os trabalhadores dos empreendimentos coletivos. Nesta nova categoria, o valor de contribuição à Previdência poderia ser inferior a 20% do salário mínimo<sup>143</sup>. Esta sugestão de redução do valor de contribuição é condizente com a realidade destes trabalhadores, pois, comumente, os rendimentos mensais obtidos por esses sujeitos não são muito elevados.

Essa redução do valor de contribuição destes cooperados e associados à Previdência Social, possivelmente absorveria até os 38,71% dos trabalhadores entrevistados nesta pesquisa que não são contribuintes, bem como os demais sujeitos destes empreendimentos. Propõem-se esta categoria diferenciada, pois daria maior visibilidade aos processos de trabalho e às experiências coletivas das quais estes sujeitos participam, promovendo e divulgando assim, o Cooperativismo.

Outra característica importante da COOSIVEST - que em janeiro de 2005 contava com a participação de 27 cooperados (todas mulheres) -, é que a cooperativa aceita a inserção de novos integrantes<sup>144</sup>. Além de possibilitar a entrada de novos cooperados, a COOSIVEST também oferece curso de capacitação técnica (costura) aos sujeitos que decidem ingressar na experiência. A qualificação é realizada pelos próprios cooperados e tem como finalidade prepará-los para a realização do trabalho de confecção.

De acordo com os cooperados, a COOSIVEST possui, também, como objetivo, adquirir seus próprios maquinários. Pretendem adquirir as máquinas de confecção, pois os trabalhadores desta cooperativa possuem consciência<sup>145</sup> da sua

---

<sup>143</sup> Valor mínimo de contribuição da categoria de autônomo à Previdência.

<sup>144</sup> Para poderem se inserir na cooperativa, os trabalhadores devem pagar o valor de um salário mínimo como cota, para ser cooptado ao capital social da cooperativa. Este valor pode ser parcelado em até 20 parcelas.

<sup>145</sup> “A conscientização se expressa na ação e supõe ação coletiva. Nesse sentido, a organização social é um requisito básico às ações necessárias do próprio processo de participação” (SOUZA, 2004, p. 92).

dependência em relação à empresa que subsidia as máquinas<sup>146</sup>.

Mesmo com a relação de dependência estabelecida entre a cooperativa e a empresa (devido aos maquinários utilizados para confecção), observando-se outros elementos, porém, podem ser referidas características que aproximam este empreendimento dos Princípios do Cooperativismo e diferenciam a COOSIVEST da COOESTAL, como: o fato dos trabalhadores permanecerem na cooperativa mesmo quando ocorre a possibilidade de trabalhar em outro empreendimento (com carteira assinada), o processo de participação dos cooperados nas decisões da COOSIVEST<sup>147</sup> e a conscientização dos trabalhadores em relação a sua dependência estabelecida com a empresa.

Os aspectos citados representam elementos que diferenciam as relações existentes na COOSIVEST e os demais empreendimentos condizentes com a lógica e a finalidade do sistema capitalista - acumulação e centralização de capital -, bem como da relação estabelecida entre a COOESTAL e a prefeitura.

Apesar destes elementos referidos na COOSIVEST, observando, então, esta experiência por outro aspecto, não se pode deixar de apontar que, possivelmente a COOSIVEST está sendo utilizada pela empresa que subsidia os maquinários como uma forma de terceirização do trabalho que anteriormente era realizado na própria empresa de Santa Cruz do Sul<sup>148</sup>. Nesse sentido, pode-se referir que a COOSIVEST, na forma que está sendo realizada, pode ser considerada uma forma de terceirização da empresa de confecção de roupas *Jeans*.

Para romper com essa relação de dependência, a cooperativa teria que adquirir os seus próprios maquinários. Como os valores dos maquinários são muito

---

<sup>146</sup> Diferenciando-se dos trabalhadores da COOESTAL.

<sup>147</sup> Será visto na seqüência do Capítulo.

<sup>148</sup> Não eram os mesmos trabalhadores que trabalhavam nesta empresa. A terceirização foi desencadeada pela III Revolução Industrial, vista no Capítulo I.

elevados (em torno de R\$ 120.000,00), para que essa aquisição fosse viabilizada seria necessário o subsídio financeiro de algum órgão governamental ou não-governamental. Novamente ressalta-se a importância do Estado nos empreendimentos, por meio de políticas públicas que tenham como objetividade o apoio de recursos humanos e financeiros aos empreendimentos populares e coletivos.

Pode-se perceber com o referido histórico das quatro experiências pesquisadas, aspectos semelhantes e de grande relevância. Primeiramente, é o fato de que estas cooperativas e a associação foram fundadas objetivando a geração de trabalho e renda desses trabalhadores - tendo-se 2 empreendimentos originados pela mobilização dos trabalhadores, 1 empreendimento pela organização da prefeitura que mobilizou os trabalhadores, e 1 empreendimento por intermédio de um projeto do governo do Estado do Rio Grande do Sul. Neste sentido, ressalta-se a importância do aspecto econômico na fundação destes empreendimentos.

Devido aos novos processos de produção decorrentes da III Revolução Industrial, cria-se uma massa de trabalhadores que não estão mais conseguindo se inserir no mercado formal de trabalho. No sistema capitalista é considerado cidadão o sujeito que está atuante na reprodução da vida material, ou seja, que vende sua força de trabalho em troca de um salário. Para alguns desses sujeitos<sup>149</sup>, não há mais espaço de inserção no mercado formal de trabalho. Estas experiências coletivas e populares são criadas, num primeiro momento, então, como uma das possibilidades de gerar trabalho e renda aos sujeitos diante das manifestações da questão social.

---

<sup>149</sup> Considerando o fato de que esses empreendimentos ao serem criados, de certa forma sanaram o desemprego possivelmente temporário de alguns trabalhadores, em outros casos, provavelmente, o desemprego se estenderia por um bom tempo.

O segundo aspecto preponderante nessas experiências é o incentivo do poder público, seja municipal ou estadual, na criação e/ou manutenção dessas cooperativas e/ou associações de trabalho. Os próprios integrantes das cooperativas e associação referem nas suas falas a importância do auxílio público, seja por meio de cursos de capacitação<sup>150</sup>, seja mediante o incentivo público municipal para a realização da coleta seletiva pelos cidadãos - separação de lixo seco e orgânico -, seja mediante o auxílio financeiro para aquisição de maquinários ou compra de locais para o estabelecimento dos empreendimentos. Assim, constata-se a importância do Estado para criação e viabilidade dessas experiências de geração de trabalho e renda.

Ocorre, entretanto, que, em alguns casos, é estabelecida uma relação de dependência a órgãos governamentais, como por exemplo, na COOESTAL. A proposta de subsídios financeiros e de recursos humanos às cooperativas e associações, não devem criar uma relação de dependência desses empreendimentos ao governo, mas objetivar que o governo seja um facilitador e promovedor do fortalecimento e viabilidade dessas experiências<sup>151</sup>.

O assistente social pode vir a ser um dos profissionais com inserção nesses empreendimentos coletivos pois, os assistentes sociais possuem como princípio e intencionalidade no seu trabalho profissional, o posicionamento em favor da igualdade, da equidade social e da classe trabalhadora, opção por um projeto social vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação e exploração de classe, etnia e gênero (CÓDIGO DE ÉTICA, 1993).

---

<sup>150</sup> “Capacitação é um processo em que a população passa a assumir gradativamente o seu próprio processo de conscientização e organização e se torna capaz de estender a sua experiência ao todo social” (SOUZA, 1982, p. 134), compreendendo, assim, o real e suas contradições.

<sup>151</sup> Conforme referido no subitem 2.2.

O terceiro elemento que se destaca em relação a essas experiências cooperativistas e associativista, refere-se ao fato de que a grande maioria dos trabalhadores desses empreendimentos é constituída por mulheres. Na tabela apresentada, há um demonstrativo dessa realidade.

Tabela 1 - Sexo dos Sujeitos da Pesquisa

<b>ASSOCIAÇÃO E COOPERATIVAS</b>	<b>MULHERES</b>	<b>HOMENS</b>	<b>TOTAL</b>
ACOOTRALI	12	3	15
COOESTAL	11	2	13
COONCREAL	19	4	23
COOSIVEST	27	-	27
<b>TOTAL</b>	<b>69</b>	<b>9</b>	<b>78</b>

Com base nesses dados, constata-se que, ao contrário das experiências cooperativistas e associativistas existentes na região do Vale do Rio Pardo, nas primeiras décadas do século XX, nas quais não era permitida a inserção das mulheres nos empreendimentos, dos 78 trabalhadores inseridos nessas quatro experiências pesquisadas, 69 são mulheres. Isto demonstra que 88,46% desses sujeitos correspondem ao sexo feminino, e, somente 11,54% ao masculino.

Estes dados estão relacionados com a realidade das mulheres no mercado formal de trabalho. Ou seja, se a grande maioria desses trabalhadores pesquisados são do sexo feminino, este fato possivelmente representa o aumento da inserção das mulheres no mercado de trabalho, que vem sendo acentuado desde a segunda metade do século XX - inclusive nesta região.

A presença das mulheres na força de trabalho na América Latina vem aumentando de forma consistente e significativa nas últimas décadas. Entre 1960 e 1990, o número de mulheres economicamente ativas mais que triplicou, aumentando de 18 milhões para 57 milhões [...] (ABRAMO, 2002, p. 111).

Outra possibilidade - que pode estar associada ao aumento da inserção da mulher no mercado de trabalho -, é o fato de que as mulheres são mais excluídas do mercado formal de trabalho, equiparadas aos homens, realidade que vai ao encontro das metrópoles brasileiras<sup>152</sup>. O trabalho feminino é histórico e comumente mais precário do que o masculino, pois as desigualdades de gênero permanecem nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais, mesmo com o aumento da inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Outra característica fundamental no que se refere ao trabalho feminino é que, além das mulheres se depararem com a falta de postos de trabalho - assim como os homens -, com a manutenção do modelo familiar patriarcal, com a maternidade, estes são elementos que muitas vezes dificultam a manutenção do trabalho feminino no mercado (BRUSCHINI, 2000). Nessa direção, as mulheres possuem outras responsabilidades, sejam em relação ao cuidado dos filhos ou pela dupla jornada de trabalho (serviço doméstico juntamente realizado com o do mercado de trabalho). Esses elementos não são condizentes com a finalidade do sistema capitalista - acumulação e centralização de capital -, que requer máxima dedicação do trabalhador às atividades laborais que desenvolve.

Neste sentido, torna-se “notório e indiscutível a seleção de pessoal, com vistas ao provimento de cada um dos postos da hierarquia fabril, que tem no gênero um dos principais componentes na formação dos perfis desenhados para cada cargo ou posto” (FONSECA, 2000, p. 93). Assim, observa-se que a desigualdade de gênero persistente ainda é acirrada no mercado de trabalho. “[...] a intensa afluência das mulheres ao mercado de trabalho não foi acompanhada por uma diminuição significativa das desigualdades profissionais entre os homens e as mulheres [...]

---

<sup>152</sup> Conforme visto no Capítulo II e pode ser conferido na pesquisa realizada pelo PED-IBGE (Pesquisa de Emprego e Desemprego).

incluindo as salariais” (ABRAMO, 2002, p. 113).

Segundo o relatório de Desenvolvimento Humano no Brasil constata-se que “[...] as mulheres representam 48% da força de trabalho do setor terciário e apenas cerca de 20% nos casos da agricultura e da indústria” (PNUD; IPEA, 1996, p. 33). Com base nestes dados, pode-se explicar que, como existe uma grande inserção das mulheres no setor terciário, refere-se que estas desenvolvem atividades laborais principalmente na zona urbana.

Pode-se referir também que, para a inserção da mulher no mercado formal de trabalho, faz-se necessário um nível de qualificação, que comumente é superior ao masculino, devido à desigualdade de gênero nas relações de (re) produção social e econômica. Outro fato relevante, é referente a existência de algumas profissões que são predominantemente femininas, como é o caso da costura (94%), do magistério no Ensino Fundamental (90%), na secretaria (89%), na recepção (81%) (PNUD; IPEA, 1996). Essas informações proporcionam visibilidade para compreender a realidade de que 100% dos sujeitos que estão inseridos na COOSIVEST - que possui como objeto de trabalho a confecção de roupas *jeans* -, são constituídos por mulheres.

Com a III Revolução Industrial - que precariza as condições e relações de trabalho, juntamente com o processo de liberdade e autonomia cultural, social, econômica que já vinham sendo conquistados pelas mulheres desde a segunda metade do século XX, constata-se que estes sujeitos estão buscando novas alternativas para a geração de trabalho e renda. Refere-se neste estudo, assim, que as mulheres estão possivelmente se transformando em “chefes de família”.

Na atualidade não necessariamente se caracteriza mais o homem como “chefe de família”, pois as mulheres estão desempenhando com maior frequência esse papel. Esta realidade pode ir ao encontro dos dados obtidos por meio desta

pesquisa, em que se constatou que 88,46% dos trabalhadores dos empreendimentos analisados são constituídos por mulheres. Nessa direção, existem possibilidades de que estas mulheres estejam desempenhando o papel de provedoras do lar e/ou da família. Ou seja, possivelmente está se acentuando a quantidade de mulheres que estão buscando alternativas para gerar e propiciar renda aos seus lares e/ou familiares.

Esta realidade, entretanto, não é linear, pois a busca das mulheres pela autonomia e emancipação no mercado de trabalho - juntamente com a geração de renda - ainda não está consolidada, pelo menos não de uma forma igualitária em relação aos homens. As mulheres comumente obtêm salários ou rendimentos inferiores aos dos homens. Nesse sentido, mesmo que a inserção das mulheres nos empreendimentos coletivos pesquisados tenha ocorrido devido à exclusão do mercado formal de trabalho - verificou-se que quase 3/4 dos trabalhadores inseridos nestas experiências já obtiveram outras experiências profissionais<sup>153</sup> -, o trabalho feminino desenvolvido nestas experiências coletivas representa um papel muito significativo, pois este trabalho feminino pode ser relacionado e referido como uma forma de resistência das mulheres às manifestações da questão social, entre elas, a desigualdade econômica, social, cultural, política e de gênero.

Estas experiências coletivas também podem ser tidas como espaços potencializadores do trabalho feminino, visando a emancipação, autonomia e a cidadania destas mulheres. As cooperativas e/ou associações, pode-se referir que se constituem em espaços de expressão política e social, nos processos sociais, na gestão, participação, decisões e demais atividades laborais que envolvem as atividades de trabalho.

---

<sup>153</sup> Será visto na seqüência do Capítulo.

O assistente social poderia desenvolver nos empreendimentos, reflexões acerca do trabalho feminino e o novo papel que vem sendo exercido pelas mulheres no mercado de trabalho e suas famílias, de provedora do lar - além das atividades domésticas histórica e culturalmente designadas a elas, que caracterizam a dupla jornada de trabalho -, visando a promoção da cidadania destas trabalhadoras. Outra atividade que poderia ser desenvolvida pelos assistentes sociais nestes empreendimentos, seria de articular estas experiências com os seus fóruns e instâncias representativas, a fim de visibilizar que os processos de trabalho realizados por estas experiências, são desenvolvidos predominantemente por mulheres, e que estas mulheres possuem uma importância significativa nas cooperativas e/ou associação de trabalho, bem como a coletividade e as relações de reprodução da vida material.

Para continuar apresentando as experiências coletivas, no próximo subitem serão referenciadas as demais características dos sujeitos que integram essas cooperativas e associação de trabalho no Vale do Rio Pardo.

#### 4.2 CARACTERÍSTICAS DOS TRABALHADORES

Antes de analisarmos os processos de trabalho desenvolvidos nestas experiências, faz-se necessário caracterizar os trabalhadores que participam destes empreendimentos, pois, é através de suas vivências e ações nos processos de trabalho, que se pretende investigar e analisar essa realidade (MARTINELLI, 1999). Com essa intencionalidade, serão introduzidos elementos que caracterizam e identificam os 31 participantes dessas três cooperativas e uma associação, que constituíram a amostra intencional deste estudo. Uma das características fundamentais, para dar visibilidade aos sujeitos que integram essas experiências

coletivas, são as faixas etárias dos integrantes dessas cooperativas e associação.

Tabela 2 - Faixa Etária dos Sujeitos da Pesquisa

<b>FAIXA ETÁRIA</b>	<b>SUJEITOS</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
16 a 18 anos	3	9,67%
19 a 30 anos	9	29,03%
31 a 40 anos	6	19,35%
41 a 50 anos	10	32,25%
51 a 60 anos	3	9,67%
<b>TOTAL</b>	<b>31</b>	<b>100%</b>

Referente à idade desses trabalhadores, constata-se que a grande maioria desses sujeitos está entre as faixas etárias de 19 a 50 anos, correspondendo a 80,63% dos integrantes das cooperativas e associação. As idades que correspondem a menor inserção de trabalhadores nestes empreendimentos populares pesquisados, são as de 16 a 18 anos e entre 51 a 60 anos. Ambas as faixas etárias representam 9,67% dos sujeitos, totalizando 19,34% dos sujeitos entrevistados. Isto significa que os trabalhadores mais jovens (que normalmente não possuem muitas experiências profissionais) e os mais velhos, não chegam a constituir 1/5 dos trabalhadores destes empreendimentos.

Com base nestes dados, pode-se perceber que há uma contradição nesses empreendimentos populares, pois, sabe-se que, em relação às faixas etárias, os sujeitos que possuem maior dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho, são os mais jovens e os mais velhos. Nesse sentido, sendo que as cooperativas e associações de trabalho comumente são criadas por trabalhadores que estão à margem do mercado formal de trabalho, objetivando gerar trabalho e renda, como se explica essa contradição? Será que os trabalhadores inclusos nessas experiências

estão reproduzindo a mesma lógica do capital? Ou será que os trabalhadores mais jovens e os mais velhos não possuem esclarecimento acerca das associações e/ou cooperativas de trabalho?

Observando-se também essa realidade, entretanto, constata-se que 32,25% dos trabalhadores entrevistados possuem idade entre 41 e 50 anos. Com estes dados, pode-se referir que, ao contrário dos trabalhadores mais jovens (entre 16 e 18 anos) e os mais velhos (acima de 51 anos) - que representam as faixas etárias minoritárias -, essa faixa etária (de 41 a 50 anos) é representativa de maior inserção de trabalhadores nestes empreendimentos. Neste sentido, referente a esta faixa etária, de 41 a 50 anos, pode-se dizer que não é contraditória<sup>154</sup>, pois possivelmente os sujeitos maiores de 41 anos estão sendo excluídos do mercado formal de trabalho<sup>155</sup>, desencadeado pela III Revolução Industrial, bem como estão buscando outras possibilidades de gerar as suas respectivas rendas.

Baseando-se em outros dados que vêm ao encontro dessa característica de que as cooperativas e associações de trabalho são criadas, tendo como objetivo a geração de trabalho e renda aos trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho, remete-se à escolaridade dos sujeitos pesquisados.

---

<sup>154</sup> Compreendendo as cooperativas e associação de trabalho também como uma das formas de gerar trabalho e renda.

<sup>155</sup> Assim como nas cidades das regiões metropolitanas.

Tabela 3 - Escolaridade dos Sujeitos da Pesquisa

<b>ESCOLARIDADE</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
Analfabetismo	3,22%
Até a 5ª série do Ensino Fundamental	32,25%
Da 6ª a 8ª série do Ensino Fundamental	25,80%
Ensino Fundamental completo	22,58%
Ensino Médio incompleto	9,67%
Ensino Médio completo	6,45%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>

Com base nos dados contidos na tabela, a escolaridade dos 31 entrevistados corresponde aos seguintes dados: 3,22% são analfabetos; 32,25% cursaram até a 5ª série do Ensino Fundamental; 25,80% estudaram entre a 6ª e 8ª série do Ensino Fundamental; 22,58% possuem o Ensino Fundamental completo; 9,67% possuem Ensino Médio incompleto; e, somente 6,45%, concluíram o Ensino Médio. Estes dados são demonstrativos de que 61,29% dos sujeitos entrevistados não possuem Ensino Fundamental completo, 9,67% dos sujeitos não terminaram o Ensino Médio e apenas 6,45% desses trabalhadores concluíram o Ensino Médio. Isso representa a baixa escolaridade e a falta de qualificação profissional dos trabalhadores, que constituem esses empreendimentos coletivos e populares.

Nesse sentido, ressalta-se que estas experiências coletivas estão relacionadas com a possibilidade de geração de trabalho e renda a estes sujeitos. Com a baixa escolaridade e falta de qualificação profissional dos trabalhadores, novamente ressalta-se a importância de políticas sociais públicas, que visem o acompanhamento e a viabilidade desses empreendimentos populares, por meio de recursos financeiros e profissionais destinados a trabalhar com essas demandas.

Outro aspecto que deve ser enfatizado refere-se ao fato de que, também segundo as informações coletadas, a presidente da COOESTAL é a única trabalhadora que está cursando Ensino Superior (Pedagogia). Isso é uma disparidade se comparado com os demais trabalhadores dessa mesma cooperativa. Novamente constata-se que na cooperativa - COOESTAL -, os princípios que norteiam o Cooperativismo, possivelmente não estão sendo operacionalizados.

Quanto à moradia dos trabalhadores desses quatro empreendimentos pesquisados, observa-se que mais da metade, em torno de 54,83% desses sujeitos, já residiram em outros municípios. Desses trabalhadores que já residiram em outras localidades, apenas dois entrevistados (6,45%) disseram que se mudaram ainda enquanto eram crianças, juntamente com seus pais. Todos os demais trabalhadores (93,56%) enfatizaram que se mudaram devido a questões relacionadas ao mercado de trabalho<sup>156</sup>, seja porque perderam o emprego e não conseguiram mais se inserir no mercado formal dos municípios que residiam, e/ou porque o companheiro(a) conseguiu emprego em outro município vizinho.

Referente ainda aos locais de residência desses sujeitos, verificou-se que cerca de 64,51% dos trabalhadores entrevistados, possui casa própria. Os demais trabalhadores ou pagam aluguel (16,12%) ou residem com outras pessoas, normalmente de favor (19,35%). “A casa representa segurança; além disso constitui um investimento e um patrimônio que pode ser aumentado; trata-se de uma ascensão social [...] Outro recurso utilizado é a permanência do jovem casal na casa dos pais para economizar o dinheiro do aluguel, que deverá ser canalizado para a obtenção da casa própria [...]” (COLBARI, 1995, p. 142). Como somente 31,42% dos trabalhadores estão inseridos nas cooperativas e/ou associação desde as suas

---

<sup>156</sup> Esses dados vão ao encontro do processo de desterritorialização, referido no Capítulo I.

fundações - segundo os dados coletados, e sendo que essas cooperativas foram criadas no final da década 90 do século XX e limiar desse novo milênio -, pode-se perceber que esses sujeitos já trabalharam em outros locais anteriormente ou já possuíram outras fontes de rentabilidade.

Nessa direção, verificou-se por meio das entrevistas que em torno de 74,19% desses trabalhadores desenvolveram anteriormente outras experiências de trabalho. Trabalharam como empregadas domésticas, babás, costureiras, artesãos, em lavanderias, no comércio, em períodos sazonais de safra, entre outras atividades<sup>157</sup>.

Também de acordo com esses dados, em janeiro de 2005, apenas 22,58% dos 31 entrevistados possuem outra fonte de renda, além da associação e/ou cooperativas que trabalham. Isso significa que para 77,42% dos trabalhadores, as cooperativas e a associação representam suas únicas fontes de rentabilidades. Já para os demais trabalhadores, que possuem outra fonte de renda, os mesmos trabalham com costura, artesanato, vendas de roupas, entre outros, com o intuito de complementar os seus rendimentos.

No que se refere à constituição familiar destes trabalhadores, observa-se que 87,09% residem com seus familiares ascendentes (pais) ou descendentes (companheiros (as) e/ou filhos). E verifica-se também que a grande maioria desses sujeitos pesquisados, 90,32%, é casada ou possuem companheiros (a), e somente 9,67% dos trabalhadores são solteiros. Em relação à filiação desses sujeitos<sup>158</sup>, percebe-se que dos 31 entrevistados, 80,64% possuem filhos, sendo que:

---

<sup>157</sup> Profissões historicamente desempenhadas predominantemente pelas mulheres.

<sup>158</sup> Dos 80,64% dos trabalhadores entrevistados que possuem filhos, não necessariamente correspondem aos trabalhadores que possuem companheiros(as) ou são casados(as), bem como, mesmo que o sujeito seja casado(a) ou tenha um companheiro(a), não significa que o seu filho(a) seja deste relacionamento referido.

Tabela 4 - Filiação por Trabalhador

<b>QUANTIDADE DE FILHOS</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
Não possuem filhos	19,36%
Possuem 1 filho	29,03%
Possuem 2 filhos	19,35%
Possuem 3 filhos	16,12%
Possuem 4 filhos	6,45%
Possuem entre 5 a 10 filhos	9,67%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>

Conforme a tabela, constata-se que dos trabalhadores que possuem filhos (80,64%), 29,03% dos integrantes possui 1 filho; 19,35% possuem 2 filhos; 16,12% possuem 3 filhos; 6,45% possuem 4 filhos; e os demais que constituem 9,67%, possuem entre 5 a 10 filhos. Conforme estes dados, pode-se constatar que 67,74% dos trabalhadores entrevistados possuem até 2 filhos.

Referencia-se que esses dados - das quatro experiências analisadas -, não condizem com a realidade de que os sujeitos com baixos rendimentos<sup>159</sup> possuem vários filhos. Com a realização dessa pesquisa, não há elementos suficientes que possam explicar esse fato. Talvez a exclusão do mercado formal de trabalho, entretanto, seja um dos possíveis elementos explicativos dessa realidade, pois, segundo os dados referidos anteriormente, 74,19% dos trabalhadores já obtiveram outras experiências profissionais.

Possivelmente no Brasil, atualmente, esteja se alterando os índices de fecundação de mulheres, assim como as suas características. Ou seja, devido ao processo de reestruturação produtiva, a exclusão do mercado formal de trabalho e as manifestações da questão social, estão sendo acirradas. Nesta perspectiva a

<sup>159</sup> Será visto no próximo subitem.

nova pobreza está agregando não somente as antigas formas de exclusão, mas também as novas<sup>160</sup>. Assim, as características dos sujeitos que possuíam baixos rendimentos (até 2 ou 3 salários mínimos) nas décadas de 80 e 90 do século XX, possivelmente não se constituem mais nas mesmas características dos sujeitos com baixos rendimentos, nesse novo milênio.

Outra característica que se deve enfatizar e que vai ao encontro da possível explicação apresentada, é o fato de que 35,48% dos trabalhadores se inseriram nesses últimos dois anos nas cooperativas e associação de trabalho. Segundo a fala dos próprios entrevistados, quando perguntados sobre o motivo que ocasionou as suas inserções nestes empreendimentos coletivos, os mesmos responderam as seguintes questões: “Devido ao desemprego” (FERNANDO, COONCREAL); “Porque haviam sido convidados por outros trabalhadores” (CÁTIA, COOSIVEST); “Porque preferem trabalhar nas cooperativas e/ou associação, do que na safra em empresas fumageiras da região, ou como domésticas” (FÁTIMA, COOESTAL); “Porque se mudaram para esses municípios” (CARLA, COOESTAL); “Para aumentar a renda familiar” (VERÔNICA, ACOTRALI); “Para eliminar o lixo” (JOANA, ACOTRALI); “Porque foram catadores anteriormente e no coletivo é mais fácil conseguir material” (VERA, COONCREAL); “Porque não tinham outro trabalho em vista” (LISANDRA, COOESTAL).

Nesse sentido, constata-se novamente a importância do aspecto econômico no desenvolvimento dessas experiências (condição de vida, aspectos materiais). Num primeiro momento, o que motiva os trabalhadores a se inserirem nessas experiências é a necessidade de sobrevivência, seguida pela esperança de

---

<sup>160</sup> Como referido no Capítulo I.

organizar o empreendimento de maneira a torná-lo economicamente viável (TIRIBA, 2000).

Para os sujeitos, o trabalho nas cooperativas e associação não significa que necessariamente pretendem melhorar o seu padrão de vida, ou que, mesmo sem qualificação profissional, são capazes de gerir um empreendimento. Pode representar o privilégio de trabalhar próximo as suas residências - principalmente para as mulheres se torna mais cômodo e viável, pois possibilita proteger os filhos ainda crianças, acolhendo-os no interior do processo de produção ou nas creches improvisadas. Mas,

para a grande maioria é a conquista de um grau mínimo de viabilidade econômica do empreendimento, o que em última instância determina a opção por permanecer naquele espaço produtivo, não voltando a procurar um posto no mercado formal de trabalho (TIRIBA, 2000, p. 223).

Existem, porém, outros elementos nesses empreendimentos que merecem ressalva, como por exemplo, a forma de organização e sistematização dos processos de trabalho, a participação dos sujeitos nas cooperativas e associação e o processo de autogestão nesses empreendimentos. Estes assuntos serão apresentados no próximo subitem.

#### 4.3 APRESENTAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO NA ASSOCIAÇÃO E NAS COOPERATIVAS PESQUISADAS

O processo de trabalho realizado nas três cooperativas e na associação, pesquisadas nas zonas urbanas do Vale do Rio Pardo, são caracterizados pela prestação e/ou terceirização de serviços. Cada experiência, entretanto, possui um objeto de trabalho diferenciado nas atividades que desenvolvem - com exceção da ACOTRALI e da COONCREAL.

A ACOTRALI e a COONCREAL são empreendimentos coletivos que possuem o mesmo tipo de objeto de trabalho, a coleta e a seleção de lixo (material reciclável); a COOSIVEST trabalha mais especificamente com a confecção de roupas - *jeans*; e, a COOESTAL se dedica ao acolhimento e cuidado de crianças e adolescentes, mediante a constituição de uma creche (Contradição).

O trabalho que vem sendo realizado em coletivo por esses trabalhadores possui um valor de uso à sociedade, seja por meio da coleta de material reciclável, seja pelo cuidado de crianças, ou pela produção de confecções (vestuário). “O processo de trabalho tem por finalidade a criação de valores-de-uso para o atendimento das necessidades humanas” (PRATES, 2003, p. 104). Ao mesmo tempo em que os processos de trabalho efetivados por esses cooperados e associados, ao desenvolverem as matérias-primas, possuem um valor de uso à sociedade, também pode-se referir que esse trabalho desenvolvido possui um valor de troca<sup>161</sup>, pelo qual a matéria-prima é comercializada, gerando assim, a renda desses trabalhadores.

Já os meios de trabalho<sup>162</sup> utilizados pelas cooperativas e pela associação, além do prédio onde se localizam os empreendimentos, são: na ACOTRALI e na COONCREAL os trabalhadores fazem uso de máquinas para triturar e empacotar os materiais coletados, bem como de carrocinhas para o recolhimento de material; na COOSIVEST os meios e instrumentos utilizados são as máquinas de confecção - que são cedidas por uma empresa; e, por último, na COOESTAL, os meios de produção são constituídos pelos computadores - existentes no escritório -, por um

---

<sup>161</sup> O valor de troca é tido como uma relação quantitativa, em que os valores de uso de uma determinada espécie são trocados pelos valores de uso de outra espécie. Esta relação varia de acordo com o momento histórico e local (MARX, 1988).

<sup>162</sup> É o conjunto de coisas e instrumentais que o sujeito insere entre si e o objeto de trabalho (MARX, 1988).

veículo utilizado para locomover os trabalhadores e as crianças<sup>163</sup> e por móveis e utensílios utilizados para o funcionamento da creche e do escritório.

Referente à efetivação das atividades desenvolvidas por esses coletivos de trabalhadores, pode-se explicar que é realizada, basicamente, tendo como caracterização o rodízio das tarefas - polivalência. Segundo as falas dos próprios associados e cooperados, a organização dos processos de trabalho, baseada no rodízio das atividades desenvolvidas pelos trabalhadores, ocorre pelos seguintes elementos motivadores: “Porque um ajuda o outro” (PAULA<sup>164</sup>, ACOTRALI); “Porque quando falta alguém, ou quando há necessidade, outro substitui” (FERNANDA, COONCREAL); “Quando um de nós não pode coletar material na rua, outro vai no seu lugar” (JOÃO, COONCREAL); “Porque a gente cansa de sempre fazer a mesma atividade, então preferimos nos revezar” (SAMANTA, ACOTRALI); “Porque temos que ter amizade entre a gente” (JOANA, COOSIVET).

Com base nestas informações percebe-se que, ao contrário dos processos de trabalho desenvolvidos pelos protótipos de produção Tayloristas/Fordistas e, semelhantemente aos processos produtivos originados pela acumulação flexível (reestruturação produtiva)<sup>165</sup> nas cooperativas e na associação pesquisadas, os trabalhadores realizam as atividades com maior flexibilidade e rotatividade nas funções que desenvolvem. O que diferencia, no entanto, a polivalência e a flexibilidade nas atividades realizadas pelos trabalhadores, nesses empreendimentos coletivos - comparados com as demais empresas existentes no mercado -, são as causas originárias desses revezamentos.

---

<sup>163</sup> Para locomover inclusive em situações em que algum trabalhador ou criança sofra qualquer tipo de acidente.

<sup>164</sup> Nomes fictícios criados para preservar a identidade dos trabalhadores.

<sup>165</sup> Visto no Capítulo I.

Enquanto que nas empresas privadas os trabalhadores devem exercer várias funções (polivalência), com objetivo de enxugar os custos de produção e aumentar a acumulação de capital, nas cooperativas e na associação o rodízio dos trabalhadores diante das tarefas desenvolvidas nos processos de trabalho é desencadeado pelos seguintes motivos: “Com o intuito de um ajudar o outro” (FERNANDA, ACOTRALI); “Porque a gente se combina entre si” (ALEXANDRA, COONCREAL); “Por que a gente cansa de fazer a mesma coisa e, então, nos combinamos entre nós” (ALEX, ACOTRALI); “Quando algum colega pede” (VANESA, COOSIVEST); “A gente combina entre a gente” (JOÃO, CONCREAL); “Quando um não pode o outro ajuda” (ESTEFANI, COOSIVEST).

Neste sentido, constata-se pelas respostas dos sujeitos entrevistados, que existem como elementos motivadores ao rodízio das atividades desenvolvidas, o desgaste de exercer sempre a mesma atividade laboral e a existência de solidariedade nos processos de produção.

Em relação ao desgaste de desempenhar sempre a mesma função, pode-se referir que, como os trabalhadores não realizam somente uma atividade produtiva, o trabalho desses sujeitos, possivelmente, não passa a ser visto como cansativo, monótono ou penoso. Outro aspecto relevante, em relação à não exclusividade de realização de apenas uma tarefa laboral por esses sujeitos nos processos de trabalho, refere-se ao fato de que, possivelmente, os trabalhadores não sejam alienados.

O Processo de alienação [...] pode ser definido [...] como uma ação ou estado pelo qual um indivíduo, grupo, instituição ou sociedade se tornam alheios, estranhos, enfim, alienados em relação àquilo que constroem ou produzem e em relação a si próprios e às relações que estabelecem nesta construção. Em síntese alienar-se é não reconhecer-se naquilo que se produz ou constrói, é não mais identificar-se com os produtos de seu trabalho [...] (PRATES, 2003, p.106)

Isso significa que os trabalhadores, ao desempenharem várias atividades dentro das cooperativas e/ou associação, passam a ter clareza sobre as várias etapas que envolvem o funcionamento dos processos de trabalho, se identificando e resignificando, então, possivelmente, as atividades que desempenham.

No que se refere à existência de solidariedade nas alternâncias das atividades desenvolvidas pelos trabalhadores, percebe-se, segundo suas respostas, que essas experiências valorizam os sujeitos e o trabalho desenvolvido por eles. Nesse sentido, percebe-se que esses empreendimentos solidários são contribuintes ao processo emancipatório dos trabalhadores, no que se refere à organização, sistematização e relações nos processos de trabalho, pois a solidariedade que é referida neste estudo não corresponde ao humanismo cristão, mas ao processo de conscientização do coletivo em relação à humanização nas relações e desenvolvimento dos processos de trabalho.

Verifica-se que esses empreendimentos populares e solidários contribuem para uma lógica diferenciada em relação ao sistema capitalista, pois a solidariedade e a alternância das tarefas se faz presente - mesmo com a inserção desses empreendimentos coletivos no sistema capitalista. É pela união nos processos de trabalho de seus integrantes, que esse tipo de economia (solidária) vem gerando renda e uma conseqüente melhoria de vida aos seus participantes (TIRIBA, 2000), mesmo que ainda de modo incipiente.

No que se refere ainda à solidariedade nos processos de trabalho, outro indicativo a que se remete é o adoecimento dos trabalhadores. Quando os trabalhadores adoecem continuam recebendo rendimentos das experiências em que estão associados. Recebem a renda, quase nas mesmas condições, como se estivessem trabalhando com os demais colegas, até o momento em que passam a ser amparados pela Previdência Social.

A única experiência pesquisada que desconta dos cooperados (segundo as informações obtidas pelas entrevistas realizadas com os sujeitos) quando os trabalhadores faltam ao trabalho, mesmo em caso de adoecimento, é a COOESTAL<sup>166</sup>. Verifica-se, assim, que na COOESTAL as relações entre os trabalhadores são marcadas pela mesma lógica existente no sistema capitalista, em que pesa a individualidade e a competitividade se faz presente - e não a cooperação e ajuda mútua entre os cooperados e associados.

Referente à quantidade de horas destinadas às atividades realizadas nos processos de trabalho, tanto na COOSIVEST, como na COOESTAL, os sujeitos trabalham em torno de 8 horas diárias, de segunda a sexta-feira nas cooperativas. Segundo as informações obtidas dos trabalhadores das demais experiências coletivas, da ACOTRALI e da COONCREAL, normalmente esses sujeitos trabalham mais de 8 horas diárias. Na ACOTRALI o trabalho também é realizado de segunda a sexta-feira; já na COONCREAL, é realizado entre segunda-feira e sábados (totalizando seis dias por semana).

Esses dois empreendimentos, em que os cooperados e/ou associados trabalham mais de 8 horas diariamente - a COONCREAL e a ACOTRALI -, possuem como analogia os seus objetos de trabalho: a coleta de material reciclável. Enquanto que em dois empreendimentos os sujeitos trabalham 8 horas diárias (COOSIVEST e COOESTAL), nos outros dois, que possuem como matéria-prima a coleta de material reciclável (ACOTRALI e COONCREAL), ou seja, 50% dos empreendimentos, os trabalhadores trabalham mais de 8 horas diárias, para a geração de suas rendas.

---

<sup>166</sup> Quando os cooperados justificam a falta (atestado médico), são descontados 2% dos seus rendimentos mensais, por dia faltado; quando os trabalhadores faltam sem justificativa, são descontados 5% ao dia de sua renda mensal.

Essa opção por trabalhar mais do que 8 horas diárias é atitude dos próprios trabalhadores desses empreendimentos (segundo suas respostas), pois preferem trabalhar mais horas, prospectando coletar maior quantidade de material e aumentar, respectivamente, suas rendas. A fala de um dos trabalhadores da COONCREAL é esclarecedora nesse sentido: “eu acho que os sócios têm o mesmo pensamento, quanto mais a gente trabalha, mais a gente ganha” (JOÃO, COONCREAL). Esse trabalhador explica que, quanto mais os sujeitos trabalham, enquanto coletivo, maior serão suas rendas mensais.

Esses dados proporcionam visibilidade a uma realidade que comumente não é transmitida pelos veículos de comunicação, assim como pelos detentores dos meios de produção, pois essas informações são reveladoras de que se os trabalhadores possuem baixos rendimentos, não é por falta de horas trabalhadas ou de “esforço”, visto que na ACOTRALI e na COONCREAL os sujeitos trabalham mais de 8 horas diárias. “[...] velhas noções a respeito da causa do pauperismo, que punham acento na predestinação divina, na fraqueza moral dos desvalidos, na inferioridade biológica e cultural das classes dominadas e na naturalização das desigualdades sociais [...]” (PEREIRA, 2002, p. 17), devem ser repensadas, pois as desigualdades são oriundas de determinações históricas e hegemônicas que permeiam a realidade.

Esse é um dos fatores que torna muito difícil a ruptura com o capital, pois esta estrutura está arraigada na realidade. Neste trabalho não se pretende pressupor que a Economia Popular Solidária é o modo de transformar e romper com o capital. Pode-se referir, porém, que a Economia Popular Solidária se constitui numa das alternativas de geração de trabalho e renda, diante das manifestações da questão social. Já os seus processos de trabalho quando efetivados respaldados em elementos como, por exemplo, a solidariedade, a ajuda-mútua e a cooperação entre

os trabalhadores, podem se constituir em formas dos sujeitos expressarem sua contestação ao capital e aos seus processos de produção, pois as rupturas na realidade não são lineares, mas permeadas de contradições e conflitos, por intermédio de avanços e retrocessos. Nesse sentido, possivelmente com as contribuições obtidas por meio destas experiências populares e solidárias e outros movimentos sociais, possam ser criados futuramente alguma alternativa viável que realmente transforme ou substitua este modo de produção excludente.

Outro elemento importante analisado refere-se à partilha dos rendimentos. Segundo a fala dos trabalhadores, todos recebem o mesmo valor, com exceção das lideranças dos empreendimentos populares<sup>167</sup> e da professora que trabalha na COOESTAL. Novamente constata-se que na COOESTAL não existe uma relação de igualdade estabelecida entre os trabalhadores, pois a trabalhadora que possui maior escolaridade, também possui a maior rentabilidade<sup>168</sup>. Nos demais empreendimentos populares todos recebem o mesmo valor, por meio do processo de partilha, que ocorre normalmente no término do mês.

O processo de partilha é realizado após o pagamento das despesas mensais fixas dos empreendimentos coletivos (dívidas, aquisições de novos materiais, manutenções, contas, entre outros)<sup>169</sup>. Segundo o artigo 16 e inciso I da lei referente ao Cooperativismo, de 1971, deve ser destinada uma reserva legal com o mínimo de 10% das sobras para reparar perdas e prejuízos e atender ao desenvolvimento de suas atividades (NASCIMENTO, 2000).

---

<sup>167</sup> Recebem um valor um pouco maior, pelas responsabilidades que assumem.

<sup>168</sup> Essa trabalhadora recebe mensalmente R\$ 1.000,00, enquanto que os demais trabalhadores recebem a metade, R\$ 500,00.

<sup>169</sup> Com exceção da COOESTAL, em que a renda, que é designada pelos próprios trabalhadores de salário (reprodução de relações do sistema capitalista), é paga pela prefeitura.

Para dar maior visibilidade à renda dos trabalhadores, segundo os dados obtidos os empreendimentos coletivos arrecadavam mensalmente e em média os seguintes valores:

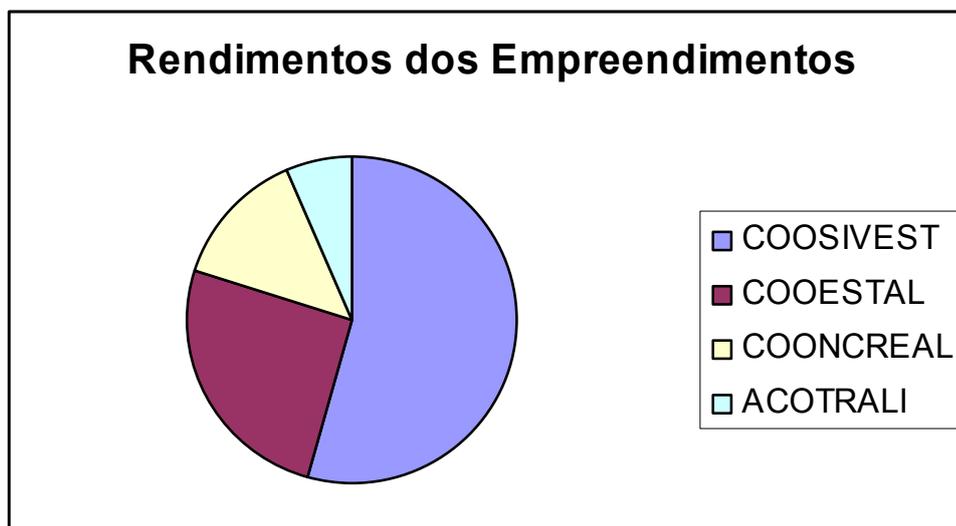


Figura 3 - Arrecadação mensal dos empreendimentos populares

Constata-se com estas informações que a COOSIVEST possuía, em janeiro de 2005, a maior arrecadação financeira mensal, em torno de R\$ 16.000,00; a COOESTAL, a segunda, em torno de R\$ 7.500,00; a COONCREAL, a terceira, em torno de R\$ 4.000,00; e a ACOTRALI, a menor arrecadação, em torno de R\$ 1.900,00.

Segundo os dados coletados, também no mês de janeiro de 2005<sup>170</sup>, a renda individual dos trabalhadores correspondia em média aos seguintes valores:

<sup>170</sup> O salário mínimo no Brasil em janeiro de 2005 correspondia a R\$ 260,00.

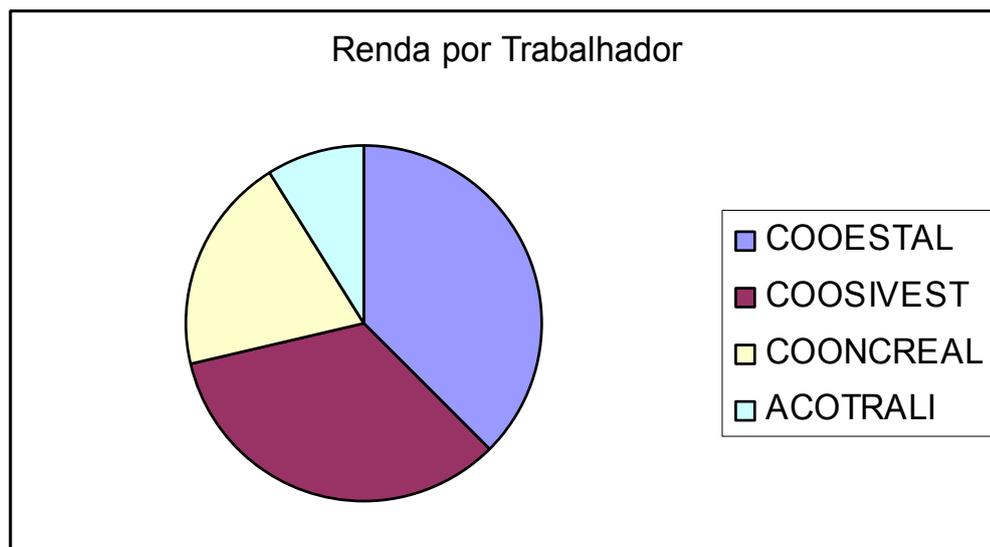


Figura 4 - Rendimentos dos Trabalhadores

Baseando-se nestes dados, constata-se que a COOSIVEST e a COOESTAL são os empreendimentos coletivos que geram maior renda mensal aos trabalhadores, em torno de R\$ 450,00 na COOSIVEST e R\$ 500,00 na COOESTAL. Estes dados vão ao encontro das informações explanadas anteriormente, pois, concomitantemente, são as experiências que mais arrecadam e, conseqüentemente, comercializam os produtos mensalmente. Já os dois empreendimentos que possuem como objeto de trabalho a coleta de material reciclável, são as experiências que possuem uma rentabilidade mensal menor por trabalhador, em média em torno de R\$ 120,00 na ACOTRALI e de R\$ 260,00 na COONCREAL<sup>171</sup>.

Mesmo com os baixos rendimentos, os trabalhadores quando perguntados sobre suas situações financeiras, todos os sujeitos (100%), responderam que suas rendas melhoraram a partir do momento em que se inseriram nas cooperativas e associação de trabalho. Assim, constata-se que a renda gerada por estes empreendimentos coletivos é significativa aos seus integrantes.

<sup>171</sup> Sendo que os trabalhadores destes empreendimentos trabalham mais de 8 horas diárias.

Observa-se, entretanto, que os sujeitos que se inserem nessas experiências coletivas, não adquirem rendimentos elevados por meio de seus trabalhos, mas, possivelmente, com a implementação e efetivação do apoio de políticas públicas, se tornará viável um aumento na geração de renda desses trabalhadores, pois essas políticas contribuem com cursos de capacitação aos cooperados e/ou associados, com financiamento de projetos das experiências, com acompanhamento e assessoramento desses empreendimentos populares (Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, 2004).

A política pública de Economia Solidária, que ainda está em fase de implementação pelo Ministério do Trabalho - SENAES -, com os Estados e municípios, tem como finalidade “o combate efetivo das causas estruturais da pobreza e promover a inclusão e o desenvolvimento social” (Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, 2004, p. 83). Essa política pública foi criada pelo governo, mediante a reivindicação dos próprios trabalhadores que atuam nessas experiências coletivas<sup>172</sup>, tendo como intencionalidade combater a pobreza e criar alternativas de geração de renda aos trabalhadores que se encontram excluídos do mercado formal de trabalho.

Essa política pública também possui como objetivos: contribuir à dignidade dos cidadãos; contribuir para a erradicação da pobreza; contribuir para a promoção, a ampliação das oportunidades e para a melhoria das condições de trabalho e renda; reconhecer e fomentar diversas formas de Economia Popular Solidária; contribuir ao desenvolvimento e sustentabilidade socioeconômicos e ambientais dessas experiências; contribuir para dar visibilidade e legitimar as experiências de Economia Popular Solidária; viabilizar o acesso das experiências de Economia

---

<sup>172</sup> Visto no Capítulo II.

Popular Solidária aos instrumentos de fomentos; promover a intersetorialidade das políticas públicas que possam fomentar a Economia Popular Solidária; fortalecer e incentivar a organização dos diversos atores sociais, priorizando os sujeitos que atuam em experiências de Economia Popular Solidária (Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, 2004).

Nesse sentido, constata-se a importância de políticas públicas, tanto ao incentivo, como à manutenção e viabilidade das experiências de Economia Popular Solidária, seja pela aquisição de meios de produção, de cursos de capacitação aos trabalhadores ou de financiamento aos empreendimentos.

Pode-se visibilizar também, outros elementos preponderantes referentes aos processos de trabalho constituintes das experiências de Economia Popular Solidária - além da organização das atividades e da rentabilidade desses empreendimentos -, como o processo de autogestão e de participação dos trabalhadores<sup>173</sup>. No próximo subitem será apresentada a análise dos dados relacionados com o processo de autogestão dessas experiências coletivas.

#### 4.4 O PROCESSO DE AUTOGESTÃO DESENVOLVIDO NAS EXPERIÊNCIAS PESQUISADAS

Para a realização desta pesquisa foram encontradas algumas limitações. Entre elas, a escassez de material documentado referente ao processo de trabalho desenvolvido pelas cooperativas e pela associação, constatando-se, então, que somente os documentos obrigatórios à fundação e existência das cooperativas e

---

<sup>173</sup> Neste estudo de Mestrado compreende-se a gestão dos empreendimentos pesquisados como uma das características dos processos de trabalho.

associação existiam <sup>174</sup>.

Foram analisados regimentos, estatutos<sup>175</sup> e algumas reportagens - fornecidas pelos trabalhadores aos jornais da região. De acordo com a análise realizada mediante os documentos acessados (estatutos, regimentos e reportagens) e com as respostas obtidas pela realização de entrevistas com os trabalhadores (aplicação de formulários), constatou-se, entre outros elementos analisados, que os quatro empreendimentos, 100%, possuem diretoria.

Essas diretorias são compostas pelos seguintes cargos: presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretários, conselho fiscal (integrado por três membros). Somente a COOESTAL possui um cargo a mais na direção, o de coordenação de educação - que é ocupado pela professora. A gestão do grupo de trabalhadores, que estão inseridos nas diretorias, possui duração de dois anos consecutivos, quando, então, ocorrem novas eleições para a composição de nova diretoria.

Nesse sentido, pode-se referir que nas cooperativas e associações existem outros elementos que, possivelmente, são tão importantes quanto o aspecto econômico. A Economia Popular Solidária não se constitui apenas numa das alternativas ao desemprego, geradora de trabalho e renda, pois é por meio do aspecto político e “social o pressuposto e o sentido do econômico” (LEBOUTTE, 2003, p. 12).

Para o desenvolvimento dessas experiências, faz-se necessário um conjunto de princípios, como os de solidariedade, responsabilidade, respeito ao coletivo e a sua diversidade e o comprometimento dos trabalhadores à cooperativa/associação.

---

<sup>174</sup> Assim, verifica-se que há uma escassez de material e de documentação referente aos empreendimentos pesquisados e aos seus respectivos processos de trabalho, fato que pode acentuar a relevância deste estudo.

<sup>175</sup> “O estatuto é ato constitutivo da sociedade, mas não representa contrato dos sócios com a pessoa jurídica e a sua aprovação e a adesão, importa na voluntária submissão aos seus dispositivos como norma social por parte de todos os membros” (NASCIMENTO, 2000, p. 14).

Esses princípios de solidariedade, auto-ajuda, comprometimento, devem constituir e permear a organização e a realização das atividades desenvolvidas nos processos de trabalho.

Percebe-se que, além do aspecto econômico, essas experiências possivelmente contribuem com a formação e conscientização desses sujeitos (TIRIBA, 2000), em que os trabalhadores, além de participarem dos processos de produção, adquirem conscientização e se percebem como sujeitos integrantes das experiências, responsabilizando-se pelas atividades que realizam.

Quando ocorre o processo de comprometimento, participação e envolvimento dos trabalhadores nas atividades produtivas e no processo de gestão<sup>176</sup>, enquanto coletivo, considera-se que essas experiências são autogestionárias. “A autogestão é a expressão máxima de uma gestão participativa, seja em nível socioetário, mais amplo, ou ao nível restrito de uma gestão de uma organização” (PRATES, 2003, p. 119).

Por autogestão se compreende o empreendimento cuja gestão é exercida democraticamente pelos sujeitos e que se realiza no mercado. Ou seja, “autogestão cooperativa é a gestão da cooperativa pelos próprios associados. É uma forma de democratização das decisões em organizações econômicas simples ou complexas, características que marcam todas as cooperativas” (PINHO, 2004, p. 81).

Pode-se explicar também, como características de empreendimentos autogestionários: a capacidade de gerar renda na associação; a capacidade e autonomia dos trabalhadores em atribuir valor aos produtos comercializados no

---

<sup>176</sup> Entende-se “gestão como um processo que articula forma e conteúdo, pensamento e ação para conduzir investigações, ações ou organizações, visando a consecução de determinados fins, de acordo com o interesse de indivíduos, grupos, organizações ou classes” (PRATES, 1995, p. 100). Ou seja, a gestão é compreendida neste estudo, como a forma em que os empreendimentos populares e coletivos se organizam e direcionam o processo de decisão e execução dos empreendimentos.

mercado; organizar e contabilizar a quantidade de material recolhido e comercializado pelos catadores; a participação dos sujeitos nas tomadas de decisões e na realização das atividades produtivas; a possibilidade de estabelecer igualdade entre os associados; o direito ao voto e a liberdade de opinião dos sujeitos na organização e gestão do trabalho; a faculdade de designar atividades e rotatividade do trabalho na associação, entre outros.

Nesses empreendimentos autogestionários, as decisões relacionadas com as cooperativas e associação não partem somente da diretoria, mas do coletivo de trabalho. Essas decisões ocorrem normalmente em reuniões, que são realizadas quinzenalmente pelos trabalhadores.

Com relação ao processo de participação dos trabalhadores na gestão desses empreendimentos, é fundamental que a cooperativa e/ou associação forneça as seguintes condições aos seus associados: que os sujeitos tenham plenas condições de participação; que as sugestões e críticas apresentadas pelos trabalhadores sejam levadas em consideração pelo coletivo; que exista, por parte da diretoria, uma política de transparência e de esclarecimento de suas ações, perante aos demais membros das cooperativas e/ou associações (RECH, 2000).

Segundo as informações coletadas, os trabalhadores que estão inseridos na COOESTAL (que não ocupam cargos na diretoria), responderam que nem sempre são ouvidos nas suas opiniões e sugestões, durante as reuniões ou na realização das atividades que envolvem o processo de trabalho. Nesse sentido, percebe-se que na COOESTAL pode estar havendo uma centralização no processo de tomada de decisões.

Pode-se referir também, em relação ao processo de gestão, que existem dois grandes grupos difundidos, designados de gestão concentradora e de gestão estratégica/participativa. As experiências que desenvolvem uma gestão

concentradora são aquelas “onde o poder decisório cabe à minoria [...] Utiliza-se de ações estratégicas para a consecução de seus fins” (PRATES, 1995, p. 100).

Referente ainda ao processo de gestão concentradora, pode-se explicar que esse tipo de gestão é constituído por: a heterogestão e a co-gestão (FARIA, 1985). A heterogestão é o processo de gestão que vem sendo realizado pelas classes dominantes, de forma centralizadora. Como exemplo disso podem ser referidos os modelos de produção Tayloristas/Fordistas. Já o processo de co-gestão seria a negação da heterogestão; entretanto, não a ultrapassaria, mas dissimularia o processo de gestão participativa (FARIA, 1985).

A co-gestão, segundo a análise dos dados coletados, é o processo de gestão que vem sendo exercido na COOESTAL e, possivelmente, em outros empreendimentos coletivos, pesquisados ou não, neste estudo. Com as respostas obtidas nas entrevistas realizadas com os trabalhadores, porém, constatou-se que as demais experiências populares tentam desenvolver um processo de gestão participativa nos seus processos de trabalho.

Essa gestão que vem se tentando desenvolver nas demais experiências pesquisadas (ACOTRALI, COONCREAL e COOSIVEST), é designada de gestão estratégica/participativa, e se configura “através de ações estratégicas, descentralizando o poder, ampliando e incentivando os canais de participação. Sua expressão máxima seria a autogestão” (PRATES, 1995, p. 101).

Com exceção dos trabalhadores da COOESTAL - caracterizada neste estudo como um processo de gestão concentradora -, quando os sujeitos entrevistados foram perguntados acerca de seus posicionamentos em relação às propostas apresentadas pelo coletivo e/ou pela diretoria, responderam que normalmente argumentam nas reuniões, quando não concordam com alguma proposta ou decisão. “[...] as relações de trabalho são de natureza bastante distinta: no processo

de gestão, por exemplo, não há patrões e empregados, mas apenas sócios-proprietários” (GONH, 2003, p. 15).

Nesse sentido, longe de ser uma visão ingênua desses empreendimentos, percebe-se que essas cooperativas e associação vêm tentando realizar um processo de gestão participativa, que possivelmente pode ser caracterizado como tentativas de processos autogestionários. Na COOESTAL, entretanto, a diretoria detém o poder, centralizando as decisões da cooperativa, mesmo quando os demais cooperados participam das reuniões e assembléias.

Outro aspecto que deve ser ressaltado refere-se ao fato de que, quando os trabalhadores foram perguntados sobre a sua responsabilidade em relação à associação ou cooperativas que integram, 87,09% responderam que se sentem responsáveis pelos empreendimentos coletivos e 12,91% disseram que não se sentem responsáveis. Esses 12,91% dos trabalhadores que responderam que não se sentem responsáveis pelas experiências de que fazem parte, integram a COOESTAL. Essas falas dos sujeitos são condizentes com essa realidade: “Tenho que ficar informada, e, é nossa obrigação” (FERNANDA, COONCREAL); “Porque todos devemos participar das reuniões” (JOÃO, ACOTRALI); “Porque faço parte da diretoria” (JOANA, COOESTAL); “Porque todos participamos das reuniões” (CARLA, COONCREAL); “Porque não pode faltar; é obrigatório” (ELISANGELA, COOESTAL); “Para estar por dentro dos assuntos, é uma forma de agilizar o trabalho e ver o que pode melhorar” (SABRINA, COOSIVEST); “Porque é muito importante para a gente, dar as nossas idéias, ver o que pode melhorar” (CÁTIA, COONCREAL); “Porque a gente consegue mais conhecimento e para mostrar que estamos na luta” (CLARICE, ACOTRALI); “Porque aqui todo mundo decide junto” (REJANE, COONCREAL); “Porque é meu também” (FÁTIMA, COOSIVEST).

Mediante estes relatos, constata-se que os trabalhadores se sentem responsáveis pelas cooperativas e associação, mesmo quando não ocupam cargos na direção. Das respostas citadas, somente a Elisângela e a Joana responderam que se sentem obrigadas e/ou intimadas a participar das reuniões. A Joana porque faz parte da diretoria e a Elisângela responde que participa porque é obrigatório. Ambas as cooperadas trabalham na COOESTAL.

Os 87,09% dos trabalhadores que informaram que se sentem responsabilizados pelos empreendimentos, integram os outros três empreendimentos pesquisados. “Pode-se contrapor pobreza socioeconômica e pobreza política. A primeira passa em boa parte pela fome, pela miséria material. A segunda, pela falta de participação” (DEMO, 1999, p. 15). Constata-se, assim, que a participação, se for realizada com criticidade, é fundamental ao processo de gestão num empreendimento coletivo, pois é por meio dessa participação e do comprometimento dos trabalhadores, que esses empreendimentos possivelmente se tornam autogestionários.

A participação é o processo social que existe independente da interferência provocada por um ou outro agente externo. [...] Como tal, é um processo dinâmico e contraditório. O homem é criador por natureza; no entanto, enquanto ser social, nasce já num contexto historicamente dado. Encontra em tal contexto um conjunto de relações e instituições que o fazem ocupar posições que independem de decisões próprias, assumindo, inclusive, determinado sistema de pensar e agir (SOUZA, 1996, p. 81).

Esse processo de participação e de autonomia dos trabalhadores na associação e nas cooperativas, pode ser confirmado por meio dos seguintes elementos: presença nas reuniões, capacidade de opinar, capacidade de indicar colegas e se auto-indicar à diretoria, capacidade dos associados em estabelecer igualdade nas relações de trabalho, capacidade de eleger seus representantes,

entre outros. Ou seja, a participação pode ser verificada também, pelos:

Processos de descoberta e problematização dos interesses, ou seja, a conscientização; a arregimentação da força social, ou seja, a organização social da população; a reciclagem e redefinição contínua de novos interesses e mecanismos de enfrentamento, ou seja, a capacitação; todos esses são componentes do processo pedagógico da participação (SOUZA, 2004, p. 87).

O processo de participação dos trabalhadores, portanto, está envolto ao estabelecimento de relações de igualdade e de democracia entre os cooperados e/ou associados. Já o seu oposto, a não participação dos trabalhadores nas cooperativas e associações - que pode resultar na pobreza política -, pode ser caracterizada pela ausência dos seguintes elementos constitutivos de uma experiência coletiva e popular: dificuldade de auto-sustentação dos empreendimentos (problemas de organização comunitária); falta de consciência crítica e auto-crítica por parte dos trabalhadores; falta de capacidade de reivindicação organizada, de planejamento participativo; dificuldade de auto-sustentação das experiências (conformismo, passividade, paternalismo); falta de “luta” por parte dos sujeitos para a aquisição de instrumentos de trabalho e produção; deficiência no processo de autogestão (capacidade de resolver problemas materiais e políticos) (DEMO, 1999).

Nessa direção, percebe-se que a existência da participação realizada pelos trabalhadores no processo de trabalho deve ocorrer juntamente com outros elementos, caracterizados pelo processo de conscientização, de capacitação (SOUZA, 2004) e de autogestão dos empreendimentos coletivos. No que se refere ao processo de participação dos trabalhadores, nas quatro experiências pesquisadas, verificou-se que, dos 31 sujeitos entrevistados, 100% dos trabalhadores responderam que todos participam dos processos de trabalho. Essa

participação dos sujeitos nas atividades produtivas é resultante da clareza que os trabalhadores possuem de que é por meio do trabalho realizado pelo coletivo, que são geradas as suas respectivas rendas.

Quando os trabalhadores foram perguntados sobre as suas percepções em relação à diferença entre serem funcionários e serem cooperados e/ou associados em experiências de Economia Popular Solidária, 77,41% dos entrevistados responderam que existe muita diferença (somente 22,58% não responderam ou disseram que não havia diferença<sup>177</sup>). Estes dados podem ser visibilizados pelas seguintes respostas dos trabalhadores: “A gente é que é o dono” (SANDRA, COONCREAL); “Aqui a gente trabalha por conta” (VERA, COOSIVEST); “A gente mesmo que se manda” (REGINA, ACOTRALI); “Trabalha com mais liberdade” (ROSANGELA, ACOTRALI); “Aqui não tem patrão, é bem melhor do que trabalhar de doméstica, aqui a gente trabalha para a gente” (CARINE, ACOTRALI); “A gente se torna dona e temos que ter a cabeça no lugar” (DEISE, COOSIVEST).

Com base nestes comentários dos sujeitos, constata-se que os mesmos se sentem responsáveis pelos empreendimentos coletivos, pois se percebem como associados e/ou participantes dos empreendimentos. “Como dono, em primeiro lugar, deve prover os recursos materiais necessários à execução das operações; como usuário em consequência, deve assumir de forma plena suas obrigações para com a cooperativa” (NASCIMENTO, 2000, p. 14).

Nesse sentido, verifica-se que, ao se comprometerem com os empreendimentos populares (77,41%), esses sujeitos possivelmente compreendem a situação de não serem empregados ou funcionários de uma empresa capitalista, pois os trabalhadores percebem que são eles os responsáveis pelo funcionamento e

---

<sup>177</sup> Trabalhadores que integram a COOESTAL.

manutenção das experiências nas quais estão inseridos, assim como percebem, também, que são eles que realizam e organizam as suas atividades no trabalho e que os seus rendimentos dependem da quantidade de material que coletam, produzem e comercializam.

Essa característica dos sujeitos que integram os empreendimentos cooperativistas, em relação ao fato de se sentirem responsáveis pelos processos de trabalho (entre eles o de autogestão) dos empreendimentos coletivos, é algo que pode ser constatado desde os Precusores do Cooperativismo, por meio do historicismo realizado no Capítulo I - em que foi realizada uma retrospectiva das primeiras experiências associativistas e cooperativistas -, bem como sobre seus Precusores.

Quando os trabalhadores foram perguntados acerca do que vêm aprendendo em suas vivências nos empreendimentos coletivos, os mesmos comentaram o seguinte: “Bastante coisa, não tem chefe e a gente deve cuidar como trata os outros” (VERÔNICA, COONCREAL); “Que unidos a gente consegue chegar onde queremos” (FERNANDA, ACOTRALI); “Muita coisa, entre elas, trabalhar mais unido” (LENI, COOSIVEST); “Cuidar da natureza” (ELISANDRA, ACOTRALI); “Trabalhar em grupo, a ter união” (REGINA, COOSIVEST); “Aprendo muita coisa, as mulheres são muito trabalhadoras, elas que me ensinaram tudo” (RENATA, COOSIVEST); “A ter bastante paciência” (FERNANDA, ACOTRALI); “A ter compromisso, trabalhar em grupo, dividir tarefas” (JOÃO, ACOTRALI).

Com base nessas informações, percebe-se que os trabalhadores ressaltaram os seguintes elementos: que não possuem chefia, e conseqüentemente, se consideram responsáveis pelos empreendimentos; que devem preservar a natureza, pois possuem clareza da importância da preservação do meio ambiente (ACOTRALI); que devem trabalhar unidos, enquanto grupo.

Pode-se referir, por meio dessas respostas, que a vivência dos trabalhadores nos empreendimentos populares está relacionada com os seus processos de aprendizagem. “Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa” (FREIRE, 1989, p. 66). Possivelmente esses elementos referidos geram uma transformação na vida dos trabalhadores e sobre suas concepções de mundo; os mesmos explanaram que, apesar de suas vivências anteriores, estão aprendendo com suas inserções nas cooperativas e associação.

Como esses sujeitos trabalham em grupo, suas relações não são lineares e devem estar permeadas de conflitos (apesar de não terem explanado essa realidade nas suas respostas, com exceção da COOESTAL). São esses conflitos, no entanto, que possivelmente fazem com que os trabalhadores se (re)organizem para dar continuidade às atividades e necessidades que requerem os empreendimentos.

Quando os trabalhadores foram perguntados acerca de reflexões sobre o Cooperativismo, os mesmos responderam que, às vezes, nas reuniões, falam sobre este assunto. A maioria dos trabalhadores inseridos nos empreendimentos coletivos tem pouca e/ou muitas vezes, nenhuma formação sobre Cooperativismo, Associativismo ou Economia Popular Solidária (CADONÁ, 2003).

Nesse sentido, percebe-se novamente uma contradição nesses empreendimentos pesquisados, pois deveria existir um processo de reflexão, discussão e formação contínua acerca do significado do Cooperativismo, bem como da Economia Popular Solidária. Esse processo de reflexão sobre Cooperativismo e Economia Popular Solidária, assim como sobre o papel que essas experiências e que esses trabalhadores ocupam perante as relações societárias, poderia ser desenvolvido nas reuniões ou durante a realização das demais atividades que envolvem o processo de trabalho.

Além do esclarecimento dos trabalhadores, em relação à temática sobre Cooperativismo e sobre Economia Popular Solidária, percebe-se que existem outros desafios que estão postos aos empreendimentos cooperativistas, entre eles: desenvolver a capacidade dos trabalhadores em sistematizar o trabalho, substituindo as estruturas hierárquicas, por decisões democráticas, em alguns empreendimentos; aplicar corretamente os investimentos; qualificar permanentemente os trabalhadores; decidir sobre a reaplicação dos excedentes (RECH, 2000).

No que se refere ainda aos empreendimentos autogestionários, sabe-se que os mesmos sofrem forte pressão do sistema capitalista (PRATES, 1995), pois, muitas vezes, devem realizar adequações que são efetivadas por esses empreendimentos, devido ao mercado e suas exigências competitivas. Contata-se que, para que essas experiências coletivas possam ser mantidas e viabilizadas no mercado, é imprescindível o processo de comprometimento e conscientização dos trabalhadores, bem como o apoio e o incentivo de políticas sociais públicas, e de profissionais que possam contribuir com esses empreendimentos relacionados com a geração de trabalho e renda, entre eles, o assistente social.

Tendo como intencionalidade dar maior visibilidade aos dados analisados e apresentados nesta dissertação, referentes à relação entre as quatro experiências pesquisadas e os Princípios do Cooperativismo, será apresentado na figura a seguir que sintetiza a realidade pesquisada, demonstrando se os Princípios do Cooperativismo ocorrem ou não nos empreendimentos coletivos.

<b>PRINCÍPIOS</b>	<b>ACOTRALI</b>	<b>COOESTAL</b>	<b>COOSIVEST</b>	<b>COONCREAL</b>
<b>Adesão Livre</b>	Não Ocorre	Não ocorre	Ocorre	Ocorre
<b>Gestão Democrática</b>	Ocorre	Não ocorre	Ocorre	Ocorre
<b>Taxa Limitada de Juros ao Capital</b>	Ocorre	Ocorre	Ocorre	Ocorre
<b>Distribuição de Sobras Equivalentes</b>	Ocorre	Não ocorre	Ocorre	Ocorre
<b>Neutralidade Social e Política</b>	Não Ocorre	Não ocorre	Ocorre	Ocorre
<b>Ativa Cooperação entre as Cooperativas</b>	Não ocorre	Não ocorre	Não ocorre	Não ocorre
<b>Educação, Capacitação e Informação</b>	Não ocorre	Não ocorre	Não ocorre	Não ocorre

Figura 5 - Sistematização dos Princípios do Cooperativismo nas Experiências Pesquisadas

Com base nas informações contidas nesta figura síntese<sup>178</sup>, constata-se que: 50% das experiências pesquisadas permitem a livre entrada e saída dos trabalhadores, e 50% somente permitem a saída, pois a inserção de novos integrantes nos processos de trabalho, não estava sendo permitida por estes empreendimentos<sup>179</sup>; 75% das experiências desenvolvem relações democráticas e igualitárias entre os trabalhadores, sendo que os sujeitos participam e se sentem responsáveis pelas cooperativas e associação de trabalho, possibilitando que estes

<sup>178</sup> Essas informações são referentes a janeiro de 2005.

<sup>179</sup> Visto no subitem 4.1.

empreendimentos tornem-se autogestionários (com exceção da COOESTAL que, segundo os dados obtidos, realiza uma gestão centralizadora); 100% das cooperativas e associação não cobram juros dos novos associados, somente uma taxa de inserção (pró-labore); 75% das experiências partilham os rendimentos obtidos pelos empreendimentos, com igualdade entre os associados e/ou cooperados (somente a COOESTAL não mantém este tipo de partilha, pois a trabalhadora que possui maior qualificação profissional, é a cooperada que recebe o maior salário); nos demais empreendimentos somente os trabalhadores que estão na presidência das experiências, recebem um rendimento um pouco mais elevado, devido à responsabilidade assumida e, também, as quatro experiências coletivas reinvestem nas cooperativas e associação, seja para pagamentos de contas, de dívidas, compra de material, compra de equipamentos, entre outros; 50% das experiências não permitem a inserção de novos trabalhadores, e 50% permitem a inserção de novos cooperados; por meio dos dados obtidos, com exceção da COOESTAL que centraliza as decisões, não se possui elementos que possam referenciar a discriminação entre os trabalhadores, pelo contrário, pelas respostas dos sujeitos, observa-se a solidariedade e a cooperação nas relações que envolvem os processos de trabalho destes empreendimentos; 100% das experiências não participam das instâncias representativas da Economia Popular Solidária (como por exemplo, os fóruns regionais e estaduais, as feiras de Economia Solidária e nem do conselho que está em fase de implementação juntamente com a política de Economia Solidária); em 100% das cooperativas e associações não existe a constituição de um fundo que vise a formação e educação contínua dos trabalhadores.

Por meio destas informações pode-se referir que os empreendimentos coletivos necessitam de apoio de órgãos públicos que os assessorem, tendo como

proposição o desenvolvimento dos processos sociais desenvolvidos nas cooperativas e associações de trabalho, para que os empreendimentos se desenvolvam de forma completa - em relação aos Princípios do Cooperativismo -, dentro da perspectiva da Economia Popular Solidária. Para isso, necessita-se da constituição de um fundo nas cooperativas<sup>180</sup> que seja destinado à qualificação dos trabalhadores. Faz-se necessário também a participação dos sujeitos que estão inseridos nestes empreendimentos nas instâncias representativas. A participação das experiências coletivas nas instâncias de Economia Solidária proporcionará que estes empreendimentos não se reproduzam de forma isolada, mas interligados, criando força social, inclusive para reivindicar os direitos e auxílios que a política de Economia Solidária<sup>181</sup> se propõe a realizar.

Referente à inserção de novos trabalhadores na ACOTRALI, deveria ocorrer o apoio da prefeitura, para a promoção de uma campanha que incentivasse a coleta seletiva do lixo; isto evitaria a concorrência dos atravessadores, e possibilitaria que a ACOTRALI permitisse a entrada de novos associados. Também se enfatiza que deveria ser suscitado um processo de reflexão acerca dos Princípios do Cooperativismo nestes empreendimentos, pois esta reflexão proporcionaria um processo de conscientização acerca da realidade e da diferenciação dos processos de trabalho desenvolvidos por estes sujeitos equiparados aos demais empreendimentos existentes no sistema capitalista. Com esse processo de conscientização popular, seria incitado o fortalecimento das experiências coletivas, assim como daria visibilidade aos trabalhadores, da importância política, social, cultural, ideológica e econômica que representam as suas vivências e as

---

<sup>180</sup> Esse fundo deve ser proporcional aos rendimentos obtidos pela cooperativa, possivelmente poderia ser apreendido de uma parcela dos 10% que retornam aos empreendimentos coletivos.

<sup>181</sup> Visto no subitem 2.2.

experiências a que estão integrados.

Na medida em que estes trabalhadores desenvolvem atividades nos seus processos de trabalho respaldados em elementos que se contrapõem à lógica e finalidade do capitalismo, estas experiências, possivelmente, passam a representar também - além de gerar trabalho e renda -, um espaço político de contestação e resistência ao capitalismo. Novamente se refere que neste estudo não se compreende as experiências de Economia Popular Solidária como uma forma de transcender ou substituir o capitalismo; referencia-se, entretanto, que estes empreendimentos podem representar espaços de resistência e de contestação da classe trabalhadora a este modo de produção.

Apesar de nenhuma das cooperativas e associação pesquisadas estarem ocorrendo/funcionando de acordo com a efetivação dos sete Princípios do Cooperativismo, ressalta-se que são empreendimentos que tentam desenvolver os seus processos de trabalho e as suas gestões de forma autogestionária, democrática e solidária entre os sujeitos, com exceção da COOESTAL. Mesmo na COOSIVEST, que pode estar sendo utilizada como uma forma de terceirização do trabalho de uma empresa privada, percebe-se que existe uma lógica nas relações sociais e nos processos de trabalho que se diferencia dos demais empreendimentos inclusos no sistema capitalista.

Neste estudo enfatiza-se o Serviço Social como uma das profissões com possibilidades de aportar contribuições a esses empreendimentos, pois essas experiências surgem como uma das alternativas de gerar trabalho e renda, diante das manifestações da questão social - matéria-prima de trabalho do assistente social -, bem como os processos de trabalho nestes empreendimentos se diferem da lógica do capital. No próximo subitem será apresentado o papel do Serviço Social nessas experiências constituintes da Economia Popular Solidária.

#### 4.5 PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL À ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA

A inclusão dos sujeitos em experiências associativistas e/ou cooperativistas e o aumento de suas rendas individuais, e conseqüentemente familiares, fazem com que os trabalhadores, possivelmente, saiam de um estágio de exclusão e marginalização social. Estas experiências coletivas podem valorizar tanto os sujeitos como o trabalho desenvolvido por eles, contribuindo para a socialização dos processos de trabalho desenvolvidos nestes empreendimentos.

O compromisso ético-político dos profissionais de Serviço Social consiste na ampliação e consolidação da cidadania. Esta é considerada tarefa primordial de toda a sociedade com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras, e revela-se como um dos princípios fundamentais a serem operacionalizados pela profissão (CÓDIGO DE ÉTICA DOS ASSISTENTES SOCIAIS, 1993).

O Serviço Social possui também, como princípios, o posicionamento a favor da igualdade e da equidade social, opção por um projeto social, vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação e exploração de classe, etnia e gênero (CÓDIGO DE ÉTICA DOS ASSISTENTES SOCIAIS, 1993). O Serviço Social, portanto, pode ser uma das profissões com possibilidades de contribuir com as experiências de geração de trabalho e renda - que constituem a Economia Popular Solidária -, visando a autonomia destes trabalhadores diante dos processos de trabalho e o fortalecimento destes empreendimentos coletivos.

Pode-se referir também, que o Serviço Social é uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, e incluso no processo de (re)produção das relações sociais assumindo como objeto de trabalho a questão social. "Os assistentes sociais

trabalham com a questão social nas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública etc.” (IAMAMOTO, 2000a, p. 28).

É com esse direcionamento que se enfatiza a contribuição do Serviço Social com os trabalhadores e os empreendimentos populares e solidários de geração de trabalho e renda, pois essas experiências coletivas surgem como uma das formas de gerar trabalho e renda a esses sujeitos, diante das manifestações da questão social - entre elas, o desemprego, a precariedade das condições de trabalho, a exclusão, entre outros.

Quando se referencia o trabalho profissional do Serviço Social, tende-se a relacioná-lo com a sociedade, com sua Historicidade (movimento) e Contradições - práxis social. Para Marx, a *práxis* “está presente como elemento fundamental de transformação da sociedade e da natureza pela ação dos homens” (GOHN, 2002, p. 176). A transformação do social por meio de atividades teóricas, conjuntamente com atividades políticas e/ou produtivas, constituem a *práxis*, que tem como base fundante o mundo do trabalho. Para que ocorra a transformação no real por meio da *práxis*, no entanto, é necessário que exista a consciência de classe<sup>182</sup>.

A partir do documento ABEPSS (1996) - no qual o trabalho profissional do Serviço Social foi direcionado à perspectiva teórico-metodológica marxista - com sua concepção de homem e de mundo, a categoria “trabalho”<sup>183</sup> passa a ter maior

---

<sup>182</sup> Essa consciência de classe, que Marx se refere, é uma das condições necessárias à emergência de movimentos sociais (GOHN, 2002). Os movimentos sociais prospectavam alternativas diferenciadas de sistematização e organização dos processos de trabalho e/ou de geração de renda. O Cooperativismo se constituiu num desses movimentos.

<sup>183</sup> O Serviço Social passa a ser compreendido como uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho. Com essa perspectiva, o currículo do Serviço Social passou a ser constituído por três eixos centrais: Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social (desvelamento do ser social e da vida em sociedade - emergência da sociedade moderna), Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira (particularidades da historicidade da sociedade brasileira), Fundamentos do Trabalho Profissional (elementos integradores do Serviço Social como especialização do trabalho) (IAMAMOTO, 2000a).

visibilidade ao olhar do assistente social.

Para que o assistente social intervenha no real, deve ter como habilidade a capacidade de decifrar a realidade, propositando entre outras atividades, assessorar<sup>184</sup> e/ou acompanhar as alternativas de geração de trabalho e renda criadas pelos sujeitos, que sejam condizentes com os princípios da profissão. Para isso, se requer um profissional com criticidade (IAMAMOTO, 2000a), capaz de desvelar a gênese dos processos sociais e suas contradições - tendo como finalidade contribuir para a transformação do real. Ou seja, não basta ser um profissional somente executivo, mas investigativo, criativo (planejador) e prospectivo no seu trabalho profissional, no que se refere às manifestações que são expressas pela questão social, matéria-prima de trabalho do assistente social (PRATES, 2003).

Sendo assim, quando o assistente social interage com a realidade, o mesmo deve incitar no seu trabalho profissional o movimento de identificar e visualizar no singular o universal - e vice-versa -, no individual o social, no particular o total. Quando o assistente social intervém em uma determinada demanda (realidade situacional), deve interagir com aquela particularidade do real, tendo como finalidade visualizar naquela peculiaridade a Historicidade, a Totalidade e suas Contradições.

Nesta direção, o assistente social quando trabalha com empreendimentos coletivos e solidários, deve perceber que essas experiências são originadas, na atualidade, pelos trabalhadores e por instituições de apoio<sup>185</sup>, como uma das possibilidades de gerar trabalho e renda aos trabalhadores, diante das manifestações da questão social. Estes empreendimentos coletivos, entretanto,

---

<sup>184</sup> As assessorias são consideradas formas indiretas de prestação de serviços a órgãos governamentais, não-governamentais e empresas privadas. O profissional responsável pela execução desta atividade instrumental, normalmente, não tem vínculo empregatício com o empreendimento demandatário que assessoria.

<sup>185</sup> Visto no Capítulo II.

possuem outras características - referenciadas anteriormente -, que contribuem com uma lógica diferenciada na organização dos seus processos de trabalho, equiparados com os demais empreendimentos inclusos no sistema capitalista. Quando os processos de trabalho nestas experiências coletivas são realizados respaldados na solidariedade e cooperação entre os trabalhadores, bem como com a participação dos cooperados e/ou associados na gestão dos empreendimentos, pode-se referir que estes empreendimentos possivelmente se constituem, também, como formas de contestação e resistência dos sujeitos ao sistema capitalista.

O assistente social trabalha entre a produção da desigualdade e a produção da resistência e da rebeldia (IAMAMOTO, 2000a). Ou seja, o trabalho profissional dos assistentes sociais é realizado comumente com os segmentos sociais vulnerabilizados, que sofrem as manifestações da questão social - desigualdade social econômica, entre outras. Quando o assistente social intervém no real com estas demandas, entretanto, tem como intencionalidade a superação ou a transformação desta realidade. As experiências que constituem a Economia Popular Solidária, também surgem como formas de resistência dos sujeitos às manifestações da questão social. Outro lócus de grande importância ao trabalho do assistente, e, que tem como intencionalidade a inclusão dos sujeitos, referem-se aos programas e às políticas sociais públicas, como por exemplo, o programa de renda mínima<sup>186</sup>, a política de assistência social<sup>187</sup>, a política da saúde<sup>188</sup>, entre outras. Pode-se referir

---

<sup>186</sup> “O Programa Renda Mínima tem características próprias, por articular programas federais com complemento de recursos municipais, e consiste na concessão de uma bolsa [...] com a obrigatoriedade de frequência escolar de crianças e adolescentes. A duração do benefício é vinculada à presença dos filhos na escola, sendo feitos recadastramentos anuais” (SCHWENGBER, 2003, p. 117).

<sup>187</sup> “A assistência social foi a última área da seguridade social a ser regulada” (COUTO, 2004, p. 171) e a sua respectiva política pública (Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS) tem como finalidade o enfrentamento da pobreza, assegurar os mínimos sociais, a universalização dos direitos, juntamente com as demais políticas setoriais (LEI ORGÂNICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2000). O atual Sistema Único de Assistência Social - SUAS -, que está em fase de implementação, também prevê essas medidas.

<sup>188</sup> A política de saúde é representada pelo Sistema Único de Saúde - SUS -, “A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover condições indispensáveis ao seu pleno exercício” (SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, 2000, p. 118).

que as políticas sociais públicas também são formas de resistência às manifestações da questão social. Faz-se necessário, no entanto, que o assistente social articule os empreendimentos que constituem a Economia Popular Solidária, com sua respectiva política pública, bem como com as demais políticas sociais.

Assim como as políticas sociais públicas, que por intermédio de seus programas objetivam: “[...] superar o caráter compensatório, com emancipação socioeconômica, integrar e universalizar ações; priorizar a ação em bolsões de pobreza e violência, incentivar a cidadania com conceitos de pertencimento, ativação e protagonismo” (SCHWENGBER, 2003, p. 119), as experiências de Economia Popular Solidária também objetivam a superação do estágio de vulnerabilidade e inclusão social e econômica. O Programa de Economia Solidária objetiva promover o sentimento de pertencimento e de participação dos trabalhadores aos empreendimentos coletivos, visando a transformação da realidade das comunidades e dos sujeitos que estão incluídos nessas cooperativas e/ou associações.

Estes empreendimentos coletivos emergem devido às manifestações da questão social desencadeadas pela III Revolução Industrial, entretanto, realizam as atividades nos seus processos de trabalho, embasadas em relações solidárias. Ou seja, se não existisse a solidariedade, a cooperação, a participação, o surgimento de lideranças, a autogestão nos seus processos de trabalho e nas experiências, estas cooperativas e associação seriam caracterizadas como Economia Popular e não Economia Popular Solidária.

Desse modo, o assistente social não pode se ater somente aos aspectos pontuais dos empreendimentos populares, pois deve realizá-lo de modo a compreender os aspectos sociais, econômicos, culturais, políticos e ideológicos, tendo consciência que o seu trabalho está incluso na totalidade e no real.

Nessa direção, para que o assistente social planeje e intervenha nas experiências geradoras de trabalho e renda, faz-se necessário, num primeiro momento, um estudo investigativo acerca dessa realidade. Como não existe a ruptura entre a teoria e a prática no trabalho profissional do Serviço Social, faz-se necessário a existência de produções científicas relacionadas com essa temática, tendo como perspectiva a busca do conhecimento e a aproximação dessa realidade ao olhar do assistente social - visando a contribuição do mesmo.

[...] a pesquisa tem sido encarada como um elemento necessário para a “prática” [...] O que se reivindica, hoje, é que a pesquisa se afirme como uma dimensão importante do exercício profissional, visto ser uma condição para se formular respostas capazes de impulsionar a formulação de propostas profissionais que tenham efetividade e permitam atribuir materialidade aos princípios ético-políticos norteadores do projeto profissional (IAMAMOTO, 2000a, p. 56).

Nos últimos congressos nacionais realizados pela categoria profissional - pelo Serviço Social (Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - ENPESS, Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS, entre outros) -, foram apresentados trabalhos (relatos de experiência e ensaios teóricos) referentes à Economia Popular Solidária. Verifica-se, pois, que essas experiências populares, coletivas e solidárias, constituem-se em mais um espaço a ser ocupado (ou que já está sendo ocupado, em alguns casos) pelos assistentes sociais<sup>189</sup>.

A contribuição dos assistentes sociais nos empreendimentos de geração de trabalho e renda está sendo realizada pelo processo de incubagem - por meio de projetos de extensão vinculados a universidades e/ou por órgãos e políticas públicas

---

<sup>189</sup> Na região do Vale do Rio Pardo, verificou-se que não existe profissional de Serviço Social assessorando esses empreendimentos, assim como se constatou, também, que as demais áreas de saberes não estão atuando, de forma contínua, diante dessas cooperativas e associação. Já na cidade de Porto Alegre, durante o mês de janeiro (período da coleta de dados), a pesquisadora averiguou que, apesar de existir um trabalho qualificado de assessoramento e acompanhamento aos empreendimentos populares, na equipe interdisciplinar não existia nenhum assistente social.

(Federação, Estado e Município).

Este estudo não possui como intencionalidade apresentar uma proposta interventiva do assistente social nos empreendimentos de Economia Popular Solidária<sup>190</sup>, mas analisar os processos de trabalho em algumas experiências no Vale do Rio Pardo, com o intuito de contribuir com as mesmas. Com base nessa perspectiva, a pesquisadora - que é assistente social -, entrou em contato com os trabalhadores para efetivar a coleta dos dados.

[...] o que há muito a ciência [...] vem afirmando: toda vez que um agente entra em interação com uma situação com elementos que nela se encontram, ele já está interferindo na situação. Neste contexto, isso quer dizer que à medida que o assistente social entra em contato com uma situação social a ser descoberta, ou com os sujeitos nela envolvidos, ele intervém e mais que isso, produz modificações (MIOTO, 2001, p. 151).

Essa contribuição já pôde ser realizada, por meio do processo de reflexão ocasionado pelas entrevistas efetivadas, assim como pela divulgação da análise dos dados que será realizada após o término desta dissertação. Este trabalho realizado por meio desta pesquisa pode, inclusive, futuramente gerar um trabalho de acompanhamento e assessoramento aos empreendimentos pesquisados, ou a outros que vierem a necessitar.

Apesar desse estudo não ter como finalidade e centralidade a apresentação de uma proposta interventiva do Serviço Social, entretanto, faz-se importante introduzir, sucintamente, a instrumentalidade utilizada e alguns elementos constituintes do trabalho profissional dos assistentes sociais, que possivelmente norteariam os seus processos de trabalho nesses empreendimentos.

---

<sup>190</sup> Futuramente na Tese de Doutorado, a pesquisadora pretende aprofundar o trabalho profissional do Serviço Social nos empreendimentos coletivos, pois a assistente social estará assessorando algumas experiências de Economia Popular Solidária. Mediante esta pesquisa de Mestrado realizada no PPGSS da PUCRS, a pesquisadora recebeu um convite para assessorar empreendimentos de Economia Popular Solidária, pela incubadora da UNIJUÍ.

Pode-se referir como instrumentos e técnicas utilizados pelos assistentes sociais nos empreendimentos coletivos - com os trabalhadores e seus familiares: a realização de reuniões; assembléias; dinâmicas de grupo; entrevistas; elaboração de estudos sociais; realização de visitas domiciliares; realização de oficinas; entre outros.

À medida que o Serviço Social utiliza essa instrumentalidade no seu processo de trabalho, para intervir no real, no que se refere aos empreendimentos coletivos<sup>191</sup>, deve ter como intencionalidade o fortalecimento destas experiências e a autonomia destes trabalhadores<sup>192</sup>. O fortalecimento dos empreendimentos e da autonomia destes sujeitos pode ser realizado mediante a articulação destas experiências coletivas com políticas públicas (inclusive a de Economia Solidária) que tenham como proposição a inclusão social e econômica dos trabalhadores, promovendo a cidadania destes sujeitos; por meio de reflexões que incitem o processo de conscientização da realidade macro-econômica e social e desenvolva os processos sociais nestes empreendimentos; por intermédio de reflexões acerca do papel representativo da mulher nos empreendimentos coletivos e no mercado de trabalho, propositando o processo de conscientização e fortalecimento social destas trabalhadoras; por meio de incentivo de cursos de qualificação e de formação contínua dos cooperados e/ou associados acerca dos Princípios do Cooperativismo; pela promoção da participação dos trabalhadores nos processos de trabalho, bem como na gestão da cooperativa; desenvolver reflexões acerca do papel representativo do trabalho feminino nos empreendimentos e no mercado de trabalho, propositando o processo de conscientização e fortalecimento social destas

---

<sup>191</sup> Assim como nos conselhos, nos orçamentos participativos, sindicatos, e outras instituições que expressem e representem o coletivo.

<sup>192</sup> Não existe neutralidade no trabalho profissional do Serviço Social, mas um posicionamento ético-político assumido pela categoria profissional diante da realidade.

trabalhadoras, entre outros. Neste sentido, a promoção da autonomia e da cidadania dos sujeitos poderá suscitar a participação popular dos trabalhadores nas cooperativas/associações, assim como, colaborará com o fortalecimento e a viabilidade desses empreendimentos coletivos.

A participação não é uma questão do pobre, do miserável, ou do marginal; é questão a ser refletida e enfrentada por todos os grupos sociais que não chegam a penetrar as decisões que dizem respeito às suas condições básicas de existência. Por esse ângulo, a participação, longe de ser política de reprodução da ordem, é, sobretudo, questão social (SOUZA, 2004, p. 81).

Para que o assistente social contribua com o processo de participação dos trabalhadores nos empreendimentos coletivos (visando a autogestão dessas experiências), se requer um profissional que saiba fazer a leitura da realidade social. Para a realização de um trabalho que desvende a Totalidade, a Historicidade e as Contradições dos empreendimentos coletivos, o assistente social poderá decifrar nessas experiências os seguintes elementos: acontecimentos, cenários, atores, relação de forças, articulação entre a conjuntura e a estrutura (SOUZA, 1984), ou seja, o assistente social pode utilizar a análise de conjuntura como instrumentalidade no seu trabalho profissional.

A análise de conjuntura consiste em desvelar quem são os sujeitos que integram essas experiências; quais foram os principais acontecimentos (aspectos históricos mais importantes) desses empreendimentos; identificar onde e em quais locais e situações esses sujeitos realizam seus trabalhos; decifrar quais são as articulações dos trabalhadores e quais são os grupos que se mantêm no poder e/ou se há revezamento no processo de gestão; e por último, relacionar o particular com a totalidade, a conjuntura com a estrutura social, econômica, política, ideológica, cultural (SOUZA, 1984).

Após a realização do diagnóstico (identificando também os interesses e preocupações da população comunitária), proporcionado pela leitura da realidade por meio da análise de conjuntura, o assistente social pode e deve aportar contribuições a essas experiências. Existem alguns objetivos que, possivelmente, norteariam as ações dos assistentes sociais nos seus processos de trabalho; entre eles pode-se referir: apoiar a inserção social dos trabalhadores e de seus familiares em ações e empreendimentos de Economia Popular Solidária; assessorar os empreendimentos coletivos, com vistas a fortalecer os vínculos solidários, a participação e o estabelecimento de relações democráticas, entre os trabalhadores; contribuir com os empreendimentos coletivos, com vistas a legitimar e dar visibilidade às experiências de Economia Popular Solidária; desencadear reflexões sobre os Princípios do Cooperativismo e suas possíveis operacionalizações; colaborar com a organização da população usuária e com o planejamento de suas ações; desenvolver estratégias que colaborem para o relacionamento interpessoal dos trabalhadores (respeitando as suas diferenciações); promover a acolhida dos trabalhadores e de seus familiares; desenvolver a orientação e apoio sociofamiliar; desenvolver articulação do seu trabalho juntamente com profissionais de outras áreas de saber, prospectando a intervenção do Serviço Social de forma interdisciplinar; proporcionar articulação com a política de assistência social, de trabalho e de desenvolvimento econômico, bem como de geração de trabalho e renda.

Pela apresentação de alguns objetivos norteadores do trabalho profissional dos assistentes sociais nos empreendimentos coletivos, do posicionamento ético-político do Serviço Social diante da realidade e da explanação acerca da III

Revolução Industrial<sup>193</sup>, é que se pretende ressaltar a importância de pesquisas sobre a temática de Cooperativismo, bem como de Economia Popular Solidária, pois esses empreendimentos coletivos, mesmo estando inseridos no sistema capitalista, introduzem elementos que divergem da finalidade do capital (além de gerarem renda aos trabalhadores) e, ao mesmo tempo, vão ao encontro do posicionamento e visão de homem e de mundo, que é concebida pela categoria profissional do Serviço Social, conforme consta do Código de Ética de 1993. Em seguida serão tecidas as considerações finais sobre esta pesquisa.

---

<sup>193</sup> Visto no Capítulo I.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação de Mestrado teve como objetivo, analisar a organização dos processos de trabalho desenvolvidos em experiências de Economia Popular Solidária no Vale do Rio Pardo. Além de analisar os processos de trabalho em cooperativas e associação de trabalho, esta pesquisa teve como finalidade, também, fazer uma aproximação entre os empreendimentos que constituem a Economia Popular Solidária e a categoria profissional dos assistentes sociais, que pode ampliar seu processo de trabalho atuando junto a essas experiências de geração de trabalho e renda.

Para atingir os objetivos propostos, primeiramente foi realizada uma retrospectiva histórica sobre o Cooperativismo e as principais experiências que o constituíram, desde o século XV, tentando compreender esse tema em sua historicidade e em relação com a totalidade do social. Após introduzir os Precursores do Cooperativismo e o contexto em que essas experiências culminaram, pôde-se estabelecer uma relação entre os Precursores do Cooperativismo e as atuais experiências que constituem a Economia Popular Solidária.

Tanto a Cooperativa de *Rochdale* fundada na Inglaterra em 1844 - reconhecida como marco simbólico do Cooperativismo -, quanto as atuais

experiências de Economia Popular Solidária, surgiram, num primeiro momento, como alternativas criadas pelos trabalhadores para gerar trabalho e renda, diante das manifestações da questão social. As manifestações da questão social, entretanto, originadas pela I e II Revolução Industrial, diferem das atuais expressões da questão social - III Revolução Industrial. Jamais o capital alcançou um nível tão elevado de acumulação nos seus processos de produção, a ponto de excluir, acirradamente, uma massa de sujeitos do mercado formal de trabalho - especialmente os menos qualificados.

Pode-se considerar, também, que essas experiências cooperativistas e associativistas representem, possivelmente, formas de resistência e de contestação dos sujeitos ao sistema capitalista. É importante que se faça referência a essa realidade, devido a ruptura que essas experiências coletivas, populares e solidárias, introduzem nas relações que envolvem os seus processos de trabalho, respaldados em princípios de solidariedade, democracia, participação e autogestão dos empreendimentos, diferenciando-se, assim, da lógica e da finalidade do sistema capitalista - de acumulação e centralização de capital.

Com base nos dados obtidos por meio desta pesquisa, realizada em três cooperativas (COOESTAL, COONCREAL e COOSIVEST) e uma associação (ACOTRALI) de trabalho, nas zonas urbanas do Vale do Rio Pardo, constatou-se que os 31 trabalhadores entrevistados que integram esses empreendimentos apresentam as seguintes características: os trabalhadores com faixas etárias entre 19 e 50 anos correspondem a 80,63% dos integrantes das cooperativas e da associação - sendo que 32,25% estão com idade entre 41 a 50 anos -; 61,29% dos trabalhadores não possuem Ensino Fundamental completo; 74,19% dos sujeitos já estiveram inseridos em outras experiências profissionais de trabalho; para 77,42% dos trabalhadores, o trabalho desenvolvido nas cooperativas e na associação

representa sua única fonte de renda individual; 88,46% dos trabalhadores inseridos nas quatro experiências coletivas correspondem ao sexo feminino.

Estes dados são ilustrativos de que os sujeitos que integram os empreendimentos coletivos no Vale do Rio Pardo são trabalhadores com baixa qualificação profissional e, se não estivessem incluídos nessas cooperativas e associação, possivelmente estariam em situação de vulnerabilidade social. Outra característica relevante é de que a grande maioria dos cooperados e associados dos empreendimentos pesquisados é constituída por mulheres. Possivelmente na Região do Vale do Rio Pardo, assim como nas regiões metropolitanas, o desemprego feminino seja superior ao masculino, bem como proporciona visibilidade a grande inserção das mulheres nas atividades produtivas, demonstrando que estes empreendimentos constituem-se em espaços de resistência às manifestações da questão social, efetivados principalmente pelas mulheres.

Neste sentido, mesmo com os baixos rendimentos obtidos pelos trabalhadores nestas experiências (entre meio salário mínimo a dois salários mínimos), pode-se constatar que são muito significativas a estes sujeitos. Verifica-se então que, primeiramente, o que faz com que os trabalhadores se insiram nesses empreendimentos coletivos é a possibilidade de gerar trabalho e renda.

Os objetos de trabalho dos empreendimentos coletivos pesquisados são constituídos pela coleta e seleção de lixo - ACOTRALI e COONCREAL -, pela confecção de roupas *Jeans* - COOSIVEST - e pelo cuidado de crianças e adolescentes por meio da constituição de uma creche - COOESTAL. O objeto de trabalho desse último empreendimento é questionável, pois, como “creche” ou desenvolvendo atividades complementares à escola foge das características dos empreendimentos de geração de trabalho e renda.

Existem outros elementos constitutivos e peculiares que merecem ressaltar nessas experiências coletivas. Com exceção da COOESTAL, cooperativa que difere de vários Princípios do Cooperativismo, as demais experiências pesquisadas - segundo as respostas dos trabalhadores obtidas por meio de entrevistas -, se orientam pelos princípios de igualdade, solidariedade, democracia entre os sujeitos. Na COOESTAL ocorre um processo de dependência e de centralização de poder, ou seja, existe uma gestão centralizadora e os trabalhadores não desenvolvem autonomia em relação aos processos de trabalho que desenvolvem, bem como não participam das decisões relativas ao empreendimento.

Os processos de trabalho realizados pelas demais cooperativas e associação pesquisadas - mesmo a COOSIVEST, que possivelmente está sendo utilizada como uma forma de terceirização de serviço - possuem como característica central os seguintes elementos: as atividades e as tarefas desenvolvidas pelos trabalhadores são realizadas por meio de rodízio entre os sujeitos, ou seja, alternância nas atividades que desenvolvem (polivalência); a partilha dos rendimentos é efetivada em condições de igualdade entre os trabalhadores (todos os sujeitos recebem o mesmo valor, com exceção do sujeito que ocupa o cargo de presidente nas cooperativas); a solidariedade entre os trabalhadores está presente nos processos de trabalho; os trabalhadores possivelmente se identificam com as atividades que realizam (pois participam de várias etapas dos processos de trabalho); existe o processo de conscientização dos trabalhadores, no que se refere à realidade socioeconômica; os sujeitos trabalham de segunda a sexta-feira, em torno de 8 horas diárias (com exceção da ACOTRALI e da COONCREAL, que trabalham mais horas durante a semana); ocorre o processo de participação do coletivo, diante das atividades que devem ser desempenhadas e perante as decisões cabíveis aos cooperados e/ou associados nos processos de trabalho; os quatro empreendimentos

pesquisados possuem diretoria, com durabilidade da gestão de dois anos (eleita pelo coletivo); os trabalhadores contribuem com a Previdência Social na categoria de autônomos (sugere-se por meio deste estudo, a criação de uma nova categoria à Previdência, que agregue os trabalhadores participantes destes empreendimentos coletivos, diferenciando-os da categoria de autônomos).

Refere-se também que, 77,41% dos trabalhadores entrevistados responderam que percebem a diferença entre serem empregados ou cooperados/associados nesses empreendimentos coletivos. Esse processo de conscientização em relação as suas inserções nas cooperativas e associação - segundo suas respostas -, lhes proporciona o sentimento de responsabilidade pelas experiências em que estão inseridos. Pode-se referir, assim, que nessas experiências coletivas existem outras características que também são importantes, além do aspecto econômico, não se constituindo então, apenas numa possibilidade de gerar trabalho e renda aos trabalhadores.

Constata-se que nos empreendimentos pesquisados existe uma lógica diferenciada em relação aos demais empreendimentos inseridos no sistema capitalista (com exceção da COOESTAL), pois elementos como de solidariedade, conscientização, igualdade, participação e tentativa de autogestão, se fazem presentes nos processos de trabalho desenvolvidos pelos trabalhadores.

Enfatiza-se, entretanto, a importância de políticas sociais públicas, que forneçam recursos financeiros e profissionais para assessorar e qualificar esses sujeitos, bem como os empreendimentos em que estão inclusos. Este apoio governamental, contudo, deve ter como perspectiva o fortalecimento destes empreendimentos, e não a dependência e/ou terceirização dos serviços públicos - direitos dos cidadãos.

Neste sentido, refere-se ao fato de que algumas cooperativas e associações vêm sendo utilizadas como formas de publicização ou terceirização de serviços públicos e de privados. Esta realidade pode estar ocorrendo com os trabalhadores da COOESTAL e da COOSIVEST. Mas, constata-se uma diferença entre essas experiências, pois, ao contrário da COOESTAL, os trabalhadores da COOSIVEST são conscientes de sua dependência - que foge à finalidade dessas experiências. As experiências de Economia Popular Solidária objetivam gerar trabalho e renda aos trabalhadores, mas também, pretendem organizar de forma diferenciada os seus processos de trabalho - em relação aos demais empreendimentos inseridos no sistema capitalista -, tendo como base a solidariedade e a cooperação entre os sujeitos, desenvolvendo sua autonomia.

Outra questão importante é a falta do processo de reflexão acerca dos Princípios do Cooperativismo nessas experiências, papel que poderia ser ocupado pelos assistentes sociais que estivessem assessorando estes empreendimentos. O assistente social poderia, além de promover reflexões acerca do Cooperativismo - objetivando o processo de conscientização dos trabalhadores -, contribuir para o fortalecimento destes empreendimentos e de autonomia dos trabalhadores nas atividades que realizam; promover articulações com as políticas sociais públicas, visando a cidadania destes sujeitos; proporcionar esclarecimento aos trabalhadores sobre a importância da igualdade nas relações com as atividades que desenvolvem; e, incentivar a participação dos sujeitos nas cooperativas e/ou associações, objetivando a autogestão dos empreendimentos coletivos. Realça-se, assim, a contribuição do trabalho profissional do Serviço Social nas cooperativas e associações, que constituem a Economia Popular Solidária.

Por fim destaca-se a importância e a relevância deste estudo, pois, praticamente, não existem pesquisas e bibliografias referentes ao Cooperativismo e

sobre a Economia Popular Solidária na região do Vale do Rio Pardo. Com a inserção da classe trabalhadora na lógica do sistema capitalista, em que é considerado cidadão o sujeito que está incluído no mercado formal de trabalho ou que possui uma fonte de renda, enfatiza-se a importância do apoio às experiências que constituem a Economia Popular Solidária. Esses empreendimentos coletivos comumente são suscitados pelos sujeitos como uma das alternativas de gerar trabalho e renda, diante das manifestações da questão social - matéria-prima de trabalho dos assistentes sociais.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís. A situação da mulher latino-americana: o mercado de trabalho no contexto da reestruturação. In: DELGADO, Didice G.; CAPPELLIN, Paola; SOARES, Vera. **Mulher e trabalho**: experiências de ação afirmativa. São Paulo: Boitempo, 2002.

AGUIAR, C. S. **Economia Popular Solidária**: alternativas às transformações no mundo do trabalho. Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002. (Dissertação de Mestrado).

ALBUQUERQUE, P. P. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2003.

ARRUDA, Marcos. **Globalização e América Latina**: oportunidades e desafios. Rio de Janeiro: Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul, 1999.

\_\_\_\_\_. **Humanizar o infra-humano**: a formação do ser humano integral: homo evolutivo, práxis e economia solidária. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BARDIN, Lourence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social no capitalismo tardio**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BREUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95). In: ROCHA, Maria I. B (Org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanência e desafios**. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG/ São Paulo: Ed. 34, 2000.

BULLA, Leonia Capaverde. **Serviço Social, educação e práxis: tendências teóricas e metodológicas**. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1992. (Tese de Doutorado).

CADONÁ, Marco André. **Economia solidária: experiências populares de geração de trabalho e de renda no Vale do Rio Pardo**. Departamento de Ciências Humanas. Santa Cruz do Sul, 2003. (Relatório de Pesquisa - UNISC).

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CARVALHO, Nanci Valadares de. **Autogestão: o governo pela autonomia**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CASTEL, Robert. **Desigualdade e questão social**. São Paulo: EDUC, 1997.

CATTANI, Antonio David. **Trabalho & autonomia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Trabalho e tecnologia: dicionário crítico**. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

CÓDIGO DE ÉTICA. In: **Coletânea de Leis**, CRESS 10ª Região - Gestão 1999/2002, Porto Alegre, 2002.

COCCO, Giuseppe. **Trabalho e cidadania: produção e direitos na era da globalização**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

COLBARI, Antonia L. **Ética do trabalho**. São Paulo: Letras & Letras/ FCAA/ UFES, 1995.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2004.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do estado**. 20.ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

DEDDECA, Cláudio. Racionalização econômica e heterogeneidade nas relações e nos mercados de trabalho no capitalismo avançado. In: OLIVEIRA, C. F. B. de;

MATTOSO, J. e L. (Orgs.). **Crise e trabalho no Brasil**: modernidade ou volta ao passado. São Paulo: Scritta, 1996.

DEDDECA, Cláudio. As mudanças no sistema das relações de trabalho. In: Diplô Brasil: **Caderno de Debates do Lê Monde Diplomatique**. Edição brasileira - especial n. 1: Globalização e mundo do trabalho - set. 2000 - A Caminho do Fórum Social Mundial. p. 4-6.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em Ciências Sociais**. 2.ed. ver. e ampl. São Paulo: Atlas, 1989.

\_\_\_\_\_. **Avaliação qualitativa**. Campinas, SP: Autores Associados, 1999. (Polêmicas do nosso tempo).

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Pesquisa de emprego e desemprego das regiões metropolitanas** (ano de 2002). Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acesso em: 26 dez. 2005.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa de emprego e desemprego das regiões metropolitanas** (novembro de 2005). Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acesso em: 26 dez. 2005.

DE PAULA, J. Desenvolvimento e gestão compartilhada. In: SILVEIRA, C. M.; REIS, L. C. (Org.). **Desenvolvimento local**: dinâmicas e estratégias. Rio de Janeiro: Comunidade Solidária; Governo Federal; Ritz, 2001.

DRUCK, Graça. **Terceirização**: (des) fordizando a fábrica. Um estudo do complexo petroquímico. São Paulo: Boitempo, 1999.

DRUCK, Graça. A cultura da qualidade nos anos 90: a flexibilização do trabalho na indústria petroquímica da Bahia. In: MOTA, Ana Elizabete (Orgs.). **A nova fábrica de consensos**: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

E19 **Economia Solidária em Desenvolvimento**. Brasília: TEM; SENAES, 2003.

FARIA, José Henrique de. **Relações de poder e formas de gestão**. 2.ed. Curitiba: Criar, 1985.

FEE. **Fundação de Economia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>. Acesso em: 26 dez. 2005.

FLEURY, A. C. C.; VARGAS, N. (Orgs.). **Organização do trabalho**: uma abordagem interdisciplinar. Sete casos brasileiros para estudo. São Paulo: Atlas, 1983.

FONSECA, Tânia M. G. **Gênero, subjetividade e trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 9.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 23.ed. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1989. (Coleção polêmicas do nosso tempo; 4).

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1983.

GAIGER, Luís Inácio. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER, P.; SOUZA, A. (Orgs.). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000, p. 267-286.

GRAÇA, Marcos. Cooperar para fugir do desemprego. In: BISSIO, Beatriz (Diretora). **Cadernos do terceiro mundo - Biopirataria: a amazônia em perigo**. Editora Terceiro Mundo. n. 205, 1988.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2002.

\_\_\_\_\_. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**: a sociedade civil brasileira na era da globalização. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GUÉRIN, Isabelle. Sociologia econômica e relações de gênero. In: EMÍLIO, Marli; TEIXEIRA, Marilane; NOBRE, Miriam et al. (Orgs.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres**: desafios para as políticas públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

GUIMARÃES, G.; SCHWENGBER, A. (Orgs.). **Diretrizes para Políticas Públicas de Economia Solidária: a contribuição dos gestores públicos**. Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. Rio de Janeiro: ITCP/COPPE/UFRJ, 2004.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Tradução de A. U. Sobral e M. S. Gonçalves. 8.ed. São Paulo: Loyola, 1999.

HOBSBAWM, Eric. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1983.

HUGON, Paul. **História das Doutrinas Econômicas**. 14.ed. São Paulo: Atlas, 1980.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2000a.

\_\_\_\_\_. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2000b.

IANNI, Octávio. O mundo do trabalho. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **A reinvenção do futuro**: trabalho, educação, política na globalização do capitalismo. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 26 dez. 2005.

IRION, J. E. **Cooperativismo e Economia Social**. São Paulo: STS, 1997.

JUNIOR, Plínio de Arruda Sampaio. Os desafios da luta de classes na economia globalizada. In: Diplô Brasil: **Caderno de Debates do Lê Monde Diplomatique**. Edição brasileira - especial n. 1: Globalização e mundo do trabalho, p. 7-9, set. 2000. A Caminho do Fórum Social Mundial.

KLARMANN, Herbert. A industrialização e o comércio regional no Vale do Rio Pardo. In: VOGT, Olgário P; SILVEIRA, Rogério L. L. (Orgs.). **Vale do Rio Pardo**: (re)conhecendo a região. Santa Cruz do Sul, EDUNISC. p. 259-280. 2001.

KOSICK, Karel. **A dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 28.ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

LARANGEIRA, Sonia M. G. Círculos de controle de qualidade. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **Trabalho e tecnologia**: dicionário crítico. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes. p. 40-43. 2000.

LEBOUTTE, Paulo. **Economia Popular Solidária e políticas públicas**: a experiência pioneira do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: ITCP/COPPE, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal e lógica dialética**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LEI DE DIRETRIZES E BASE DE EDUCAÇÃO. In: **Coletânea de Leis**, CRESS 10ª Região. Porto Alegre. Gestão 1999/2002,

LEI DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL. In: **Coletânea de Leis**, CRESS 10ª Região. Porto Alegre. Gestão 1999/2002.

LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL. In: **Coletânea de Leis**, CRESS 10ª Região - Gestão 1999/2002, Porto Alegre.2002.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 6.ed. São Paulo: Cortez, 1998a.

\_\_\_\_\_. **A evolução política de Lukács (1909-1929)**. São Paulo: Cortez, 1998b.

MANCE, Euclides. **A revolução das redes**: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MAGRÃO, Sérgio; SÁ, Luiz Carlos. **Caçador de Mim**. 61481165 Emi/Vitale (P), 1981.

MARQUES, Ivan da Costa. **O Brasil e a abertura dos mercados**: o trabalho em questão. São Paulo: ABET, 1998.

MARTINELLI, M. L.; KOUMROUYAN, E. Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnico-operativos em Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 45. p. 137-141, São Paulo: Cortez, 1994.

MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da economia política. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3.ed. São Paulo: Nova Cultura, 1988. v.I.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Feuerbach. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Grijalbo, 1977.

MATTOSO, Jorge. **A desordem no trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995, p. 69-109.

\_\_\_\_\_. A desestruturação da democracia. In: **Diplô Brasil: Caderno de Debates do Lê Monde Diplomatique**. Edição brasileira - especial n. 1: Globalização e mundo do trabalho, p. 14-16, set. 2000.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Perícia Social: proposta de um percurso operativo. In: **Revista Quadrimestral de Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 67, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 6.ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1999.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NASCIMENTO, Fernando Rios do. **Cooperativismo como uma alternativa de mudança**: uma abordagem normativa. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

NETO, Honor de Almeida. **Trabalho infantil**: a formação da criança-jornaleira de Porto Alegre. Canoas: ULBRA, 2002.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 50, p. 87-132, 1996.

NOBRE, Miriam. As mulheres nos programas de inclusão social. In: EMÍLIO, Marli; TEIXEIRA, Marilane; NOBRE, Miriam et al. (Orgs.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres**: desafios para as políticas públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

O' CONNOR, James. **USA: a crise do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia Brasileira: crítica a razão dualista**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

OLIVEIRA, Francisco de. Globalização e antivalor: uma antiintrodução ao antivalor. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **A reinvenção do futuro: trabalho, educação, política na globalização do capitalismo**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

OLIVEIRA, Nestor Braz de. **Cooperativismo: guia prático**. 2.ed. Porto Alegre: Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul, 1984.

ONOFRIO, Paulo. Cooperativismo no Rio Grande do Sul. Conferência proferida em 1959. In: **Veritas**. Revista da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, n. 1, Porto Alegre: Editora Tipografia Champagnat, 1961. Tomo VI.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PETI. **Manual de orientações**. Brasília: (s.n.), 2002.

PINHO, Diva Benevides. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalistas e socialistas**. São Paulo: Pioneira, 1966a.

\_\_\_\_\_. **Que é cooperativismo**. São Paulo: Editora S.A., 1966b.

\_\_\_\_\_. **Economia e cooperativismo**. São Paulo: Saraiva, 1977.

\_\_\_\_\_. **O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo: Saraiva, 2004.

PIRES, Denise. **Reestruturação produtiva e trabalho em saúde no Brasil**. São Paulo: Conferência Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social - CUT; Annablume, 1998.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria e sua apropriação pelo Serviço Social**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PRATES, Jane Cruz. **Gestão estratégica de instituições sociais: o método marxiano como mediação do projeto político**. Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1995. (Dissertação de Mestrado).

\_\_\_\_\_. **Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do assistente social**. Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003. (Tese de Doutorado).

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO NO BRASIL - PNUD BRASIL. **Relatório sobre desenvolvimento humano no Brasil de 1996**. Brasília: PNUD/IPEA, 1996.

RAZETO, Luis. O papel central do trabalho e a economia de solidariedade. **Proposta**, 75: 91-99. Rio de Janeiro, dez./fev. 1997.

RAZETO, Luis. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M.; GUTIÉRREZ, F. (Orgs.). **Educação comunitária e economia popular**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

RECH, Daniel. **Cooperativas**. Uma onda legal. Rio de Janeiro, 1991. (Coleção Socializando o Conhecimento, n. 8).

\_\_\_\_\_. **Cooperativas**: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

REIS, Carlos Nelson dos. Exclusão social: a multidimensionalidade de uma definição. In: DESAULNIERS, J.; MENDES, J. M. (Orgs.). **Textos & Contextos**: perspectivas da produção do conhecimento em Serviço Social, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p. 123-140.

RICO, E. de M.; RAICHELIS, R. (Orgs.). **Gestão social**: uma questão em debate. São Paulo: EDUC; IEE, 1999.

SALAMA, Pierre; VALIER, Jacques. **Uma introdução à economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SCHMIDT, J. P.; GOES, C. H. B. In: CORREA, S. M. de; ETGES, V. E. (Orgs.). **Território & População**. 150 Anos de Rio Pardo. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

SCHNEIDER, José Odelso. **Democracia-participação e autonomia cooperativa**. São Leopoldo: UNISINOS, 1991.

SCHWENGBER, Ângela M. Economia Solidária - de estratégia de resistência a estratégia de desenvolvimento. In: EMÍLIO, Marli; TEIXEIRA, Marilane; NOBRE, Miriam et al. (Orgs.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres**: desafios para as políticas públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

SCHONS, Selma. **Assistência Social entre a ordem e a “des-ordem”**: mistificação dos direitos sociais e da cidadania. São Paulo: Cortez, 1999.

SEBRAE. **Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br>>. Acesso em: 21 maio 2001.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SETÚBAL, Agliar Alencar. **Pesquisa em Serviço Social**: utopia e realidade. São Paulo: Cortez, 1995.

SILVEIRA, Rogério L. L. **Cidade, corporação e periferia urbana**: acumulação de capital e segregação espacial na (re)produção do espaço urbano. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1999.

\_\_\_\_\_. Economia Socialista. In: SINGER, P.; MACHADO, J (Orgs.). **Economia Socialista**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

\_\_\_\_\_; SOUZA, A. R. (Orgs.). **A Economia Solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. In: **Coletânea de Leis**, CRESS 10ª Região - Gestão 1999/2002, Porto Alegre.2002.

SOARES, Vera. A construção da cidadania fragilizada da mulher. In: EMÍLIO, Marli; TEIXEIRA, Marilane; NOBRE, Miriam et al. (Orgs.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres**: desafios para as políticas públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

SOUZA, Hebert J. **Como se faz análise de conjuntura**. Petrópolis: Vozes/IBASE, 1984.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 10.ed. São Paulo: Contexto, 2000.

T319. **Termo de Referência em Economia Solidária**: Plano Nacional de Qualificação 2003-2007. Brasília: TEM, SENAES, 2005.

TIRIBA, L. A Economia Popular Solidária no Rio de Janeiro: tecendo os fios de uma nova cultura do trabalho. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). **A Economia Solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. p. 221-224.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELOS, Ana Maria de. Relação teoria/prática: o processo de assessoria/consultoria e o Serviço Social. Separata de: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 56, p. 114-134, mar. 1995.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A - Termo de Consentimento

Fui informado(a) sobre o Projeto “**Processos de Trabalho na Economia Popular Solidária: uma forma diferenciada de organização do trabalho coletivo**”, que tem como objetivo analisar a organização do trabalho em experiências que geram trabalho e renda, no Vale do Rio Pardo. Nesta pesquisa serão analisados documentos e entrevistas estruturadas com as lideranças das cooperativas/associações e com os trabalhadores(as). Os dados e resultados individuais deste trabalho estarão sempre sob sigilo ético, não sendo mencionado os nomes dos participantes em nenhuma apresentação oral ou material escrito que venha a ser publicado. Os associados(as) que responderam ao formulário e as entrevistas, não sofrerão nenhum risco ou dano. Se durante a pesquisa o associado(a) decidir não continuar mais a responder, terá toda a liberdade para o fazer, sem que isto lhe acarrete qualquer prejuízo.

Dentro destas condições, me disponho a responder às questões do formulário, assim como as perguntas da entrevista. Estou ciente de que, mesmo não recebendo nenhum benefício direto ou imediato deste estudo, minha participação será de extrema importância para um conhecimento aprofundado sobre a Economia Popular Solidária no Vale do Rio Pardo. Após estar ciente e ter sido devidamente informado(a) sobre os aspectos da pesquisa, por meio do termo de Consentimento, e ter esclarecido minhas dúvidas, eu concordo em participar desta pesquisa.

---

Nome e assinatura do entrevistado(a)

---

Caroline Goerck - Pesquisadora

Porto Alegre, \_\_\_ / \_\_\_ / 05.

APÊNDICE B - Formulário de Pesquisa I<sup>194</sup>**Dados de Identificação da Associação:**

1. Nome: \_\_\_\_\_

2. Endereço/Bairro: \_\_\_\_\_

3. Fone: \_\_\_\_\_

4. Trajetória da experiência: quando, como e por que começou:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

5. Enfrentam concorrência no mercado: ( ) Sim ( ) Não

6. (Se sim na anterior) De quem: \_\_\_\_\_

7. Com quem comercializam os materiais recolhidos e/ou prestam serviços:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

8. Números de cooperados/associados: Homens: \_\_\_\_ Mulheres: \_\_\_\_ Total: \_\_\_\_

9. O local da cooperativa/associação é: ( ) Próprio ( ) Cedido

( ) Financiado ( ) Ocupado ( ) Outro: \_\_\_\_\_

10. O empreendimento possui vínculo e/ou recebe assessoria de alguma instituição e/ou profissional: ( ) Sim ( ) Não.

11. (Se sim na anterior) De quem: \_\_\_\_\_

12. A cooperativa/associação recebe apoio financeiro: ( ) Sim ( ) Não

<sup>194</sup> Aplicado por meio da técnica de entrevista, com as lideranças das cooperativas e associação.

13. (Se sim na anterior) De quem?

---

---

---

14. Principais materiais comercializados e/ou serviços prestados:

<b>Material</b>

15. Movimentação Financeira:

Saída R\$ \_\_\_\_\_ Entrada R\$ \_\_\_\_\_ Sobras R\$ \_\_\_\_\_

16. Tem diretoria: ( ) Sim ( ) Não

17. Composição da diretoria:

---

---

18. Duração da gestão: \_\_\_\_\_

19. Quais são as perspectivas do grupo na cooperativa/associação?

---

---

---

---

20. Vocês permitem que outros sujeitos, trabalhadores e trabalhadoras, se associem na experiência: ( ) Sim ( ) Não

21. (Se sim ou não na anterior) Por quê?

---

---

---

---

APÊNDICE C - Formulário de Pesquisa II<sup>195</sup>**Dados de Identificação do Trabalhador:**

1. Idade: \_\_\_\_\_

2,. Escolaridade: \_\_\_\_\_

3. Já morou em outros municípios: ( ) Sim ( ) Não

4. (Se sim na anterior) Quais motivos:

---

---

---

---

5. Estado Civil: ( ) Solteiro(a) ( ) Casado(a) ( ) Separado(a) ( ) Viúvo(a)

( ) Ajuntado(a) ( ) Outro

---

6. Possui Filhos: ( ) Sim ( ) Não

7. (Se sim na anterior) Quantos?

---

---

---

8. Você mora com quem: ( ) Sozinho ( ) Com familiares ( ) Com amigos

( ) Companheiro

9. Qual é a sua renda individual: R\$

---

---

---

<sup>195</sup> Aplicado por meio da técnica de entrevista, com os trabalhadores das cooperativas e associação.

10. Sua moradia é: ( ) Própria ( ) Alugada ( ) Cedida ( ) Ocupada  
( ) Outro \_\_\_\_\_

11. Já trabalhou em outro local antes: ( ) Sim ( ) Não

12. (Se sim na anterior) O que fazia? \_\_\_\_\_

13. (Se sim na 11) Há diferença entre ser empregado/funcionário numa empresa e ser cooperado/associado em uma experiência de geração de trabalho e renda:

( ) Sim ( ) Não

14. (Se sim na anterior) Qual? O que muda?

---

---

15. Você trabalha com mais alguma atividade: ( ) Sim ( ) Não

16. (Se sim na anterior) Em quê:

---

---

---

17. Há quanto tempo trabalha na cooperativa/associação:

---

---

---

18. Por que começou a trabalhar na cooperativa/associação:

---

---

19. Você trabalha quantas horas por dia: ( ) 8 h ( ) 6 h ( ) 4 h ( ) 10 h

( ) Outro \_\_\_\_\_

20. Você trabalha final de semana: ( ) Sim ( ) Não

21. Sua renda melhorou depois que se associou? ( ) Sim ( ) Não

22. Você contribui para previdência social: ( ) Sim ( ) Não

23. (Se sim na anterior) Como: ( ) Carteira assinada ( ) Como autônomo

24. O que você gostaria de fazer ou que fizessem para que seu trabalho melhorasse:

---

---

**Dados de Identificação do Processo de Trabalho na Associação:**

25. No processo de tomada de decisões, quem decide:

( ) O grupo ( ) Somente a diretoria

26. Os trabalhadores recebem algum treinamento ou curso:

( ) Sim ( ) Não

27. (Se sim na anterior) Qual ou de quem:

---

---

28. Existe reflexão na cooperativa/associação sobre os princípios do Cooperativismo ou Economia Popular Solidária: ( ) Sim ( ) Não

29. (Se sim na anterior) Quando? \_\_\_\_\_

30. Como são divididas as sobras da cooperativa/associação, entre os trabalhadores?

---

---

31. Há rodízio das tarefas/atividades entre os trabalhadores? ( ) Sim ( ) Não

32. (Se sim na anterior) Quais os critérios e/ou em quanto tempo:

---

---

33. Você sugere alguma política ou programa público para auxiliar no seu trabalho:

---

---

---

34. Vocês se preocupam com a questão ecológica / poluição ambiental:

( ) Sim ( ) Não

35. (Se sim na anterior) Por quê?

---

---

---

---

36. Há cooperação entre o grupo? ( ) Sim ( ) Não

37. (Se não na anterior) Por quê?

---

---

---

38. Quando alguém fica doente, o cooperado/associado recebe uma parcela das sobras? Nesse caso, qual é o procedimento?

---

39. Você se considera responsável pela cooperativa/associação: ( ) Sim ( ) Não

40. A experiência de ser cooperado/associado, vem ensinando algo para você?

---

---

---

41. Você expõe a sua opinião quando não concorda com algo ou uma decisão:

Sim  Não

42. (Se não na anterior) Por quê?

---

---

---

43. Você participa das reuniões da cooperativa/associação:

Sempre  Não  Às vezes

44. Por quê?

---

---

---

## APÊNDICE D - Roteiro para Análise Documental

1. Quando foi instituída a cooperativa/associação?

---

---

2. Como é composta a diretoria?

---

---

3. Como se desenvolve o processo de trabalho na cooperativa/associação?

---

---

4. Houve mudanças nos processos de trabalho desde a fundação da cooperativa/associação?

---

---

---

5. Ocorre reuniões/assembleias entre os associados? (Se sim) Há participação do coletivo nessas reuniões e/ou assembleias?

---

---

6. As decisões são tomadas pelo grupo de trabalho?

---

---

---

7. A cooperativa/associação recebe apoio financeiro de outra instituição?

---

---

8. Quais são os objetivos/metast da cooperativa/associação?

---

---

9. A cooperativa/associação aceita novos integrantes?

---

---

10. Como são divididas as sobras da cooperativa/associação entre os trabalhadores?

---

---

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)